

## **NOTA AOS LEITORES E COLABORADORES DA REVISTA INFORMAÇÕES ECONÔMICAS**

Desde 1966 a revista INFORMAÇÕES ECONÔMICAS tem apresentado análises e informações sobre a realidade da agricultura paulista, brasileira e mundial. Ao longo desse tempo, no cumprimento dos seus objetivos e na busca por oferecer seu conteúdo de forma adequada e dinâmica, o aperfeiçoamento sempre foi constante. Muitos destes trabalhos requerem divulgação com maior celeridade do que artigos técnico-científicos, que demandam prazos mais elásticos nos processos de revisão e editoração. Nesse sentido, foi criada em 2006, a revista eletrônica Análises e Indicadores do Agronegócio (AIA), visando agilizar o processo de divulgação de informações de natureza conjuntural, como as análises sobre perspectivas de mercado, levantamentos de previsões de safras, balanços de comércio exterior e valor da produção agropecuária, entre outras. A AIA está abrigada no *site* do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e, dessa forma, proporciona maior acessibilidade e agilidade na disponibilização de informações para o público interessado. Consideramos, então, que estas alterações oferecem os contornos para mudança da periodicidade da INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, que passa a ser bimestral, em 2012, sendo veiculada nos meses pares.

Os Editores

*Série Técnica apta*

# **INFORMAÇÕES ECONÔMICAS**

**São Paulo, SP, Brasil**

**ISSN 0100-4409**

Informações Econômicas, SP, v. 41, n. 12, dezembro 2011

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS. v.1-n.12 (dez.1971) - São Paulo  
Instituto de Economia Agrícola, dez. 1971-  
(Série Técnica Apta)

Mensal

Continuação de: Mercados Agrícolas e Estatísticas Agrícolas,  
v.1-6, jun./nov., 1966-1971.

A partir do v.30, n.7, jul., 2000 faz parte da Série Técnica Apta da  
SAA/APTA.

ISSN 0100-4409

1 - Economia - Periódico. I - São Paulo. Secretaria de  
Agricultura e Abastecimento. Agência Paulista de Tecnologia dos  
Agronegócios.

I - São Paulo. Instituto de Economia Agrícola.

CDD 330

**Indexação:** Revista indexada em AGRIS/FAO e AGROBASE

**Periodicidade** Mensal

**Tiragem** 320 exemplares

**CTP, Impressão e Acabamento** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

É permitida a reprodução total ou parcial desta revista, desde que seja citada a fonte.  
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

**Instituto de Economia Agrícola**

Av. Miguel Stéfano, 3.900 - 04301-903 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 5067-0557 / 0531 - Fax: (11) 5073-4062  
e-mail: [iea@iea.sp.gov.br](mailto:iea@iea.sp.gov.br) - Site: <http://www.iea.sp.gov.br>

# INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola (IEA)

v. 41, n. 12, p. 1-80, dezembro/2011

**Comitê Editorial do IEA** Yara Maria Chagas de Carvalho (Presidente), Alfredo Tsunehiro, José Roberto Vicente, Maria Célia Martins de Souza, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Renata Martins, Soraia de Fátima Ramos • **Editor Executivo** Regina Junko Yoshii • **Programação Visual** Rachel Mendes de Campos • **Editoração Eletrônica** Roseli Clara Rosa Trindade, João D'Arc de Oliveira • **Editoração de Texto e Revisão de Português** Maria Áurea Cassiano Turri, André Kazuo Yamagami, Karina Mota (estagiária) • **Revisão Bibliográfica** Valério Alexandre Martins de Oliveira • **Revisão de Inglês** Lucy Moraes Rosa Petroucic • **Criação da Capa** Rachel Mendes de Campos • **Distribuição** Deborah Silva de Oliveira Alencar

## S u m á r i o

**5**

**Avaliação do Potencial do Mercado Consumidor de Lambari da Baixada Santista**  
N. J. R. da Silva, M. C. Lopes, F. H. A. dos S. B. Gonçalves, G. Z. Gonsales, M. B. Henriques

**18**

**Avaliação dos Recursos Determinantes da Diversificação da Agricultura Familiar**  
J. N. de Alcântara, K. M. Thomé, C. L. L. Calegario

**31**

**Políticas Públicas para Agricultura Paulista:  
consistência institucional derivada da garantia da alocação de recursos orçamentários**  
J. S. Gonçalves

**39**

**Comercialização e Perfil do Consumidor da Carne de Peixe na Região do Semiárido  
de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)**  
J. F. B. Melo, A. S. dos Santos, A. A. Damasceno

**50**

**Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas**  
D. V. Caser, A. M. M. P. de Camargo, C. R. F. Bueno, F. P. de Camargo,  
J. A. Ângelo, M. P. de A. Olivette, V. L. F. dos S. Francisco

## Convenções<sup>1</sup>

Abreviatura, sigla, símbolo ou sinal	Significado	Abreviatura, sigla, símbolo ou sinal	Significado
- (hifen)	dado inexistente	inf.	informante
... (três pontos)	dado não disponível	IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
x (letra x)	dado omitido	IPCMA	Índice de Preços da Cesta de Mercado dos Produtos de Origem Animal
0, 0,0 ou 0,00	valor numérico menor do que a metade da unidade ou fração	IPCMT	Índice de Preços da Cesta de Mercado Total
"(aspa)	polegada (2,54cm)	IPCMV	Índice de Preços da Cesta de Mercado dos Produtos de Origem Vegetal
/ (barra)	por ou divisão	IPR	Índice de Preços Recebidos pelos Produtores
@	arroba (15kg)	IPRA	Índice de Preços Recebidos de Produtos Animais
abs.	absoluto	IPRV	Índice de Preços Recebidos de Produtos Vegetais
alq.	alqueire paulista (2,42ha)	IPP	Índice de Preços Pagos pelos Produtores
benef.	beneficiado	IPPD	Índice de Preços de Insumos Adquiridos no Próprio Setor Agrícola
cab.	cabeça	IPPF	Índice de Preços de Insumos Adquiridos Fora do Setor Agrícola
cx.	caixa	kg	quilograma
cap.	capacidade	km	quilômetro
cv	cavalo-vapor	l (letra ele)	litro
cil.	cilindro	lb.	libra-peso (453,592g)
c/	com	m	metro
conj.	conjunto	máx.	máximo
CIF	custo, seguro e frete	mín.	mínimo
dh	dia-homem	nac.	nacional
dm	dia-máquina	n.	número
dz.	dúzia	obs.	observação
emb.	embalagem	pc.	pacote
engr.	engradado	p/	para
exp.	exportação ou exportado	part. %	participação percentual
FOB	livre a bordo	prod.	produção
g	grama	rend.	rendimento
hab.	habitante	rel.	relação ou relativo
ha	hectare	sc.	saca ou saco
hh	hora-homem	s/	sem
hm	hora-máquina	t	tonelada
IGP-DI	Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna	touc.	touceira
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado	u.	unidade
imp.	importação ou importado	var. %	variação percentual

<sup>1</sup>As unidades de medida seguem as normas do Sistema Internacional e do Quadro Geral das Unidades de Medida. Apenas as mais comuns aparecem neste quadro.

# AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DO MERCADO CONSUMIDOR DE LAMBARI DA BAIXADA SANTISTA<sup>1</sup>

Newton José Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Mauro Cornacchioni Lopes<sup>3</sup>

Fernando Henrique Agostinho dos Santos Barbosa Gonçalves<sup>4</sup>

Guilherme Zangerolimo Gonsales<sup>5</sup>

Marcelo Barbosa Henriques<sup>6</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A piscicultura no Estado de São Paulo desenvolveu-se em um primeiro momento utilizando espécies exóticas como a carpa comum (*Cyprinus carpio*) e a tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*). Posteriormente, outras espécies foram introduzidas, como as carpas chinesas e, também, espécies nativas como o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e tambacu (híbrido dessas duas espécies). Entre 1990 e 1998, a piscicultura paulista experimentou o momento de seu maior sucesso. Os fatores que determinaram essa situação foram os adventos da ração extrusada na alimentação dos peixes e dos pesqueiros particulares operacionalizados como pesque-pagues, que representavam, respectivamente, avanço tecnológico a montante da cadeia produtiva e um mercado remunerador a jusante que adquiria significativas quantidades. A partir de 1999, a piscicultura enfrentou uma crise econômica tendo como fatores principais a inadimplência de transportadores de peixes e proprietários de pesqueiros, agravada por expressivas perdas devido à incidência de doenças. A ineficiência econômica da atividade era um reflexo da falta de profissionalismo de proprietários de pesqueiros e piscicultores (SILVA, 2008).

A rede sociotécnica<sup>7</sup> da piscicultura não teve capacidade de reação para superar a crise econômica com base na adoção de inovações tecnológicas, organizacionais ou de mercado. Os pequenos piscicultores e proprietários de pesqueiros de menor porte foram os mais afetados, pois não conseguiram reagir coletivamente. A reação individual foi realizada somente pelos piscicultores que tinham mais recursos financeiros e uma melhor formação. Estes realizaram investimentos na aquisição de caminhões e equipamentos para transporte de peixes vivos, implantação de pesque-pagues ou na instalação de unidades de processamento de pequeno porte (SILVA, 2008).

A realidade da piscicultura praticada por pequenos produtores experimentada em 2011 não é diferente daquela vivida em 1999: viveiros abandonados ou subutilizados, alto custo de produção e dificuldades na comercialização. Por outro lado, nesse período, a criação de tilápia em tanques-rede nas represas públicas do Estado de São Paulo cresceu significativamente, estruturando-se como uma cadeia produtiva integrada, principalmente, por criadores capitalizados, indústria de processamento e consumidores com considerável poder aquisitivo que permite a compra de filés nos supermercados. O poder público tem a missão de apoiar o aperfeiçoamento da cadeia produtiva da piscicultura que se estruturou com a criação da tilápia, mas não pode limitar a sua ação apenas a esse setor da atividade, sendo de fundamental importância a busca de soluções alternativas, entre os piscicultores, para a viabilização econômica da piscicultura praticada em viveiros escavados que está inserida majoritariamente na agricultura familiar.

---

<sup>1</sup>Pesquisa financiada pelo CNPq, processo n. 560429/2008-8. Registrado no CCTC, IE-60/2011.

<sup>2</sup>Zootecnista, Doutor, Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (e-mail: newtonrodri-gues@cati.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Engenheiro de Pesca (e-mail: mauclopes@yahoo.com.br).

<sup>4</sup>Oceanógrafo, Extensionista da Prefeitura de Mongaguá (e-mail: fh\_goncalves@uol.com.br).

<sup>5</sup>Zootecnista, Extensionista da Coordenadoria do Agronegócio (CODEAGRO) (e-mail: ggonsales@uol.com.br).

<sup>6</sup>Zootecnista, Doutor, Pesquisador Científico e Professor do curso de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca do Instituto de Pesca (e-mail: henriquesmb@pesca.sp.gov.br).

---

<sup>7</sup>Organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais e/ou coletivas, definidas por seus papéis, suas identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (CALLON, 1986).

Na Baixada Santista existem 883 Unidades de Produção Agropecuária (UPA), sendo que 217 possuem viveiros escavados (SÃO PAULO, 2008); em parte destes há potencial para a prática da piscicultura. Existem produtores que encerraram a atividade devido à incompatibilidade entre os custos dos sistemas de criação<sup>8</sup> adotados e os preços recebidos pela produção. As soluções que podem possibilitar a reestruturação da rede sociotécnica da piscicultura estão associadas à adoção de inovações técnicas que adequem os sistemas de criação às exigências de segmentos do mercado consumidor, aproveitando as oportunidades locais. Estas, no caso da Baixada Santista, estão representadas pela existência de espécies de peixes autóctones, como os lambaris, e por setores de mercado que apresentam potencial de consumo dessas espécies, principalmente durante os meses de alta temporada turística, oportunidade em que a região recebe um número expressivo de visitantes, sendo a maioria oriunda de municípios do interior do Estado de São Paulo. Essa afirmação é a hipótese que fundamentou a realização do presente estudo de mercado, que tem a seguinte questão a ser respondida: qual o potencial do mercado consumidor do lambari nos municípios da Baixada Santista?

Justifica-se a realização desse estudo de mercado pela fundamental importância que esse tipo de abordagem tem no processo de domesticação de espécies ainda não utilizadas de forma significativa na piscicultura, como é o caso dos lambaris. Para se domesticar uma espécie de peixe é necessário que haja informações técnico-econômicas referentes a reprodução, alevinagem, engorda e de mercado. Assim, pode-se combinar ações de apropriação, familiarização e utilização da espécie (SIGAUT, 1998 apud DENIS, 2004), sendo esta última relacionada com as necessidades e anseios dos consumidores.

Em duas pisciculturas pertencentes às prefeituras de Peruíbe e de Mongaguá, respectivamente, foram iniciados estudos em 2008 referentes ao desenvolvimento de procedimentos de propagação e engorda da espécie autóctone de lambari *Deuterodon iguape*. Dessa forma, aque-

les resultados somados aos do presente estudo reúnem as informações necessárias que definirão a viabilidade da criação de lambaris.

Diante do exposto, este artigo teve o objetivo geral de avaliar o potencial de mercado do lambari na Baixada Santista, considerando como consumidores os equipamentos<sup>9</sup> que comercializam pescado. E foram estipulados como objetivos específicos: identificar os tipos de equipamentos de comercialização que ofertam ou ofertariam lambaris aos seus clientes; definir as necessidades quanto às formas de apresentação do lambari exigidas pelos segmentos que comercializam ou comercializariam a espécie; conhecer a faixa de preços que os consumidores pagariam; e frequência de entrega.

## 2 - MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia do presente estudo foi fundamentada na pesquisa mista, quantitativa e qualitativa, não experimental, pelo fato do fenômeno estar sendo estudado em seu ambiente natural, ou seja, nos locais onde ocorrem a comercialização de pescado, observando-se situações já existentes, não provocadas intencionalmente.

Foram feitos dois tipos de abordagem: exploratória e descritiva. A abordagem exploratória é realizada comumente quando se trata de problemáticas novas para a pesquisa, e há pouco conhecimento do tema estudado, constituindo um preâmbulo. Já a descritiva é amplamente utilizada em estudos de mercado e tem como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno, incluindo as pesquisas que intencionalmente conhecem opiniões e atitudes. Para essa finalidade, dentre as técnicas de coleta de dados, utiliza-se a aplicação de questionários (DAYAN, 2004; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006; GIL, 2009; GRAY, 2012).

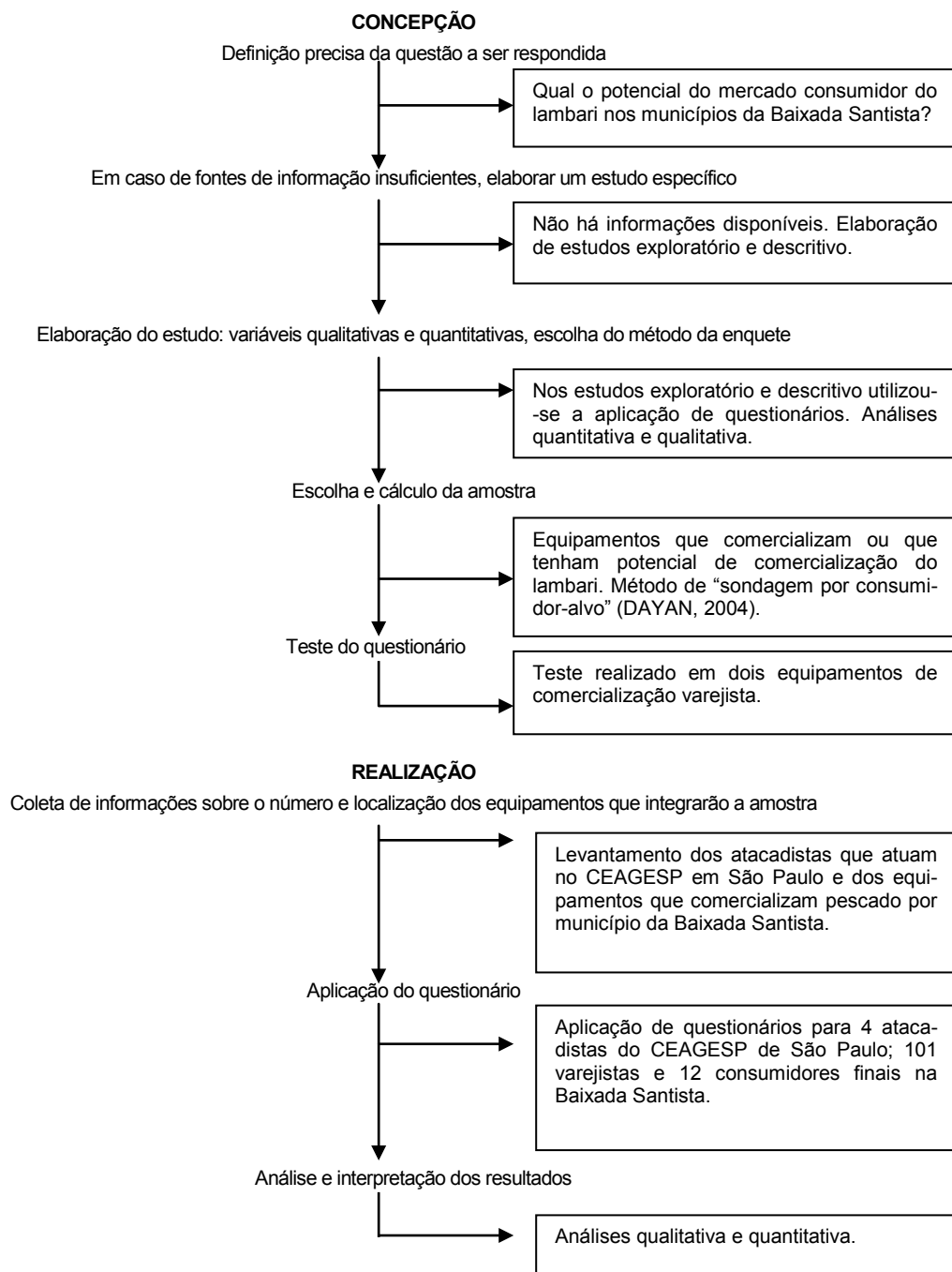
O delineamento de pesquisa adotado fundamenta-se em Dayan (2004). Este autor afirma que um estudo de mercado deve ter uma questão precisa a ser respondida e que o pesquisador deve buscar as informações já disponibilizadas objetivando a sua resposta. Caso não

<sup>8</sup>Sistema de criação é definido como o conjunto de animais de uma mesma espécie separados por sexo e idade e que são submetidos a uma sequência lógica e ordenada de operações técnicas estabelecidas, perfazendo o que se denomina itinerário técnico (MAZOYER, 1989)

<sup>9</sup>O termo equipamento abrange diferentes canais de comercialização de alimentos, sejam eles públicos ou privados, fixos ou móveis, atacadistas ou varejistas, localizados nas áreas rural ou urbana, estando o comerciante registrado ou não na junta comercial.

existam dados disponíveis, elabora-se um procedimento metodológico para gerar os dados primários. A figura 1 demonstra os passos que foram seguidos para a elaboração do presente estudo de

mercado. Como não existiam dados referentes ao potencial de aceitabilidade do lambari no mercado consumidor da Baixada Santista, foi utilizada uma metodologia de coleta de dados primários.



**Figura 1** - Concepção do Estudo de Mercado do Lambari na Baixada Santista, Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Dayan (2004).

## 2.1 - Locais de Estudo

A Região Metropolitana da Baixada Santista compreende nove municípios: Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Além dos estudos realizados na região citada, incluiu-se o Entrepósito Terminal São Paulo (ETS), administrado pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), como local de pesquisa. A inclusão do referido equipamento de comercialização justifica-se pelo fato de ser o maior centro atacadista do país, por haver comercialização de lambari e devido às relações comerciais existentes entre atacadistas que atuam no ETS e comerciantes da Baixada Santista, no que concerne às transações envolvendo outras espécies de pescado. A figura 2 representa os municípios da Baixada Santista e a cidade de São Paulo, capital do Estado.

## 2.2 - Coleta de Dados

### 2.2.1 - Abordagem exploratória

Os estudos exploratórios foram os primeiros a serem realizados. Serviram para conhecer um pouco mais o produto antes de se aprofundar a investigação sobre os equipamentos-alvo de comercialização na Baixada Santista.

A abordagem exploratória foi realizada inicialmente no ETS (CEAGESP), no mês de fevereiro de 2011, por meio da aplicação de questionários aos quatro atacadistas que comercializam lambari naquele equipamento. No mesmo mês, na Baixada Santista, foram feitas consultas a agentes que comercializam pescado e representantes das prefeituras que atuam no campo do abastecimento alimentar. O objetivo foi definir a amostra dos equipamentos de comercialização que foram pesquisados para compreender o potencial do lambari no mercado da região. Assim, as informações geradas pelos estudos exploratórios auxiliaram na fundamentação do estudo descritivo para a Baixada Santista, que foi a etapa posterior da coleta de dados (DAYAN, 2004).

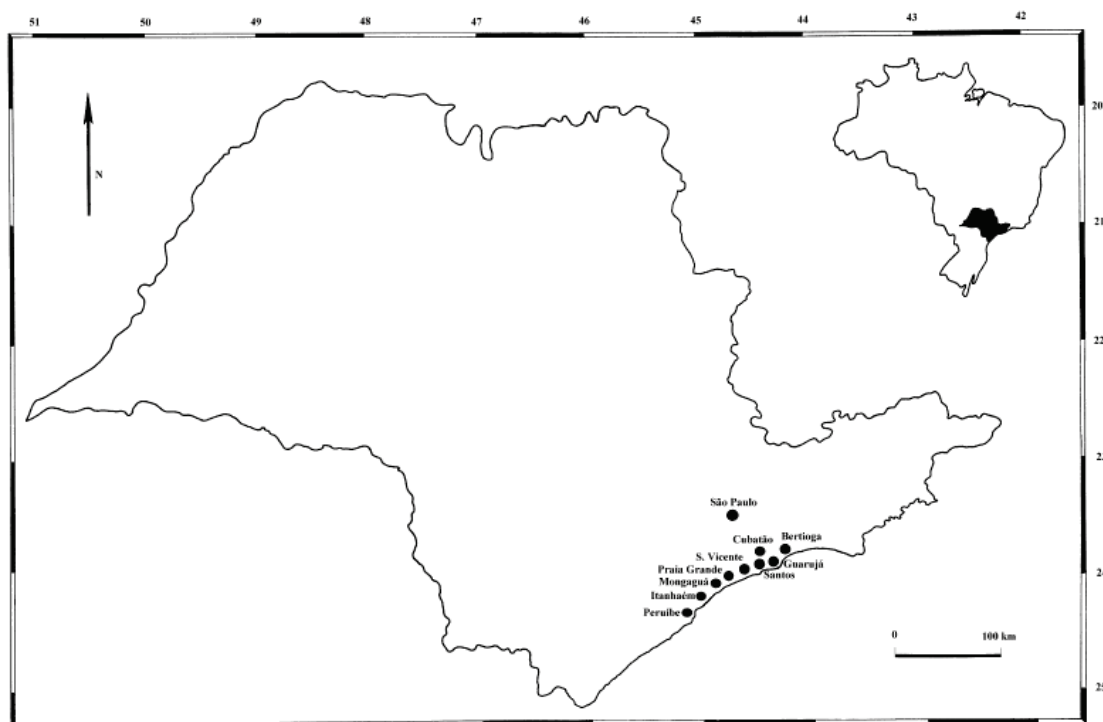
### 2.2.2 - Abordagem descritiva

O estudo dirigido especificamente para a Baixada Santista considerou uma amostra não

probabilística de equipamentos de comercialização de pescado. Além disso, de forma complementar, fez-se com consumidores finais um teste de aceitação de lambari inteiro, eviscerado e frito. O objetivo foi avaliar a frequência de consumo do lambari, comprimento total ideal de comercialização, sabor e preço, assim como realizar uma comparação com a manjuba *Anchoviella* spp. originária da pesca, considerada a principal espécie concorrente.

## 2.3 - Equipamentos de Comercialização que Integram a Amostra

Dayan (2004) afirma que duas grandes técnicas de sondagem servem aos estudos de mercado: as probabilísticas e as empíricas. As técnicas utilizadas no primeiro caso são aquelas que se apoiam na aplicação de leis estatísticas para a definição de amostras. No presente estudo foi utilizada uma técnica empírica denominada sondagem do consumidor-alvo. Há quem considere essa técnica como sendo não científica no sentido estrito do termo. Porém, ela é inteiramente aceitável nos estudos de mercado pelo fato da amostra ser integrada inteiramente pelo consumidor do tipo de produto em questão. Nesse sentido, foram considerados como consumidores-alvo os equipamentos que comercializam pescado. Ainda segundo Dayan (2004), ao contrário do que se poderia pensar *a priori*, em comparação com as sondagens probabilísticas, esse tipo de amostragem não se torna distorcida. Ela é perfeitamente confiável, visto que 100% dos integrantes da amostra estão diretamente implicados na questão estudada. Além disso, segundo o autor, esse método tem custo reduzido e é mais rápido de ser executado, sendo 40 o número mínimo de uma amostra. Porém, no presente estudo definiu-se que 101 equipamentos de comercialização situados na Baixada Santista seriam pesquisados. Este número foi estabelecido com o objetivo de contemplar a diversidade de equipamentos de comercialização de pescado situados em uma região metropolitana. Foram escolhidos equipamentos de acordo com a tradição na venda de pescado, priorizando-se aqueles que se situam geograficamente concentrados, como mercados de peixes e quiosques localizados na orla da praia, por exemplo. Consideraram-se ainda os aquários localizados na Baixada Santis-



**Figura 2** - Estado de São Paulo, com Destaque para os Municípios da Baixada Santista e São Paulo, Capital.  
Fonte: Elaborada pelos autores com base em Pauwels (1997).

ta, por serem compradores potenciais de lambari para utilização como organismo alimento de espécies de peixes carnívoras.

Após essa definição, durante o período de março a junho de 2011 foram aplicados dois tipos de questionários: um questionário para equipamentos que já comercializam a espécie e outro para aqueles que não comercializam. Os entrevistados foram os proprietários ou encarregados. A tabela 1 apresenta os tipos de equipamentos pesquisados por município da Baixada Santista.

#### 2.4 - Teste de Aceitação do Lambari com Consumidores Finais

Foi realizado em janeiro de 2011 o teste de aceitação do lambari com 12 consumidores finais, sendo 6 em um pesque-pague e 6 em um quiosque de praia. Ambos os equipamentos situam-se no município de Mongaguá (SP). Cada um dos equipamentos citados expôs um aviso de que ofertava porção de lambari de 400 g por R\$15,00. Foi comercializada uma porção por consumidor que, ao final, sem que fossem avisa-

dos anteriormente, responderam a um questionário disponibilizado pelo responsável do equipamento.

Os peixes que foram distribuídos para cada equipamento eram originários da piscicultura e apresentavam comprimento total médio de 8,0 cm e peso médio de 7,8 g.

### 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 - Resultados do Estudo Exploratório

A comercialização do lambari no CEA-GESP não é uma atividade recente. Dentre os entrevistados, um comercializa a espécie há 30 anos, dois há 10 anos, e um deles há 1 ano. O volume máximo comercializado mensalmente estimado é de 5.000 kg, considerando os comerciantes entrevistados. Estes informaram, ainda, que a oferta deveria duplicar para atender à demanda. Os atacadistas que trabalham com lambari ofertam outras espécies de água doce oriundas da pesca, tais como o piau, curimatá, pescada do piauí e traíra. Os clientes mais constan-

TABELA 1 - Equipamentos de Comercialização de Pescado Pesquisados entre Março a Junho de 2011 por Município da Baixada Santista, Estado de São Paulo

Municípios	Equipamentos que comercializam lambari	Equipamentos que não comercializam lambari	N. de equipamentos pesquisados
Bertioga	-	8	8
Guarujá	1	12	13
Santos	1	27	28
Cubatão	1	-	1
São Vicente	1	5	6
Praia Grande	2	8	10
Mongaguá	1	9	10
Itanhaém	-	5	5
Peruíbe	-	20	20
Total	7	94	101

Fonte: Dados da pesquisa.

tes são feirantes, peixarias, supermercados e, eventualmente, bares e restaurantes de municípios da Grande São Paulo, mas não da Baixada Santista. Trata-se da demanda de um nicho de mercado composto por consumidores que apreciam espécies que apresentam maior dificuldade de serem encontradas. A origem do lambari comercializado é a pesca profissional praticada nos rios Paranapanema e Tietê e a sua oferta é inconstante, o que desestimula outros atacadistas a trabalharem com a espécie, apesar da demanda ser superior à oferta.

A maior parte do volume comercializado é a granel, em caixas de 17 kg, inteiro e não eviscerado a R\$3,00/kg. Há também, em menor volume, a comercialização de bandejas de 500 g com o pescado inteiro e eviscerado a R\$8,00/kg. Cada cliente compra de uma a três caixas de peixe a granel ou 10 a 30 bandejas de peixe eviscerado. Assim, o volume por cliente varia de 5 a 51 kg, sendo que há situações em que o representante de um supermercado adquire todo o volume disponível. O peso médio de comercialização é de 30 g e a qualidade do produto é variada, não havendo um padrão. Os fornecedores dos atacadistas disponibilizam o pescado em consignação, com remuneração correspondente a 12% do valor comercializado, tratando-se, portanto, de uma comissão.

Quando perguntados se haveria diferenciação de preço caso o produto fosse da piscicultura, os atacadistas afirmaram que poderia haver devido à qualidade do produto ser superior ao da pesca. A oferta constante de pescado que a criação do lambari poderia proporcionar tam-

bém foi apontada como uma vantagem em relação à pesca. Esse fato poderia ser um fator de aumento do volume comercializado atualmente.

O quadro atual da comercialização do lambari no CEAGESP não é atrativo para os piscicultores. Os preços de comercialização do produto a granel ou em bandejas sugerem que o pescador recebe um preço ainda menor que aqueles praticados no atacado. Assim, para que os piscicultores comercializassem a produção no CEAGESP, deveria haver a prática de preços diferenciados para um produto padronizado e de qualidade superior àquele que é ofertado atualmente. Como a cadeia produtiva do lambari criado com a finalidade de consumo humano está em fase inicial de construção<sup>10</sup>, a hipótese que emerge é a de que os consumidores preferenciais dos piscicultores deveriam ser os varejistas, sejam os que comercializam o produto *in natura*, sejam aqueles que comercializam o lambari pronto para o consumo ou como organismo alimento.

### 3.2 - Resultados do Estudo Descritivo Realizado na Baixada Santista

#### 3.2.1 - A pesquisa nos equipamentos de comercialização de pescado

A pesquisa foi realizada em equipamentos que comercializam pescado como: su-

<sup>10</sup>Silva et al. (2011) estudaram a cadeia produtiva do lambari que é comercializado como isca viva no Estado de São Paulo.

permercados, quiosques de praia, peixarias localizadas em boxes de mercados especializados na comercialização de pescado, restaurantes que ofertam frutos do mar, bares considerados referências na comercialização de pescado, pesqueiros particulares que operam em sistema de pesque-pague e aquários que compram peixes vivos para a alimentação de outras espécies de peixes.

A figura 3 mostra o conjunto de equipamentos que comercializam pescado que foram pesquisados na Baixada Santista, identifica aqueles que vendem ou não lambari, assim como os que fariam um teste de comercialização com a espécie. Os aquários testariam os lambaris como organismo alimento.

Os supermercados e quiosques que comercializam lambari o adquirem de um atacadista que comercializa diferentes espécies de peixes. A origem do lambari é a pesca realizada em represas públicas no interior dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Os supermercados comercializam o quilograma do lambari por R\$12,00. Já o quiosque, a R\$20,00 a porção contendo entre 400 e 500 g de lambari frito, que é o mesmo preço que, de forma geral, esse tipo de equipamento comercializa a manjuba.

No pesqueiro, o lambari é comercializado no restaurante do equipamento como petisco, ou seja, frito em porções de 400 g, sendo o preço de R\$15,00/porção. A origem do lambari comercializado é a aquicultura. Porém, neste caso, o lambari é uma espécie invasora dos viveiros de piscicultura utilizados para a criação de outras espécies. A iniciativa para comercializar o lambari partiu do proprietário do pesqueiro para atender a demanda dos seus clientes.

Os quiosques, aquários e supermercados se mostram como bons canais de comercialização do lambari. Os primeiros se encontram concentrados na orla da praia dos municípios litorâneos, principalmente em Peruíbe, Mongaguá, Praia Grande e Santos. Esse fato facilita a distribuição, mas as vendas estariam concentradas nos períodos de alta temporada, em julho e entre dezembro e fevereiro, assim como em feriados prolongados. Já os aquários e supermercados demandam o produto durante todo o ano. As peixarias estão localizadas em mercados de peixes, que trabalham fundamentalmente com espécies marinhas. Porém, caso as vendas de lambari fossem significativas nas peixarias que ofertassem a espécie a título de teste, outros

equipamentos desse tipo poderiam iniciar a comercialização por influência, visto que há proximidade geográfica entre os boxes.

Essa afirmação encontra respaldo no fato de que, segundo os entrevistados, atualmente há maior procura de tilápia nas peixarias pelo fato desta espécie ter sido inicialmente ofertada por alguns comerciantes, criando gradativamente a referência de que é possível encontrar tilápia naqueles pontos de venda de pescado.

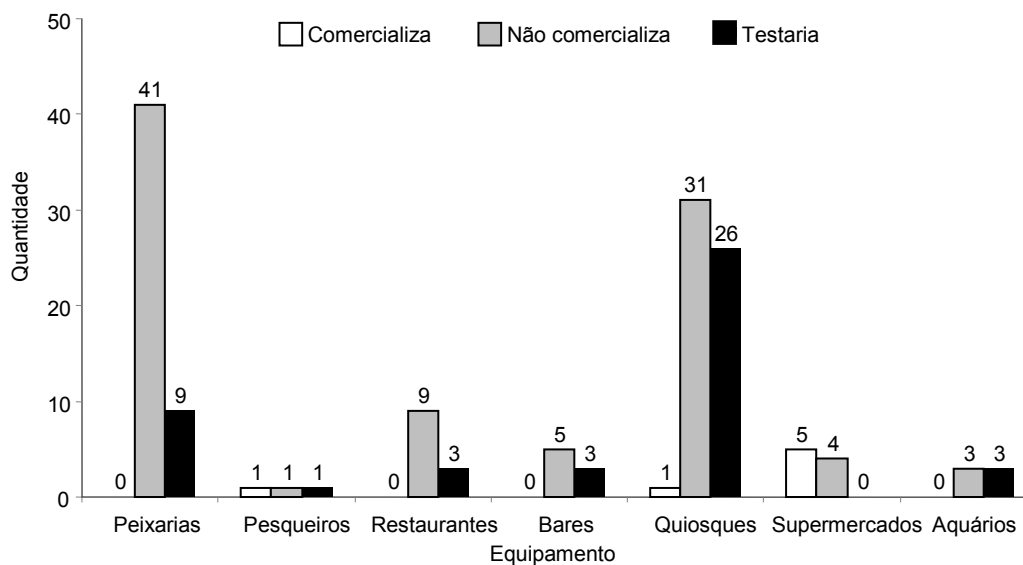
Quando os proprietários ou encarregados dos equipamentos foram perguntados sobre por que não comercializam lambari, o fato de não haver oferta se destaca, principalmente entre os quiosques, mas o mesmo ocorre entre com os aquários e algumas peixarias (Figura 4). Assim, havendo aumento da produção de lambaris e, conseqüentemente, aumento de oferta do produto, existem canais de comercialização que podem ser explorados. A baixa demanda é citada como fator por um expressivo número de peixarias que tradicionalmente trabalham somente com espécies marinhas. Assim, se não há oferta de lambari por parte dos produtores, há baixa demanda por parte dos consumidores, sendo a recíproca verdadeira.

A análise dos dados que constam na figura 5 permite sugerir que a demanda inicial por lambari corrobora a afirmação de que os quiosques, peixarias, supermercados e aquários se colocam como canais de comercialização que devem ser considerados.

A demanda inicial por lambari nos equipamentos pesquisados na Baixada Santista, considerando o volume que já é comercializado e demanda para teste, é de 400 kg/semana, correspondendo a 50.000 lambaris de 8 g. O volume demandado por quiosques pode sofrer retração fora dos meses de alta temporada. Porém, pode haver uma demanda maior dos demais equipamentos, notadamente supermercados e peixarias, caso os produtores consigam ofertar o produto com regularidade.

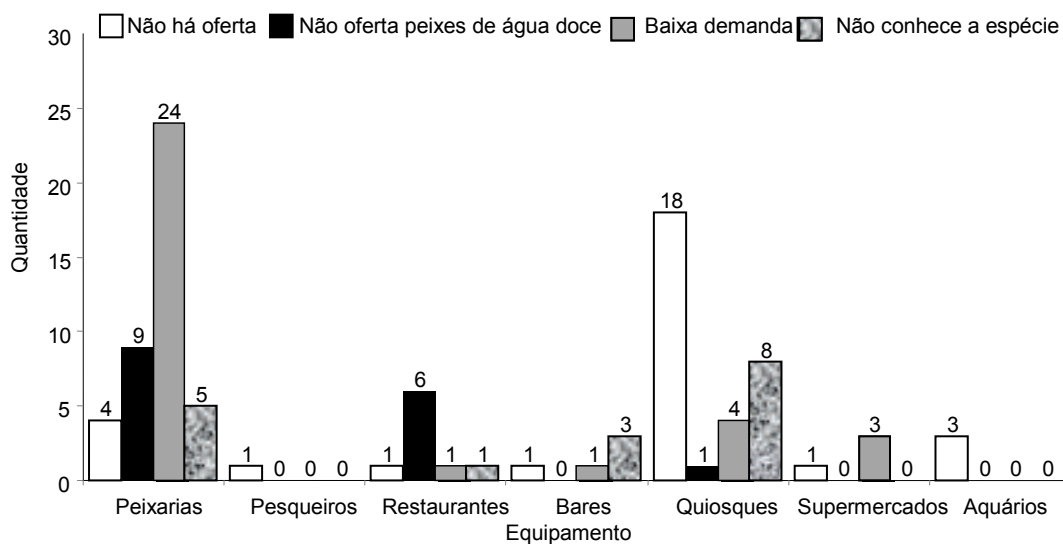
A figura 6 mostra quanto os diferentes tipos de equipamentos de pescado intencionam pagar por 1 kg de lambari.

Ao se verificar os preços que os diferentes equipamentos pagariam por 1 kg de lambari, os aquários se mostram como uma boa opção de comercialização, pois aliam constância de compra durante o ano e um preço pago considerado atrativo. Os quiosques também se mos-



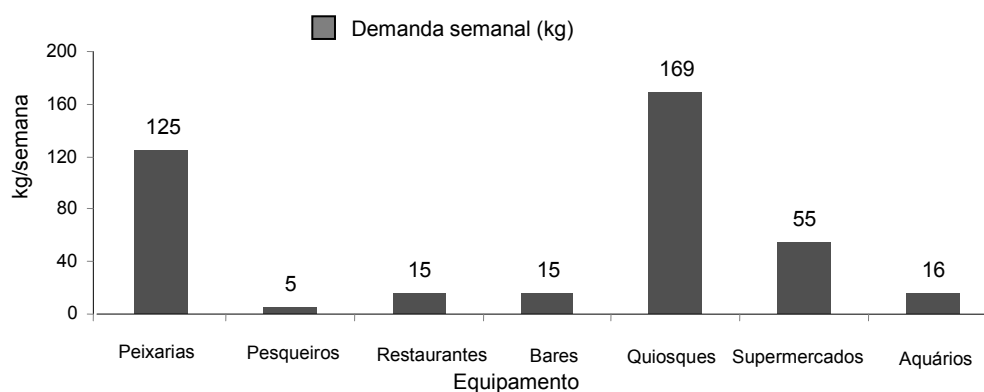
**Figura 3** - Posição dos Equipamentos de Comercialização de Pescado Frente à Comercialização do Lambari, Baixada Santista, Estado de São Paulo, Março a Junho de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.



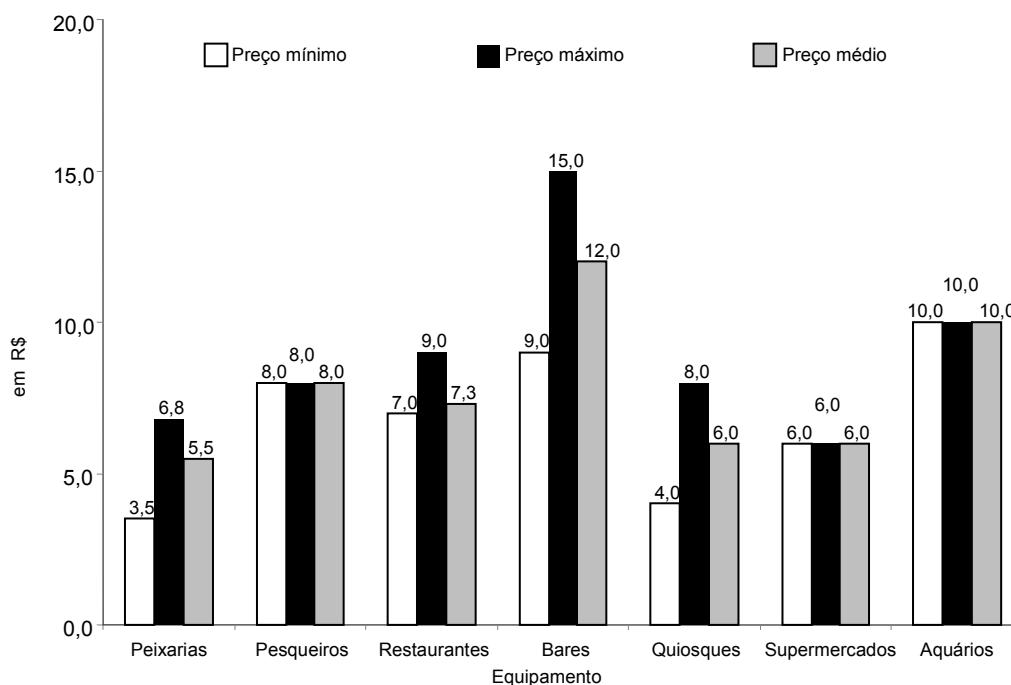
**Figura 4** - Fatores Responsáveis pelo Fato do Lambari Não Ser Comercializado, Baixada Santista, Estado de São Paulo, Março a Junho de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 5** - Demanda Semanal de Lambari por Tipo de Equipamento de Comercialização, Baixada Santista, Estado de São Paulo, Março a Junho de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.



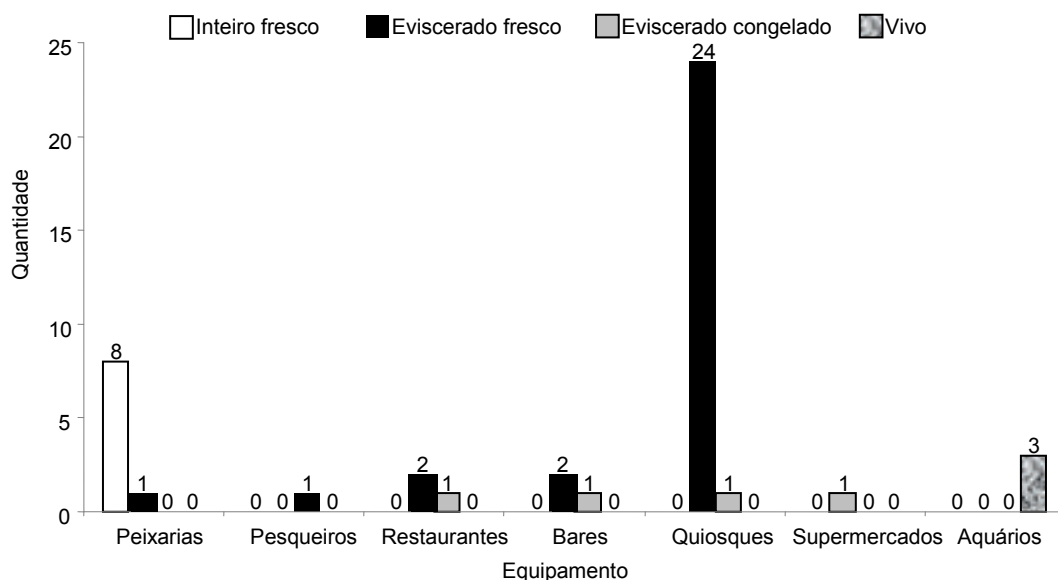
**Figura 6** - Preços Pagos pelo Lambari por Tipo de Equipamento de Comercialização, Baixada Santista, Estado de São Paulo, Março a Junho de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

tram como bons compradores, apesar de que as vendas estariam mais concentradas na alta temporada e os preços não são tão atraentes, pois a referência para os proprietários de quiosques é o preço pago pela manjuba, em média R\$6,00/kg. Os bares e restaurantes também se mostram um canal de comercialização interessante, quando são considerados os preços que se propõem a pagar. Porém, o custo de distribuição pode ser maior devido à dispersão na localização desse

tipo de equipamento.

Deve-se considerar, ainda, a apresentação que os diferentes equipamentos requerem para comprar o lambari, como representado na figura 7, pois havendo necessidade de escamação e evisceração, o produtor deverá terceirizar esse serviço ou realizar investimentos para se adequar às exigências legais que proporcionam garantia de um produto de boa qualidade.



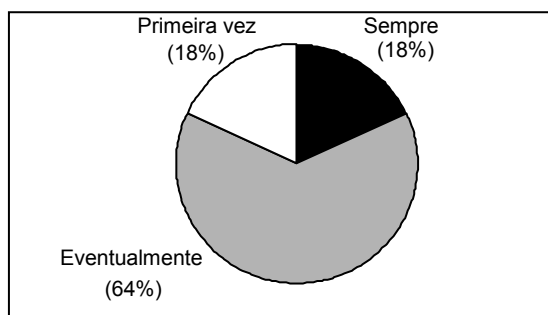
**Figura 7** - Formas de Apresentação do Lambari Requeridas por Tipo de Equipamento de Comercialização, Baixada Santista, Estado de São Paulo, Março a Junho de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

As peixarias e aquários se tornam atraentes para os produtores que não possuem condições de arcar com o custo de processamento do pescado, pois podem vendê-lo inteiro fresco ou vivo, respectivamente, desde que tenham transporte e equipamentos adequados para ambos os casos. Deve-se considerar ainda, que a evisceração e a escamação reduzem o peso do pescado e, conseqüentemente, a remuneração do produtor. No caso da comercialização para aquários, deve-se ter caixas para transporte e um compressor de ar. Caso seja vendido para as peixarias, o condicionamento do pescado deve ser feito em caixas isotérmicas com a utilização de gelo. Para cada situação é necessário realizar investimentos ou estabelecer parcerias com outros agentes, sejam proprietários de processadoras ou transportadores de peixes vivos.

### 3.2.2 - A pesquisa com os consumidores finais

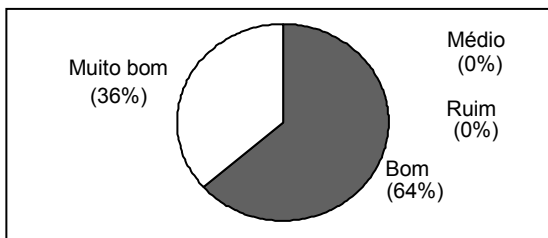
A pesquisa realizada com os consumidores finais mostra que em relação à frequência de consumo, 82% consomem lambari, seja com habitualidade ou eventualmente. Apesar de 18% dos entrevistados responderem que era a primeira vez que consumiam a espécie, 100% afirmaram que voltariam a consumir (Figura 8).



**Figura 8** - Frequência de Consumo do Lambari, Mongaguá, Estado de São Paulo, Janeiro de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao sabor do lambari, a totalidade dos entrevistados o considera bom ou muito bom, sendo que a maioria opinou por bom (Figura 9). O sabor do pescado consumido está relacionado também com a forma de preparação. Quanto a esse aspecto, 91% responderam que a porção foi bem preparada e 9% afirmaram que não.



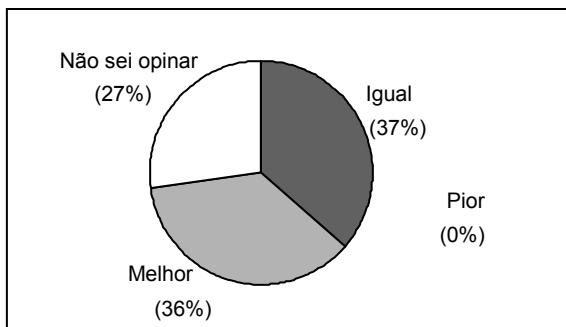
**Figura 9** - Opinião dos Consumidores quanto ao Sabor do Lambari, Mongaguá, Estado de São Paulo, Janeiro de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre o comprimento dos lambaris ofertados na porção, 91% responderam que era bom e 9% que deveria ser maior. A utilização de lambaris com 8 cm de comprimento total garante uma boa aceitabilidade pelo fato do pescado apresentar crocância quando frito, não havendo problemas com espinhas.

O consumo do lambari é associado comumente ao entretenimento, ao lazer, aliado ao consumo de cerveja com amigos e familiares em bares, quiosques, restaurantes, pesqueiros. Porém, quando perguntados se comprariam lambari para consumir na residência, todos os entrevistados responderam afirmativamente, sendo que a maioria, 64%, eventualmente e 36% com frequência. Esse fato expressa que o lambari pode ter um mercado mais estável, sendo consumido durante todo o ano por parte considerável de consumidores.

A manjuba é uma espécie de pequeno porte que é consumida de forma tradicional em situações semelhantes ao lambari. Trata-se de espécies que concorrem na mesma faixa de mercado. Quando perguntados sobre o que acham do lambari em relação à manjuba, nenhum consumidor afirmou que esta espécie é melhor que o lambari. Entretanto, 36% dos entrevistados acreditam que o lambari é melhor que a manjuba (Figura 10).



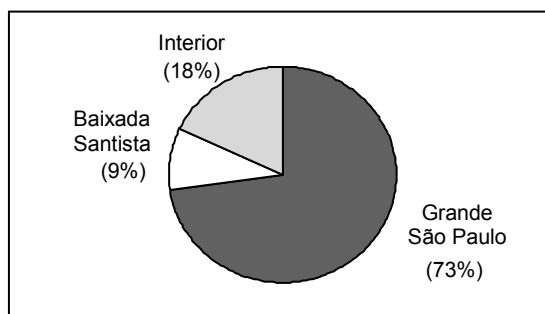
**Figura 10** - Opinião dos Consumidores Quando Comparado o Lambari à Manjuba, Mongaguá, Estado de São Paulo, Janeiro de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra vantagem competitiva do lambari sobre a manjuba é o fato desta espécie ser originária da pesca e ter a captura proibida pelo defeso entre 26 de dezembro e 25 de janeiro<sup>11</sup>, o que

<sup>11</sup>Instrução Normativa IBAMA n. 33 de 16 de junho de 2004.

coincide com a alta temporada de férias. Assim, nesse período, a manjuba consumida é aquela congelada quando a sua captura é autorizada. Nessa época do ano, os municípios da Baixada Santista recebem grande número de turistas. Esse fato aumenta a demanda por peixes de pequeno porte nos bares, quiosques e pesqueiros, afirmação que encontra respaldo quando considerada a origem dos consumidores que participaram da pesquisa (Figura 11).



**Figura 11** - Pesquisa de Origem dos Consumidores de Lambari, Mongaguá, Estado de São Paulo, Janeiro de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos entrevistados é da Grande São Paulo. Quando se consideram aqueles que têm origem nas cidades do interior do Estado, chega-se a 91%. Esse fato fortalece a hipótese de que o grande número de turistas de outras regiões que escolhem a Baixada Santista para passarem férias ou finais de semana, somados àqueles que residem na região, tornam atraente o mercado consumidor de lambari.

#### 4 - CONCLUSÕES

A comercialização do lambari para atacadistas do CEAGESP não se mostra atraente devido ao fato dos preços pagos ao produtor não serem viáveis economicamente. Assim, fica fortalecida a hipótese de que deve-se valorizar aspectos da economia da proximidade para a viabilização econômica da criação do lambari, como: número reduzido de intermediários com a cadeia produtiva organizada no local, associação do produto ao território e à piscicultura para agregação de valor, existência de pequenas

distâncias entre a produção e consumo para a redução de custos, assim como o estabelecimento de relações que permitam que o consumidor conheça as etapas da criação e manipulação.

Para cada tipo de equipamento pesquisado há uma possibilidade de comercialização do lambari. Porém, o produtor deve adequar os custos do sistema de criação adotado e a apresentação do produto final às especificidades exigidas por cada segmento de mercado. É necessário

que haja a profissionalização da atividade, garantindo regularidade na entrega de produtos de boa qualidade.

O teste realizado com os consumidores mostra a viabilidade do lambari no mercado consumidor da Baixada Santista quando comparado à manjuba. Pode-se ter um preço diferenciado pago ao produtor caso sejam exploradas, por um trabalho de *marketing*, as características que lhe dão vantagem competitiva.

## LITERATURA CITADA

CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Anné Sociologique**. Paris, v. 36, n. 1, p. 169-208, 1986

DAYAN, A. 2004. **Les études de marché**. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. 127 p.

DENIS, B. La domestication: un concept devenu pluriel. **Productions animales**. Inra, n. 17, p. 161-166, 2004.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 200 p.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 488 p.

MAZOYER, M. Rapport de synthèse préliminaire. In : TRAVAUX DE RECHERCHE DEVELOPPEMENT. **Systèmes agraires et systèmes de production**. Paris: Réseau Recherche-Développement, 1989. p. 1-25.

PAUWELS, G. J. **Atlas geográfico Melhoramentos**. São Paulo: Ed. Jomal da Tarde. 1997. 80 p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>> . Acesso em 20/09/2009.

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira e Alto Vale do Itajaí**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 240 p.

\_\_\_\_\_. et al. Caracterização dos sistemas de criação e da cadeia produtiva do lambari no Estado de São Paulo, Brasil. **Informações Econômicas**. São Paulo. v. 41, n. 9, p. 17-28, 2011.

## **AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DO MERCADO CONSUMIDOR DE LAMBARI DA BAIXADA SANTISTA**

**RESUMO:** O presente estudo teve como objetivo avaliar o potencial do mercado consumidor de lambari na Baixada Santista. Foram feitas entrevistas por meio de questionários específicos, aplicados entre atacadistas do CEAGESP, localizado na capital paulista, e varejistas que comercializam pescado na Baixada Santista. Além disso, foram realizados testes de aceitação do lambari com consumidores finais em um quiosque de praia e um pesque-pague. O potencial de mercado do lambari foi detectado nas demandas dos diferentes equipamentos de comercialização varejista. Além disso, esta espécie apresenta vantagens competitivas em relação à manjuba, que possui características similares quanto ao modo de consumo. Para o aproveitamento desse potencial é necessário que os produtores adequem os custos de produção e a apresentação do produto final às especificidades exigidas pelo segmento de mercado escolhido para a comercialização.

**Palavras-chave:** estudo de mercado, lambari, Baixada Santista, Estado de São Paulo.

## **EVALUATION OF LAMBARI'S POTENTIAL IN THE CONSUMER MARKET OF SANTOS' METROPOLITAN REGION**

**ABSTRACT:** This study aimed to evaluate the lambari's potential in the consumer market of Santos' metropolitan region. Interviews were carried out using specific questionnaires that were applied at wholesalers of CEAGESP, located in São Paulo city, and retailers selling fish in Santos' metropolitan region. In addition, acceptance tests were made with final consumers at a beach kiosk and a fee-fishing pond establishment. The potential market of lambari was detected based on the demands of different equipment of the retailers market. Furthermore, this species shows competitive advantages in relation to the anchovy, which has similar characteristics to the lambari in terms of consumption mode. To take advantage of this potential it is necessary for producers to suit the costs of production and presentation of the final product to the specificities required by the market segment chosen for marketing.

**Key-words:** market research, lambari, Santos' metropolitan region, São Paulo State.

---

Recebido em 18/08/2011. Liberado para publicação em 13/12/2011.

# AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DETERMINANTES DA DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR<sup>1</sup>

Juciara Nunes de Alcântara<sup>2</sup>

Karim Marini Thomé<sup>3</sup>

Cristina Lelis Leal Calegario<sup>4</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, responsável por grande parte da produção mundial de alimentos, enfrenta grandes problemas para alcançar maior rentabilidade e sustentabilidade comprometendo a continuidade das atividades de pequenos produtores rurais (PERONDI, 2007; SCHNEIDER, 2003). A adoção de estratégias competitivas na produção familiar indica falhas na alocação eficiente de recursos internos, ativos essenciais para a formação de competências (REIS; RICHETTI; LIMA, 2005).

A diversificação da unidade familiar é entendida não apenas como uma estratégia adotada para crescimento da empresa, mas como uma das características principais de subsistência e sobrevivência dos integrantes deste setor (ELLIS, 2000; PADILHA, 2009; PERONDI, 2007; SCHNEIDER, 2003) pelo fato de representar a redução do risco, eliminando assim a dependência de uma única cultura; portanto, constitui uma forma de sobrevivência, expondo-se menos a agentes que fogem de seu controle, como incidência de doenças e pragas e variações mercadológicas.

A diversificação tem sido alvo de diversos programas específicos de incentivos elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), como o de diversificação econômica, promovendo o investimento em roteiros turísticos da agricultura familiar, plantas medicinais e fitoterápicos, turismo e artesanato, e projetos de alimentação escolar e biodiesel. Diante do volume de investimentos governamentais neste setor, cabe ao

meio acadêmico questionar se estes recursos estão sendo realmente aproveitados para o desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar. A unidade familiar tem conseguido alocar os seus recursos para alcançar competitividade? Quais os recursos mais aproveitados e quais alocados de maneira mais eficiente de forma a determinar a capacidade organizacional dos produtores?

As competências organizacionais são consideradas integração das capacidades produtivas, gerenciais e de inovação, configurando uma habilidade reconhecida pelos demais agentes da cadeia e pelos consumidores (GRANT, 1991). Esta habilidade é inerente à organização, pois foi desenvolvida a partir de recursos internos e se torna valiosa por ser rara e de difícil imitação (BARNEY, 1991).

Assim, a identificação dos recursos utilizados é importante para direcionar as ações de programas específicos de instituições governamentais de tema finalidade de fortalecer o uso daqueles que já estão sendo utilizados bem como para disponibilizar aqueles que estão escassos. Além disso, torna-se importante verificar a existência de formação de competências organizacionais, defendido pela teoria da visão baseada em recursos, como a chave para competitividade (GRANT, 1991; BARNEY, 1991; FLEURY; FLEURY, 2003; PENROSE, 2006).

Com isso, o objetivo deste artigo é identificar os recursos que contribuem para a diversificação de unidades familiares usando como suporte a teoria de crescimento da firma. Neste sentido, as unidades produtivas familiares são vistas como empresas familiares que precisam alocar de forma adequada seus recursos e que podem alcançar competitividade por meio do desenvolvimento de competências internas (PADILHA, 2009). No entanto, este é apenas o primeiro degrau nesta linha de pesquisa, que ainda necessita verificar se os agricultores familiares conseguem formar competências, quais são estas e quais seriam os fatores favoráveis e os limitantes.

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, IE-58/2011.

<sup>2</sup>Administradora de Empresas, Universidade Federal de Lavras (e-mail: juciaranalcantara@gmail.com).

<sup>3</sup>Administrador de Empresas e Engenheiro Agrônomo, Mestre, Universidade de Brasília (e-mail: thome@unb.br).

<sup>4</sup>Economista, Doutora, Professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Lavras (e-mail: ccalegario@dae.ufla.br).

## 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 - Recursos, Capacidades e *Core Competence*

A diferenciação de uma firma ocorre pela definição de uma estratégia fundamentada na melhor alocação de seus recursos e competências internas de forma que proporcione o alcance de seus objetivos (PRAHALAD; HAMEL, 1990). Os recursos, conforme Barney (1991) especifica, podem ser compreendidos como a totalidade de ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos e informações que permitem a firma conceber e implementar estratégias com finalidade de melhorar sua eficiência e eficácia.

Wernerfelt (1984) os divide em recursos tangíveis e intangíveis.

Os recursos tangíveis seriam aqueles possíveis de mensurar e contabilizar, por exemplo, instalações, máquinas e equipamentos, matérias-primas, estoques, recursos do solo entre outros. Estes podem ser absorvidos pelo processo produtivo ou podem ser duráveis, sendo utilizados por vários anos, ou podem ser produzidos dentro da firma ou ainda ser adquiridos no mercado.

Os recursos intangíveis seriam aqueles que não podem ser mensurados ou quantificados, difíceis de serem identificados e transferidos pelo seu vínculo à empresa, ou seja, enraizados, inerentes à firma.

Quanto às suas subdivisões e categorias, diversos autores as separam de formas diferentes. Penrose (2006) adota três categorias de recursos, sendo eles os físicos, os humanos e os organizacionais. Barney (1995) apresenta quatro: financeiros, físicos, humanos e organizacionais. Grant (1991) apresentou seis categorias, as quais Padilha et al. (2010) definem como:

- a) Financeiros: recursos tangíveis relacionados à disponibilidade financeira da empresa como empréstimos, financiamentos, capital de investidores;
- b) Físicos: recursos tangíveis relacionados à empresa que compreendem as instalações, máquinas e equipamentos, terreno, materiais e produtos;
- c) Humanos: recursos intangíveis que englobam as capacidades e competências individuais e coletivas;

- d) Organizacionais: recursos tangíveis que compreendem as rotinas e processos formais desenvolvidos pela organização;
- e) Tecnológicos: recursos tangíveis que podem ser adquiridos no mercado ou desenvolvido pela própria empresa; e
- f) Reputacionais: recursos intangíveis que se referem aos ativos intangíveis como a percepção da firma pelos clientes, ou seja, a marca.

Sobre estes recursos, Barney (1991) ressalta que, se todas as empresas possuírem os mesmos recursos, não haverá diferença entre elas e, portanto, nenhuma terá vantagem competitiva. O autor explica que a vantagem competitiva sustentável está relacionada a posse e habilidade de gestão de recursos que devem ser valiosos, raros, que não podem ser facilmente imitados e também não possuem substitutos equivalentes.

Neste aspecto, Penrose (2006) já afirmava que não são os recursos em si que constituem os insumos dos processos produtivos, mas sim os serviços que eles podem prestar. O mesmo recurso pode ser usado pela firma de diversas formas combinado inclusive a outros. No caso de uma empresa diversificada, um mesmo recurso pode fazer parte dos processos produtivos de vários produtos.

Sendo assim, a autora afirma que os serviços prestados pelos recursos dependem das capacidades das pessoas de usá-los, corroborando as ideias de Grant (1991), ao afirmar que a atividade produtiva exige uma cooperação e coordenação entre as pessoas e entre pessoas e outros recursos. Esta coordenação é definida como capacidade, ou seja, uma aptidão para gerir e alocar recursos a fim de alcançar vantagens competitivas sustentáveis.

As capacidades organizacionais são diferenciadas dos recursos por diversos autores (PRAHALAD; HAMEL, 1990; BARNEY, 1991; GRANT, 1991; FROELICH, 2006; CARVALHO, 2009), sendo entendidas como um conjunto de atividades que utilizam os recursos na prática, agregando valor à organização (FROELICH, 2006). O maior problema dessa abordagem está na diferenciação de capacidades e competências.

A diferenciação entre os conceitos de capacidades, competências e *core competence* é apresentada por Javidan (1998), ao descrever a

hierarquia das competências (Figura 1). Segundo o autor, os recursos são à base da hierarquia e os *inputs* são do processo de formação das competências.

As capacidades representam o segundo nível da hierarquia e referem-se às habilidades da corporação para explorar seus recursos e consistem em uma série de processos e rotinas que gerenciam a interação entre eles. Essa definição corrobora Grant (1991), que estabelece as capacidades organizacionais como um aprendizado conjunto gerado pelas rotinas. Javidan (1998) apresenta o exemplo da capacidade de *marketing* de uma empresa, que pode ser derivada de pessoal qualificado, de tecnologia e de recursos financeiros. Assim, a capacidade, dentro da visão do autor, está localizada em funções particulares, existindo a capacidade de *marketing*, a capacidade de produção, de distribuição e de logística.

No próximo nível da hierarquia encontram-se as competências organizacionais, que segundo o autor é resultado entre as interfaces e interações das capacidades funcionais. Uma competência então pode ser desenvolvida a partir da interação entre a capacidade de *marketing*, produtiva, de distribuição e de logística. Zarifan (2001 apud FROELICH, 2006) relaciona as competências aos processos de trabalho, a aspectos técnicos (conhecimentos específicos sobre o trabalho), à organização (saber organizar fluxos de trabalho), ao serviço procurando verificar os impactos dos produtos sobre os clientes e por fim em aspectos sociais, agregando então um valor social ao indivíduo.

Por fim, no último nível da hierarquia se encontra o *core competence*, que é apresentado como resultado das interações entre diferentes unidades estratégicas de negócio. Seria a coleção de diferentes competências que são muito difundidas na organização. Para Prahalad e Hamel (1998), as competências são um conjunto de habilidades e tecnologias que permite a uma empresa oferecer um determinado benefício aos clientes e precisa demonstrar um valor que seja percebido pelo cliente, uma diferenciação entre os concorrentes (algo que não possa ser copiado pelos concorrentes), e ter uma capacidade de expansão, em que a competência essencial precisa constituir a base para entrada em novos mercados de atuação da empresa.

Este conceito é introduzido por Prahalad

e Hamel (1990) e diz respeito àquilo que diferencia uma empresa das demais lhe conferindo maior vantagem competitiva. Os autores afirmam que as competências essenciais são as responsáveis pela atuação da empresa no mercado, estimulando um diferencial competitivo baseado nas especificidades e especialidades de cada organização.

Froehlich (2006) afirma que a competitividade de uma organização seria determinada pela inter-relação entre as competências organizacionais e estratégia competitiva que surgem a partir da combinação dos recursos e das capacidades internas existentes formando um círculo virtuoso.

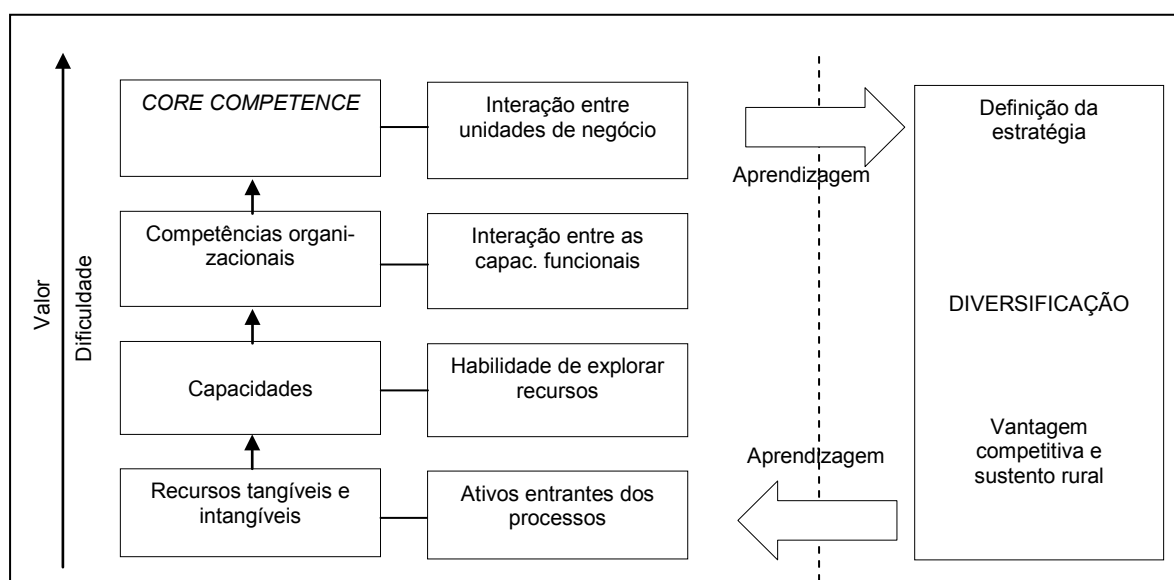
Este ciclo de formulação de estratégia é apresentado por Fleury e Fleury (2003). Para os autores, a constante evolução das competências da empresa permite o sistemático refinamento e reformulação da estratégia competitiva a partir da qual são identificadas novas orientações para a formação de competências. Este processo dinâmico entre formulação de estratégias e desenvolvimento de competências é sustentado pelos processos de aprendizagem.

Froehlich (2006) corrobora essa visão ao descrever o processo de formulação de estratégia. Para a autora, a formulação de uma estratégia ocorre a partir da identificação, classificação e análise dos recursos e capacidades internas. Em seguida, deve-se identificar possíveis articulações dos recursos e das capacidades por meio da exploração e manutenção da vantagem competitiva. A formulação da estratégia ocorre a seguir e deve refletir a exploração eficaz dos recursos e das capacidades da firma, formando um ciclo que exige investimentos a fim de sustentar a posição competitiva da empresa.

A figura 1 representa uma integração da “hierarquia das competências” de Javidan (1998) e o “ciclo de estratégia: competência” de Fleury e Fleury (2003), na qual se pode perceber o fluxo da criação de competência dentro do ciclo de formulação de estratégia.

## 2.2 - Estratégia de Diversificação na Agricultura Familiar

A diversificação é entendida como uma estratégia que visa o aumento na receita de uma empresa pelo lançamento de novos produtos.



**Figura 1** - Ciclo de Formulação de Estratégias a Partir da Criação de Competências.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Javidan (1998) e Fleury e Fleury (2003).

Padilha (2009) apresenta duas correntes teóricas distintas sobre a diversificação, sendo que a primeira delas defende a diversificação como vantagem competitiva e na segunda esta é vista como forma de sustento rural.

Na primeira abordagem, a estratégia de diversificação entendida como vantagem competitiva foi delineada por Edith Penrose e aborda o crescimento da firma por meio da alocação eficaz dos recursos excedentes. Dentro dessa corrente, Hasenclever e Kupfer (2002) afirmam que a diversificação é uma excelente alternativa para expansão da empresa para novos mercados, permitindo a ela superação dos limites de seus mercados correntes possibilitando ampliar o potencial de acumulação que influencia a dinâmica do crescimento empresarial.

Na segunda corrente teórica a diversificação representa, conforme Padilha (2009), uma forma de redução de risco por meio da seleção de um portfólio de rendimentos com correlação baixa ou negativa entre si. Defendida por Ellis (2000), este tipo de diversificação ocorre por necessidade e não escolha; sobrevivência e não crescimento da firma. Para o autor, a opção por diversificação ocorre por razões involuntárias e de desespero, ao contrário da diversificação por escolha, que ocorre por razões voluntárias e proativas.

A definição desse tipo de diversificação pode ser observada por Ellis (2000):

(...) um processo em que as famílias rurais constroem um conjunto diversificado de atividades e capacidades de suporte, tendo como objetivo a sobrevivência e a melhoria de vida.

Ellis (2000) aponta que os motivos ou razões para a diversificação de sustento são a sazonalidade, estratégias de risco, mercado de trabalho, mercado de crédito, ativos estratégicos e comportamento de enfrentamento e de adaptação.

Quanto à “sazonalidade”, o autor resalta essa vulnerabilidade da atividade rural em que o produtor está sujeito aos ciclos de trabalho presentes no ano agrícola de produção.

Quanto à diversificação como estratégia para “redução do risco”, o autor menciona que para as famílias cuja atividade executada se encontre vulnerável deve existir uma combinação entre atividades de alto risco e atividades de baixo risco, quando envolver atividades rurais e não rurais; envolvendo somente atividades rurais, deve-se buscar uma complementaridade ou rotatividade de culturas.

A “oferta de emprego” em atividades não rurais está vinculada ao tipo de habilidade, experiência, nível de escolaridade e sexo do trabalhador, resultando muitas vezes numa “ex-

clusão social” do trabalhador rural (DAVIES; HOSSAIN, 1997 apud ELLIS, 2000).

Sobre o “mercado de crédito”, o autor levanta as dificuldades enfrentadas por produtores africanos para acessar o crédito. O “comportamento de enfrentamento e de adaptação” corresponde ao uso de métodos de sobrevivência pelos agricultores familiares quando confrontados por problemas repentinos e não planejados. Este comportamento está associado a desastres naturais e civis.

Por último, quanto aos ativos estratégicos, Padilha (2009) embasada em Ellis (2000) conceitua as cinco categorias principais de ativos que compõem a plataforma de sustento de famílias rurais (capital natural, físico, humano, financeiro e social), os quais são considerados neste trabalho como recursos, assim como Niehof (2004).

Para Ellis (2000), quanto maior o acesso aos recursos (capitais), maior será a capacidade de sustento do indivíduo ou da unidade familiar. No entanto, o autor relaciona alguns fatores condicionantes ou mediadores que seriam os responsáveis pelas modificações do acesso dos indivíduos ou unidade familiar à plataforma de sustento (ou recursos). Os condicionantes são classificados como fatores endógenos e exógenos.

Os fatores endógenos relacionam-se às normas sociais e estruturas das quais as unidades familiares e os indivíduos fazem parte (relações sociais, instituições e organizações); na segunda, as exógenas, estão os fatores representados pelas tendências econômicas, políticas e choques, os quais causam importantes consequências para a viabilidade do sustento, não podendo ser controlado pelos indivíduos (PADILHA, 2009, p. 55).

Quanto aos fatores endógenos, Padilha (2009) descreve:

- a) Relações sociais: correspondem às relações dos indivíduos ou unidades familiares com a comunidade e compreendem variáveis como sexo, etnia, casta, idade, classe, religião;
- b) Instituições: são as regras formais e informais que ditam os relacionamentos entre os agricultores;
- c) Organizações: compreendem as agências governamentais, organizações não governamentais, associações, cooperativas e empre-

sas privadas.

Padilha (2009) incorpora os fatores exógenos à taxa de crescimento populacional, a densidade populacional local, a tecnologia agrícola, os preços relativos, as tendências econômicas nacionais e internacionais. Outra importante variável exógena (denominada “choques”) se refere à exposição aos fatores climáticos, como enchentes, tufões e secas.

De acordo com Penrose (2006), as mudanças no mundo exterior integram a experiência do pessoal de uma firma, tornam-se parte do “estoque de conhecimentos” relativos a mercados, à tecnologia, às preferências dos consumidores que, conseqüentemente, mudam o significado de seus recursos.

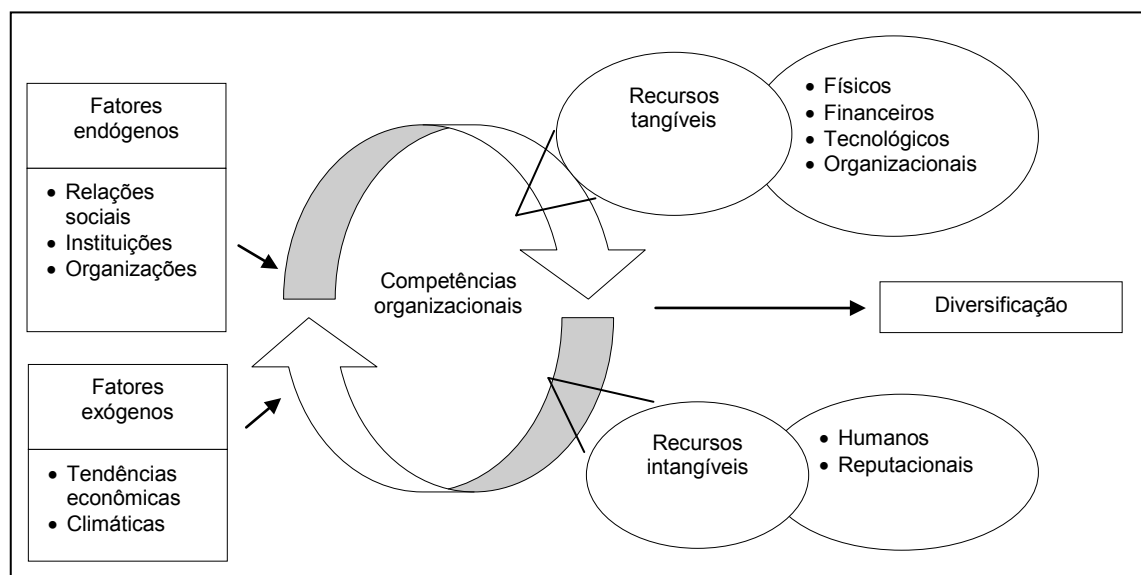
Para Ellis (2000), o conjunto de ativos que o indivíduo ou unidade familiar dispõe, mediado por fatores sociais e tendências exógenas, resulta na adoção e adaptação, ao longo do tempo, da composição das estratégias de sustento. Para o autor, as estratégias de sustento são compostas de atividades que geram os meios de sobrevivência para os indivíduos (atividades embasadas em recursos naturais e atividades não embasadas em recursos naturais).

A figura 2 representa a conexão entre a teoria de recursos e formação de competências para a diversificação condicionada à influência dos fatores endógenos e exógenos. Entende-se que as competências organizacionais surgem a partir da alocação eficaz dos recursos. No entanto, o acesso aos recursos é mediado pelos fatores endógenos, referentes ao relacionamento da unidade familiar com outros agentes da cadeia, e pelos fatores exógenos, relacionados às tendências e mudanças climáticas, sociais, políticas e econômicas, sob as quais os agricultores têm pouca ou nenhuma influência.

### 3 - METODOLOGIA

Esta pesquisa é quantitativa e pretende levantar quais os recursos que contribuem e favorecem a estratégia de diversificação de agricultores familiares nas cidades de Varginha e Santo Antônio do Amparo, ambas localizadas no sul de Minas.

Um questionário estruturado foi aplicado a produtores familiares pertencentes a duas



**Figura 2** - Modelo Teórico Representando a Formação de Competências para Diversificação sob Influência dos Fatores Condicionantes de Acesso aos Recursos.

Fonte: Elaborada pelos autores.

associações do sul de Minas. A primeira, voltada para a produção de plantas medicinais e condimentares, localizada em Varginha, que contém 18 membros. A segunda associação é voltada para cafeicultores familiares localizados em Santo Antônio do Amparo composto por 58 membros. A amostra desta pesquisa se caracteriza em não probabilística por conveniência devido à dificuldade de se aplicar os questionários e pela limitação dos próprios agricultores. Do total de produtores, 33 responderam ao questionário, conferindo uma taxa de retorno de 43%, considerado como acima da média de outros estudos.

Os resultados foram obtidos por meio da utilização do software estatístico SPSS versão 17, e permitiram uma análise comparatória proporcionando a percepção dos fatores que diferenciam o grupo de produtores diversificados dos não diversificados.

O modelo teórico representado pela figura 2 apresenta alguns indicadores (recursos tangíveis, intangíveis, fatores endógenos e exógenos) que influenciariam a capacidade e, portanto, a estratégia de diversificação. Os indicadores ou recursos foram medidos por variáveis levantadas pela literatura e suas influências sobre a diversificação estão relacionadas no quadro 1.

Todos as variáveis foram coletadas por

meio da escala intervalar, com exceção das variáveis “área produtiva”, “idade”, “experiência na atividade” e “número de membros da família”, que foram medidas por escala razão e transformados em escala intervalar, conforme metodologia de Malhotra (2006). Assim, os indicadores foram calculados por meio da determinação da média ponderada dos valores da escala, técnica também utilizada por Carvalho (2009) e Klotzle e Thomé (2006).

O método *ward* da técnica de agrupamento, ou *cluster*, foi utilizado para agrupar os agricultores familiares conforme suas características. Conforme descrito por Hair e Anderson (2009), esta é uma técnica de análise multivariada cuja finalidade principal é classificar objetos ou casos em grupos relativamente homogêneos de modo que cada objeto é semelhante aos outros no agrupamento com base em um conjunto de características escolhidas. Os resultados devem exibir a homogeneidade interna e elevada heterogeneidade externa. Neste estudo, os dados permitiram encontrar dois grupos diferentes dentro da amostra, os quais foram nomeados como um grupo de produtores “diversificados” e “não diversificados”. A diferenciação entre os grupos foi obtida por meio de tabulação cruzada.

As relações de dependência entre os indicadores e a estratégia de diversificação foi

QUADRO 1 - Relação das Variáveis e a Tendência Esperada em Relação à Diversificação

Indicadores	Tendência para diversificar	Variáveis	Escala	
Recursos tangíveis	1 - Físicos	Área produtiva	Razão-Intervalar	
		Máquinas/equipamentos	Razão-Intervalar	
		Instalações	Intervalar	
		Estradas	Intervalar	
		Fornecimento de energia	Intervalar	
		Abastecimento de água	Intervalar	
	2 - Organizacionais	Positiva (+)	Processos	Intervalar
			Planejamento	Intervalar
			Controle das atividades	Intervalar
			Organização	Intervalar
3 - Financeiros	Positiva (+)	Divisão das tarefas	Intervalar	
		Coordenação	Intervalar	
		Renovação do Pronaf	Intervalar	
		Dependência do Pronaf	Intervalar	
Rec. intangíveis	1 - Humanos	Aplicação do Pronaf	Intervalar	
		Idade	Razão-Intervalar	
		Experiência na atividade	Razão-Intervalar	
		Nível de escolaridade	Intervalar	
		N. membros na família	Razão-Intervalar	
		<i>Know-how</i>	Intervalar	
Fatores endógenos	1 - Relações Sociais	Fornecedores	Intervalar	
		Clientes	Intervalar	
		Vizinhos	Intervalar	
		Emater	Intervalar	
	2 - Organizações	Positiva (+)	Epamig	Intervalar
			Prefeitura	Intervalar
			Associação	Intervalar
			Empresa privada	Intervalar

Fonte: Dados da pesquisa.

verificada por meio da regressão logística que, de acordo com Hair e Anderson (2009), é uma técnica estatística que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente binária e várias variáveis independentes e permite a utilização de uma variável binária como dependente. A variável dependente neste estudo é a diversificação; portanto, foi atribuído o valor 0 para os produtores que comercializam apenas uma cultura e valor 1 para os produtores que comercializam mais de uma cultura. A intenção do uso da análise de regressão é descobrir se existe alguma influência dos recursos tangíveis e intangíveis, e também dos fatores condicionantes de acesso aos recursos classificados como endógenos e exógenos, sobre a estratégia de diversificação.

O modelo de regressão foi estimado

utilizando-se o método *backward*. Neste método são obtidos diversos modelos de equação, em que o primeiro contém todas as variáveis previsoras e o último somente as variáveis previsoras significativas. Assim, as variáveis previsoras são combinadas sendo retiradas sem causar efeito substancial ao grau de aderência do modelo aos dados observados (FIELD, 2009). De acordo com o autor, este método é apropriado quando não existem pesquisas prévias que podem ser tomadas por base para testar hipóteses.

#### 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Através da análise de agrupamento, os produtores foram segmentados em dois grupos (Tabela 1). Os grupos foram diferenciados pela

TABELA 1 - Principais Diferenças entre os *Clusters*, Pesquisa nas Cidades de Santo Antônio de Amparo e Varginha, Estado de Minas Gerais, 2010

Características	Grupo "Diversificado"	Grupo "Não Diversificado"
Idade	66,6% até 42 anos	67% acima de 42 anos
Experiência	43,4% acima de 30 anos	25,2% acima de 30 anos
Escolaridade	60% fundamental completo	75% fundamental incompleto
Máquinas e equipamentos	73,4% possuem mais de 3 máquinas	77% possuem até 3 máquinas
Área produtiva	40,20% possuem mais de 10 ha	73,30% possuem menos de 10 ha

Fonte: Dados da pesquisa.

tabulação cruzada utilizando para discriminar os *clusters*, as variáveis demográficas (idade, experiência, escolaridade, e a diversificação) e as variáveis de recursos físicos (máquinas e equipamentos e área produtiva). De maneira geral pode-se dizer que o primeiro grupo, constituído por 15 produtores, apresenta em sua composição 13 diversificados (87%), o qual recebeu o nome de "Diversificado". O segundo grupo, constituído por 18 produtores, e que têm 11 (61%) cafeicultores, recebeu o nome de "Não Diversificado".

Quanto a outras características dos grupos, observa-se que a composição dos produtores diversificados é mais jovem, possui nível de escolaridade mais elevado, levando a ilação que produtores mais velhos e menos instruídos possuem uma relativa resistência a diversificar. Outra particularidade observada é que os elementos desse grupo possuem maior número de máquinas e implementos agrícolas, aliada a existência de maior área produtiva, o que dá possibilidade destes produtores investirem em outras atividades.

Esses dados evidenciam que os produtores diversificados detêm melhores condições e que a escassez de recursos está entre os produtores não diversificados. Quanto à forma de comercialização, os dois grupos atuam por meio de contratos formais em sua maioria. No entanto, o grupo de produtores não diversificados possui uma incidência maior de comercialização por meio de contratos informais (31,3%) que o grupo de diversificados (14,3%). Este dado permite inferir que os produtores não diversificados, no caso a maioria dos cafeicultores, comercializam com base na tradição e confiança do comprador, em uma cadeia cuja coordenação se dá via mercado, não havendo predomínio da formalização contratual.

Após a contextualização dos produtores inqueridos, segue a discussão que atende os

objetivos propostos da presente análise por meio dos indicadores contidos na tabela 2.

TABELA 2 - Principais Variáveis Explicativas, Pesquisa nas Cidades de Santo Antônio de Amparo e Varginha, Estado de Minas Gerais, 2010

Variáveis	Média	Desvio	N
1 Diversificação	,61	,50	33
2 Recursos físicos	62,73	12,54	33
3 Recursos financeiros	71,21	22,19	33
4 Recursos humanos	48,70	10,16	33
5 Recursos organizacionais	69,37	11,09	33
6 Relações sociais	62,02	24,52	33
7 Relações organizacionais	72,48	12,60	33

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela análise das correlações entre a diversificação e as variáveis utilizadas no modelo, com base no coeficiente de Pearson, nota-se que apenas as variáveis "relações organizacionais" e "recursos físicos" possuem correlação significativa a 5% (Tabela 3).

O modelo estimado pela regressão logística está representado na tabela 4 e apresenta ajuste satisfatório. O teste de qui-quadrado foi significativo, indicando que se ajusta de forma significativa aos dados, ou seja, o modelo está classificado corretamente a uma porcentagem acima de 78,8%. A aderência do modelo foi verificada por meio do teste de Hosmer e Lemeshow. Esse teste verifica se os dados são significativamente diferentes dos valores previstos pelo modelo. Espera-se um valor não significativo para esse teste, quesito que foi preenchido pelo modelo apresentado na tabela 4.

As variáveis que apresentaram influência significativa sobre a probabilidade de ocorrer a diversificação entre os produtores familiares que compõem a análise foram "os recursos físicos" e "relações organizacionais (Tabela 4).

TABELA 3 - Correlações entre Diversificação e Variáveis Explicativas, Pesquisa nas Cidades de Santo Antônio do Amparo e Varginha, Estado de Minas Gerais, 2010<sup>1</sup>

Correlations	Diversificação	Sig. (1-tailed)
Pearson correlation	1 Diversificação	1
	2 Recursos físicos	,379 <sup>2</sup>
	3 Recursos financeiros	,187
	4 Recursos humanos	-,105
	5 Recursos organizacionais	-,186
	6 Relações sociais	,256
	7 Relações organizacionais	,431 <sup>2</sup>

<sup>1</sup>N=33.<sup>2</sup>p<0,10.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 4 - Resultados da Regressão Logística da Estratégia de Diversificação, Pesquisa nas Cidades de Santo Antônio do Amparo e Varginha, Estado de Minas Gerais, 2010<sup>1</sup>

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-9,141	4,773	3,667	1	,055	,000
2 Recursos físicos	,093 <sup>2</sup>	,047	3,938	1	,047	1,097
3 Recursos financeiros	,028	,023	1,395	1	,238	1,028
4 Recursos humanos	-	-	-	-	-	-
5 Recursos organizacionais	,070	,051	1,916	1	,166	,932
6 Relações sociais	-	-	-	-	-	-
7 Relações organizacionais	,092 <sup>2</sup>	,048	3,684	1	,055	1,097
<i>Qui-quadrado</i>						14,164 <sup>2</sup>
Aderência do modelo						7,280 n.s. <sup>3</sup>
% Concordância						78,8%
R <sup>2</sup> Cox & Snell						34,9%
R <sup>2</sup> Nagelkerke						47,3%

<sup>1</sup>N=27<sup>2</sup>p<0,05.<sup>3</sup>N.s. - não significativo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos “recursos físicos”, o modelo indica que uma propriedade que possui mais máquinas e equipamentos, maior área, disponibilidade de insumos, de energia e de água, instalações em boas condições e de estradas com fácil acesso tem uma chance uma vez maior de ser diversificado em relação a uma propriedade com poucos recursos físicos.

As influências das relações organizacionais sobre a propensão a diversificar é a mesma, o que indica que as instituições de apoio, Emater e Epamig, têm influenciado fortemente os produtores para se diversificarem, buscando complementação da renda e reduzindo o risco

dos produtores relativos à dependência de apenas uma cultura. As chances de aumento na variável dependente em função de suas previsoras podem ser observadas pelo parâmetro Exp (B) (FIELD, 2009).

Este resultado indica que a diversificação de uma propriedade agrícola familiar não ocorre por decisão isolada de um único produtor, mas ocorre devido à influência e apoio das instituições. Este fato é corroborado pela alta concordância dos grupos de produtores quanto à influência destas instituições na diversificação (Tabela 5). A Emater obteve, entre o grupo de produtores diversificados, 100% de concordância quanto ao

TABELA 5 - Concordância dos *Clusters* quanto à Influência dos Fatores Endógenos à Diversificação, Pesquisa nas Cidades de Santo Antônio de Amparo e Varginha, Estado de Minas Gerais, 2010

Fat. Endógenos	Grupo "Diversificado"	Grupo "Não Diversificado"
Fornecedores	86,7% Concordância	70,6% Não concordam
Clientes	86,7% Concordância	50,1% Concordância
Vizinhos	60% Concordância	77,7% Concordância
Emater	100% Concordância	94,4% Concordância
Epamig	93,4% Concordância	72,2% Concordância
Associação	93,4% Concordância	88,2% Concordância
Empresa Privada	73,3% Concordância	55,5% Não concordam

Fonte: Dados da pesquisa.

apoio para diversificar, seguido da Epamig e da participação em associação com 93,4%.

Na pesquisa analisada nota-se a existência de heterogeneidade quanto às causas e estímulos para a diversificação. Padilha (2009) ressalta que o processo de diversificação de sustento é diferenciado em suas causas e efeitos em virtude da locação, da demografia, da vulnerabilidade, do nível de renda e da educação, fato este percebido nesta análise, em que a diversificação é entendida como resultado da influência de instituições de apoio em função da quantidade de pessoas na unidade familiar.

Com relação às variáveis que não foram significativas, percebe-se que estas são realmente fatores críticos e característicos da pequena propriedade agrícola. Os recursos humanos se tornam não significativos para a diversificação devido ao êxodo rural, que também foram discutidos por Schneider (2003). Para o autor, a permanência na atividade agrícola ocorre em famílias com filhos pequenos ou ainda quando só resta o casal de velhos. O autor afirma que, em situações em que "sobram braços" para trabalhar, há uma tendência a buscar atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas, fazendo com que a busca por estas atividades seja maior em situações em que a família amplia sua capacidade de trabalho diante da maior aptidão dos filhos.

Com relação aos recursos organizacionais, medidos pelo planejamento, controle e ordenação de atividades, Padilha et al. (2010) ressaltam que a maioria dos produtores rurais não possui um sistema formal de planejamento, controle, gestão da propriedade e gestão de custos, resultando num baixo desempenho economi-

co da atividade produtiva. A autora afirma que neste quesito há a necessidade de maior apoio das instituições de pesquisa e extensão; porém, as orientações destes técnicos nem sempre são seguidas à risca pelos produtores familiares. Quanto aos recursos financeiros analisados aqui por meio do Pronaf, sabe-se que a maioria dos agricultores familiares brasileiros utilizou este recurso indevidamente, não o aplicando na produção, e estando imersos em dívidas há aproximadamente quatro anos, fato que não permitiu a renovação do crédito e, portanto, a utilização deste recurso.

Por fim, com relação às relações sociais, percebe-se que há um oportunismo por parte dos fornecedores e dos compradores que vislumbram apenas o seu benefício, um indicando produtos inadequados para os produtores, e o outro desvalorizando a produção durante a comercialização. Quanto aos vizinhos, este é um ponto falho, pois deveria haver maior interação e cooperação entre os agricultores, de forma a gerar maior aprendizado e, conseqüentemente, tornando-se mais competitivos.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é um primeiro passo na direção da conjugação de teorias de diversificação, como uma especificidade da agricultura familiar, com visão baseada em recursos e as teorias de crescimento da firma.

Os "recursos físicos" e as "relações organizacionais" foram as variáveis que mais influenciaram, aumentando em uma unidade as chances de se diversificar.

As limitações da pesquisa estão relacionadas ao tamanho da amostra, impedindo a generalização probabilística. A sugestão para futuros estudos é aumentar a quantidade de produtores para análise para a aplicabilidade do modelo logit bem como ampliar a abrangência geográfica com finalidade de mapear diferenças entre regiões possibilitando delinear políticas de incentivo a esta estratégia.

Neste estudo identificou-se que a adoção da estratégia de diversificação dos agricultores familiares é inicialmente uma necessidade (sobrevivência). Porém, se mantém visando o desenvolvimento e crescimento econômico das propriedades, podendo ser “trocada” se houver diminuição nos rendimentos do produtor.

Esta afirmação pode ser corroborada pela motivação em diversificar relacionada a aspectos puramente econômicos e gerando melhoria nas condições tanto da propriedade quanto do produtor.

Deste modo, a diversificação para a agricultura familiar confirma ser uma estratégia eficiente para agricultores familiares, já que proporciona o crescimento e desenvolvimento da propriedade, uma vez que os produtores diversificados possuem mais recursos e tendem a se manter mais competitivos. Cabe, no entanto, utilizar as relações organizacionais como veículos para difusão de técnicas, tecnologias, mercados específicos para aperfeiçoar a atuação dos produtores.

## LITERATURA CITADA

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**. Indiana, Vol. 17, Issue 1, pp. 99-120, 1991.

\_\_\_\_\_. Looking inside for competitive advantage. **Academy of Management Executive**. Briarcliff Manor, Vol. 9, Issue 4, pp.46-61, 1995.

CARVALHO, H. R. **Condicionantes do desempenho exportador de micro, pequenas e médias empresas da região sul de Minas Gerais**. 122 p. 2009. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias competitivas e competências essenciais: perspectivas para a internacionalização da indústria no Brasil. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 129-144, 2003.

FROELICH, C. **A dinâmica das competências organizacionais: a trajetória do grupo Paquetá**. 240 p. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

GRANT, R. M. The Resources-Based Theory of Competitive Advantage: implications for strategy formulation. **California Management Review**. Berkeley, Vol. 33, Issue 3, pp. 114-135, 1991.

HAIR, J.; ANDERSON, R. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. Introdução. In: HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 640 p.

JAVIDAN, M. Core competence: what does it mean in practice? **Loug Range Planning**. Amsterdam, Vol. 31, Issue 1, pp.60-71, 1998.

KLOTZLE, M. C.; THOMÉ, C. C.; Fatores associados ao desempenho exportador de micros, pequenas e médias empresas brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 41, n. 3, p. 339-346, 2006.

MALHOTRA, N.; **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 720 p.

NIEHOF, A. The significance of diversification for rural livelihood systems. **Food Policy**. Amsterdam, Vol. 29, Issue 4, pp. 321-338, 2004.

PADILHA, A. C. M.; **A Estratégia de diversificação de sustento rural e a dinâmica da capacidade absorptiva no contexto do turismo rural**: proposição de estrutura de análise. 2009. 255 p. Tese (Doutorado) - Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. et al.; Entraves e oportunidades à diversificação de atividades produtivas no meio rural: uma análise dos recursos dos produtores rurais associados à Coagrisol. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. 22., 2010, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: DADM, 2010.

PENROSE, E.; **A teoria do crescimento da firma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 398 p.

PERONDI, M. A.; **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 210 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**. Cambridge, Vol. 68, Issue 3, pp. 79-91, May/Jun. 1990.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. A competência essencial da corporação. In: MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. **Estratégia**: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 293-316.

REIS, R. P.; RICHETTI, A.; LIMA, A. L. Eficiência econômica na cultura do café: um estudo no sul de Minas Gerais. **Organizações rurais e agroindustriais**. Lavras, v. 7, n. 1, p. 50-59, 2005.

SCHNEIDER, S.; Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n. 51, 2003. p. 99-121.

WERNERFELT, B. A Resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**. Chicago, Vol. 5, Issue 2, pp. 171-180, 1984.

### **AValiação DOS RECURSOS DETERMINANTES DA DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**RESUMO:** O presente trabalho avalia quais os recursos que favorecem a diversificação da agricultura familiar. Os dados foram obtidos por meio de questionário estruturado aplicados em duas associações de produtores familiares em duas cidades do sul de Minas. Foi possível a identificação de dois grupos na amostra, um diversificado e outro não diversificado. Percebeu-se que o grupo de produtores diversificados tem melhores condições de vida, pois possuem maior experiência de trabalho, escolaridade e quantidade de equipamentos e terra. Os dados demonstram que os recursos que mais contribuem são os recursos físicos, juntamente com as relações organizacionais.

**Palavras-chave:** visão baseada em recursos, diversificação, agricultura familiar.

**ASSESSMENT OF RESOURCES AS DETERMINANTS FOR  
DIVERSIFICATION OF THE FAMILY FARM**

**ABSTRACT:** *This study evaluates which resources promote the diversification of family farming. Data was collected through a structured questionnaire applied to two associations of family farmers in two southern municipalities in Minas Gerais state. It was possible to identify two groups of farmers in the sample, one diversified and the other undiversified. The diversified group was observed to enjoy better living conditions because they have more experience, a higher educational level, more equipment, and a larger productive area. Data demonstrated that the resources that contribute most are the physical ones, together with the organizational relationships.*

**Key-words:** *resource-based view, diversification, family farming.*

---

Recebido em 09/08/2011. Liberado para publicação em 20/12/2011.

# **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA PAULISTA: consistência institucional derivada da garantia da alocação de recursos orçamentários<sup>1</sup>**

José Sidnei Gonçalves<sup>2</sup>

## **1 - GARANTIA DE RECURSOS DO FEAP E CONSISTÊNCIA DAS POLÍTICAS ESTADUAIS**

A revitalização do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e sua transformação num dos principais instrumentos das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo foi a grande conquista deste período governamental 2007-2010 que ora se encerra. Grandes frutos foram pontificados na campanha eleitoral como financiamentos de tratores a juro zero (Pró-Trator), subvenção total do valor do prêmio do seguro do pomar citrícola, continuidade da subvenção do prêmio do seguro rural, além de inúmeras modalidades de financiamentos focando atividades e regiões. Isso representa um diferencial das políticas públicas estaduais no cenário nacional, como mostra o fato de que o agropecuarista paulista paga apenas um quarto do prêmio do seguro rural, enquanto em todo Brasil os agropecuaristas arcam com a metade. Essa estratégia governamental coloca a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em condição de liderança na capacidade de formular e executar políticas setoriais no cenário nacional.

A garantia na alocação de recursos orçamentários na forma de receita vinculada mostra-se estratégica para a construção de políticas estruturantes num horizonte mais largo de tempo, dada a presença determinante das expectativas típicas das decisões de investimento. A própria multiplicação dos modernos mecanismos de subvenções econômicas, que exigem volumes crescentes de recursos, mostra-se estratégica para que sejam produzidas transformações produtivas consistentes, uma vez que a manutenção da continuidade da intervenção num dado

tempo de maturação mostra-se relevante para alteração do comportamento produtivo. Em especial para o contingente de agropecuaristas, cuja inserção no padrão agrário configura-se como objetivo das políticas desenvolvidas pelo FEAP, o cálculo econômico num horizonte de vários exercícios mostra-se condição do sucesso. Esses elementos mostram que a parcela de receitas vinculadas explica a qualidade e efetividade dos resultados obtidos, uma vez que a leitura das últimas peças orçamentárias paulistas revela que inexistiram aportes significativos de recursos de outras fontes, em especial as do Tesouro do Estado.

## **2 - FEAP E AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O desenho de garantia de recursos para o FEAP está sendo colocado em questão pela necessidade de rediscussão do destino das crescentes receitas associadas ao petróleo que integram as receitas vinculadas do fundo. Tanto assim que no exercício 2011 vige o dispositivo previsto no artigo 12 da Lei n. 14.309, de 27 de dezembro de 2010 que “orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011”. Esse dispositivo inserido nas disposições transitórias não encontra similar nas leis orçamentárias dos exercícios anteriores. Sua redação é a seguinte:

Artigo 12 - As receitas provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração de petróleo, de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, constituem-se recursos do Tesouro do Estado, desvinculados de órgão, fundo ou despesa, no orçamento de 2011 (SÃO PAULO, 2010).

Não se trata de mera alteração burocrática na forma de apropriação da receita pública estadual, como à primeira vista pode ser depreendido do conteúdo do texto.

Apenas iniciados poderiam entender

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, IE-68/2011.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

seu verdadeiro significado. O que são as receitas provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração de petróleo, de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal? A leitura do Inciso VI do Artigo 2º da Lei n. 7.964 de 16 de julho de 1992, que organiza o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), esclarece a dúvida, ao dispor que

constituem recursos do Fundo: [...] VI - a compensação financeira devida ao Estado, por força do disposto no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, pela exploração de recursos minerais, petróleo e xisto betuminoso, excluída a parcela destinada aos municípios, nos termos do artigo 9º da Lei Federal n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (SÃO PAULO, 1992).

Ora, pela disposição vigente, as receitas “provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração de petróleo” decorrentes desse dispositivo constitucional são automaticamente repassadas ao FEAP como Fonte 2 - receitas vinculadas. Logo configuram receitas vinculadas ao FEAP independente da intervenção da Secretaria da Fazenda. A nova redação na forma do artigo 12 da Lei n. 14.309, de 27 de dezembro de 2010, altera essa condição, uma vez que tais recursos antes consignados automaticamente ao FEAP, “constituem-se recursos do Tesouro do Estado, desvinculados de órgão, fundo ou despesa, no orçamento de 2011” (SÃO PAULO, 2010). Em função disso, tais recursos passam a ser incorporados às demais receitas públicas que sustentam dispêndios da denominada Fonte 1 - Tesouro do Estado.

Esse dispositivo vem sendo reproduzido na legislação orçamentária paulista, uma vez que a Lei n. 14.489, de 21 de julho de 2011, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012”, insere dispositivo similar ao incorporar o artigo 34 que define que

as receitas provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração do petróleo, de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, constituem-se, no orçamento de 2012, recursos do Tesouro do Estado, a serem aplicados nos termos da Lei federal n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e modificações posteriores (SÃO PAULO, 2011).

Isso implica que também para o exercício 2012 haverá a não destinação ao FEAP dos recursos de suas receitas vinculadas, associados à explo-

ração do petróleo. O risco da persistência dessa sistemática consiste na perda da principal condição do FEAP enquanto instrumento institucional consistente que diferencia o governo do Estado de São Paulo no cenário da federação brasileira.

Essa medida limita de forma inexorável a capacidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de formular políticas públicas. Na realidade atual, a exclusão tecnológica decorre, na sua essência, de exclusão financeira. Desse modo, o instrumento fundamental de inclusão a ser operado pela assistência técnica e extensão rural pública não está na oferta de insumos, mas na oferta de acesso ao financiamento. E para tal, a solução está na multiplicação - para pequenos e médios produtores - de mecanismos de acesso ao crédito, como no caso paulista se configura o FEAP, cuja reestruturação deu-se durante o período de governo 1995-1998, com a participação de especialistas em economia aplicada à agricultura da pasta. Essa reengenharia de reconstrução em bases conceituais apropriadas levou à recriação, de um instrumento quase moribundo então existente no organograma da SAA.

O FEAP, também conhecido como “Banco do Agronegócio Familiar”, foi estruturado em bases institucionais que lhe permitem abarcar diversos instrumentos financeiros, como: operar na equalização de juros para financiamentos rurais e agroindustriais; na concessão de recursos na forma de empréstimos para impulsionar projetos estratégicos; na subvenção ao prêmio do seguro rural; e outras formas de apoio financeiro. O governo do Estado de São Paulo foi, portanto, pioneiro na construção de mecanismos adequados tanto para ajustar os instrumentos de financiamento para incorporar os agropecuaristas excluídos da modernização por restrições de acesso ao crédito rural, como na estruturação de política ativa de subvenção ao prêmio do seguro rural, a primeira idealizada de forma consistente na agricultura brasileira.

Por certo, esse dispositivo introduzido na peça orçamentária configura-se como mecanismo transitório até que legislação estadual própria defina a destinação dos recursos associados às receitas fiscais do petróleo. Solução temporária porque o dispositivo contraria todas as disposições relativas às ações do FEAP aprovadas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 em

curso. O PPA 2008-2011 configura-se na Lei Estadual n. 13.123 de 8 de julho de 2008 (SÃO PAULO, 2008a), e não estava incluída nem na Lei Orçamentária Anual (LOA 2008) que corresponde à Lei n. 12.788 de 27 de dezembro de 2007) (SÃO PAULO, 2007), nem na LOA 2009 (Lei n. 13.289 de 22 de dezembro de 2008) (SÃO PAULO, 2008b), nem na LOA 2010 (Lei n. 13.916 de 22 de dezembro de 2009) (SÃO PAULO, 2009). Nesse sentido a Lei n. 14.309 de 27 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010) não está em sintonia com a legislação orçamentária progressiva. Para mitigar os impactos, o governo do Estado alocou no exercício 2011 montante de recursos no FEAP associados à Fonte 1 - Tesouro do Estado.

Para entender o processo, mostra-se essencial a análise das receitas vinculadas do FEAP no período correspondente ao primeiro semestre de 2009 e ao primeiro semestre de 2011. Essas rubricas advêm de que, de acordo com a Lei n. 7.964 de 16 de julho de 1992, no seu Artigo 2º,

constituem recursos do Fundo: VI - a compensação financeira devida ao Estado, por força do disposto no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, pela exploração de recursos minerais, petróleo e xisto betuminoso, excluída a parcela destinada aos municípios, nos termos do artigo 9º da lei federal n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989; VII - 30% (trinta por cento) da compensação financeira devida ao Estado, por força do § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, pela exploração de recursos hídricos em seu território (SÃO PAULO, 1992).

No período 2011-2012, essas receitas crescem de R\$15,8 milhões no primeiro semestre de 2009 para R\$29,2 milhões no segundo semestre de 2010. Duas rubricas respondem no mesmo período por esse crescimento, quais sejam: as receitas vinculadas à exploração mineral (CFEM-DNPM) - que evoluíram de R\$2,9 milhões para 4,4 milhões, e das associadas à energia elétrica (ANAEEL), que avançaram de R\$11,2 milhões para R\$13,7 milhões. Entretanto, o maior incremento está associado às receitas vinculadas aos *royalties* do petróleo que saltam de R\$1,4 milhão para R\$10,4 milhões (Tabela 1).

A mudança na apropriação das receitas vinculadas pela legislação orçamentária mostra-se relevante uma vez que no primeiro semes-

tre de 2011 o valor arrecadado cai de forma abrupta com a supressão das destinações da conta petróleo. Os R\$15,3 milhões do primeiro semestre de 2011 equivalem ao montante alocado no primeiro semestre de 2009, numa perda significativa de consistência da capacidade do FEAP em realizar políticas estruturantes de prazo mais longo e, com isso, de continuar a desempenhar papel estratégico nas políticas públicas setoriais paulistas. Em relação à realidade anterior à exclusão da vinculação das receitas do petróleo, o significativo valor de R\$22,6 milhões deixou de ser aportado ao fundo (Tabela 1), patamar que deverá atingir em torno de, no mínimo, R\$47,0 milhões em todo exercício 2011, conforme projeções as Secretaria da Fazenda. Trata-se de valores expressivos frente à disponibilidade de recursos do FEAP.

Ressalte-se que o governo do Estado de São Paulo adotou medidas mitigadoras desse efeito destinando recursos adicionais da Fonte 1 - Tesouro do Estado. A análise da evolução orçamentária dos recursos do FEAP no período 2008-2011 deve ser realizada excluindo-se os recursos associados ao projeto microbacias hidrográficas (Fonte 1 e Fonte 7) dada a transição entre a fase I e a fase II realizada com sobressaltos no período. Em 2008 a 2011, os recursos orçamentários do FEAP, excluindo-se o projeto microbacias hidrográficas associado a compromissos de financiamento contraídos no Banco Mundial, crescem de R\$28,8 milhões para R\$49,3 milhões, o que se mostra compatível com a prioridade governamental para as políticas setoriais estruturantes (Tabela 2).

Chama a atenção que as alocações para a Fonte 2 - receitas vinculadas crescem de R\$28,8 milhões para R\$33,3 milhões em 2010, com recuo para R\$21,2 milhões em 2011. Isso implica que os impactos da retirada da vinculação da receita do petróleo no FEAP foram estimados em R\$12,1 milhões de perda de receita. Tanto em 2008 como em 2009, o FEAP operou tão somente com recursos oriundos de suas receitas vinculadas. Em 2010, foram alocados em adicional o montante de R\$11,6 milhões para cobrir os dispêndios com a subvenção econômica associada ao financiamento de implementos agropecuários (Pró-Implemento). Em 2011 foram disponibilizados R\$32,2 milhões. Nos dois anos considerados, devem ser descontados a contra-

TABELA 1 - Receitas Vinculadas do FEAP, segundo a Rubrica, Estado de São Paulo, 2009-2011 (em R\$)

Semestre	CFEM DNPM	Royalties	ANEEL	Fdo. especial Lei 7.525	Total
2009 PR SEM	2.904.670,11	1.352.218,10	11.165.267,15	394.520,02	15.816.675,38
2009 SG SEM	3.313.344,16	1.248.238,81	11.384.272,33	543.217,88	16.489.073,18
<b>2009 Total</b>	<b>6.218.014,27</b>	<b>2.600.456,91</b>	<b>22.549.539,48</b>	<b>937.737,90</b>	<b>32.305.748,56</b>
2010 PR SEM	3.915.363,77	2.986.362,87	12.254.320,38	587.566,61	19.743.613,63
2010 SG SEM	4.464.579,76	10.444.114,88	13.732.716,74	589.505,81	29.230.917,19
<b>2010 Total</b>	<b>8.379.943,53</b>	<b>13.430.477,75</b>	<b>25.987.037,12</b>	<b>1.177.072,42</b>	<b>48.974.530,82</b>
2011 PR SEM	4.825.038,18	0,00	10.476.114,74	0,00	15.301.152,92
<b>2011 c/ PETR</b>	<b>4.825.038,18</b>	<b>22.611.435,44</b>	<b>10.476.114,74</b>	<b>970.372,53</b>	<b>38.882.960,89</b>

Fonte: Elaborada a partir de dados levantados do FEA/SAA.

TABELA 2 - Orçamento do FEAP, segundo a Fonte de Recursos, Estado de São Paulo, 2008-2011 (em R\$)

Exercício	Fonte 1	Fonte 2	Fonte 7	Total	Total s/micro
2008	8.156.336	28.792.001	10.179.258	47.127.595	28.792.001
2009	1.300.000	31.189.000	4.101.300	36.590.300	31.189.000
2010	11.566.640	33.270.000	3.999.874	48.836.514	44.836.640
2011	32.218.278	21.221.439	4.107.784	57.547.501	49.331.933

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) (SÃO PAULO, 2008-2011).

partida da subvenção econômica do projeto microbacias hidrográficas no valor de R\$3,9 em 2010 e R\$4,1 milhões em 2011. Com isso, foi disponibilizado em adicional o montante de R\$28,1 milhões, que pode ser contabilizado como esforço de mitigação da perda de receita vinculada (Tabela 2).

Dessa maneira, para uma perda efetiva de receita vinculada do FEAP por conta da exclusão da associação ao petróleo de R\$23,6 milhões no primeiro semestre de 2011 (Tabela 1), existem disponibilidades orçamentárias da Fonte 1 no valor de R\$28,1 milhões (Tabela 2), o que deve ensejar execução orçamentária consistente para que seja possibilitada suplementação em torno de R\$47,0 milhões em 12 meses. Isso resulta dos dispositivos inseridos nas formas do artigo 12 da Lei n. 14.309 de 27 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010), e do artigo 34 da Lei n. 14.489 de 21 de julho de 2011, que diz textualmente que “constituem-se recursos do Tesouro do Estado, desvinculados de órgão, fundo ou despesa, no orçamento de 2011”. O citado artigo 34 diz ainda que

as receitas provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração do petróleo, de que trata o § 1º do artigo 20

da Constituição Federal, constituem-se, no orçamento de 2012, recursos do Tesouro do Estado, a serem aplicados nos termos da Lei federal n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e modificações posteriores (SÃO PAULO, 2011).

Ora, não estão revogadas as determinações do Artigo 2º da Lei n. 7.964, de 16 de julho de 1992 que organiza o FEAP e, por conseguinte, a aplicação do referidos recursos continuam vinculados na forma da lei ao referido fundo de políticas públicas para a agricultura e assim devem ser destinados como Fonte 1 - Tesouro do Estado.

Dentre os argumentos apresentados para a inserção desse dispositivo está posição contrária à vinculação de receitas. Entretanto, o FEAP foca sua atuação em segmento que, em todas as nações, historicamente vem sendo objeto de políticas públicas ativas, como a subvenção do prêmio do seguro rural que no caso norte-americano atinge até 90% do valor a ser pago pelo agropecuarista. Ademais, em praticamente todos os segmentos das políticas sociais, como o caso especial da educação, a vinculação de receita consiste num dispositivo constitucional. Em São Paulo, as universidades públicas também recebem parcela das receitas orçamentárias por instrumento garantidor de percentual fixo. E o

FEAP, que foca políticas sociais para um segmento estratégico correspondente à agricultura familiar e consiste no único instrumento efetivo de execução de políticas produtivas de inclusão pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, perde eficiência na ação institucional. Assim, o mecanismo legal proposto na forma realizada acaba reduzindo a capacidade do Estado paulista de atendimento da parcela da agricultura que concentra indicadores sociais indesejáveis numa realidade em que não há outra ação pública de cunho produtivo focada na erradicação da miséria de origem rural. Destaque-se que as medidas governamentais mitigadoras com alocação de recursos adicionais da Fonte 1 - Tesouro do Estado não impuseram, até o momento, perdas orçamentárias para o FEAP.

### **3 - ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CFURH) REDUZ RECEITA DO FEAP**

A política nacional e também a paulista de gestão de recursos hídricos e a sobrevivência financeira do FEAP estão ameaçadas por modificação da legislação federal em curso com base no Projeto de Lei n. 315/2009, o qual reduz as fontes de recursos do FEAP devido à redução de 45% para 25% da participação dos Estados na divisão da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) (ANEEL, 2005). Por força do Artigo 2º da Lei n. 7.964 de 16 de julho de 1992 de São Paulo (SÃO PAULO, 1992), são recursos do FEAP, na forma do Inciso VII:

30% (trinta por cento) da compensação financeira devida ao Estado, por força do § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, pela exploração de recursos hídricos em seu território.

Esses recursos originários dos recursos hídricos representaram em 2010 o montante de R\$26,0 milhões que correspondem a 53,1% dos R\$48,9 milhões das receitas vinculadas do FEAP nesse ano (Tabela 1). Essa redução implicaria na perda de R\$11,6 milhões em recursos destinados à aplicação específica na sustentação da agricultura familiar paulista.

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de

Energia Elétrica - CF foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, municípios e órgãos da administração direta da União (ANEEL, 2011).

Dessa maneira, essa compensação como a própria designação define está associada a realidades em que a exploração de recursos hídricos, como a construção de represas hidroelétricas, ao inundar amplas superficiais, diminuem a potencialidade da prática da atividade econômica, principalmente da agropecuária.

A distribuição dos recursos, conforme estabelecido na Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis n. 9.433/97, n. 9.984/00 e n. 9.993/00, se dá pela destinação de 45% dos recursos aos municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) são dispensadas do pagamento da Compensação Financeira. As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão:  $CF = 6,75\% \times \text{energia gerada no mês} \times \text{Tarifa Atualizada de Referência} - \text{TAR}$  (ANEEL, 2011), fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os municípios já foram aquinhoados na forma definida pela legislação com percentual similar ao dos Estados. E a aplicação dos recursos descentralizada por comitês de bacias hidrográficas, como no caso paulista e de outras unidades da Federação, também direciona o atendimento de prioridades microrregionais enfrentando questões que vão além do espaço territorial de um município isolado, integrante de dada bacia hidrográfica. Dessa forma, com base na ação dos comitês de bacias hidrográficas praticamente todo recurso destinado aos Estados aplica-se no espaço municipal.

Dessa maneira, o Projeto de Lei n. 315/2009 praticamente desmonta o atual modelo exitoso de Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos ao retirar recursos que sustentam a execução de projetos estratégicos. Trata-se de

perda principalmente para o Estado de São Paulo, cujos repasses, que em 2010 foram da ordem de R\$87,5 milhões, serão reduzidos drasticamente. No nível nacional, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) estimou, com base em 2009, perdas de recursos da ordem de R\$230 milhões para todas as unidades da Federação que desenvolveram políticas de gestão de recursos hídricos. Pelo projeto, para o Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, tomando como referência o ano de 2009, os municípios passarão a receber recursos adicionais (que correspondem aos 20% de participação perdidos pelos Estados), mas sem a obrigação de aplicar na gestão de recursos hídricos, dado que os sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos estão estruturados em fundos que aplicam os valores da compensação na gestão desses recursos naturais, tais como revitalização de rios, enquadramento dos corpos de água, criação de comitês de bacias. Os municípios não possuem atribuição legal em gestão de recursos hídricos, nem instrumentos que assegurem que os recursos sejam aplicados no setor. Isso implica na possibilidade de desmonte ou no mínimo de enorme fragilização do sistema existente. No Estado de São Paulo, as políticas para agricultura serão duramente afetadas, seja na vertente da gestão dos recursos hídricos seja no tocante à agricultura familiar via FEAP que, ao aplicar por exemplo em conservação do solo, tem impacto direto nos recursos hídricos e na longevidade das represas pela redução do assoreamento.

#### **4 - RELEVÂNCIA ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS SUSTENTADAS PELO FEAP**

A experiência paulista de políticas inclusivas - sejam elas de superação de obstáculos para aumento de renda e de emprego nos espaços de agricultura deprimida e/ou de incorporação das sustentabilidades nas três dimensões produtivas (social, econômica e ambiental), substanciada no êxito do projeto de microbacias hidrográficas, mostra que as subvenções econômicas representam um instrumento essencial para o sucesso em termos de modificações estruturais. Esse mecanismo de ajuda direta presente na execução das políticas europeias para agricultura visa reduzir a exposição dessas estruturas

produtivas e das respectivas comunidades aos impactos das contradições inerentes ao mercado que, numa economia de grande empresa, levam necessariamente à exclusão produtiva obstando a inserção de expressivo contingente à modernidade. Ao burocrata menos avisado, as subvenções econômicas com aplicação de recursos públicos produziram a descapitalização de fundos como o FEAP. A contabilidade social em termos de efetividade das mudanças produzidas se mostra mais relevante na avaliação dessas políticas setoriais voltadas para espaços de agricultura deprimida. A análise da reprodução da inadimplência no FEAP e as respectivas renegociações frequentes nesse perfil de políticas mostram que o acesso ao crédito configura em instrumento inadequado para a maioria dos agropecuaristas atendidos por essas políticas.

A situação econômica desse público, numericamente expressivo, invariavelmente se torna dramática exigindo perdão da dívida. Com isso, perdem-se volumes expressivos de recursos públicos e criam-se constrangimentos de toda ordem em arrastados processos de renegociação, que quase sempre chega a termos não efetivos na solução do impasse. E o caminho da subvenção econômica exige volumes de recursos regulares em fundos como o FEAP. Esse tem sido o caminho das políticas constituídas com recursos desse fundo executadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos últimos anos, tais como a subvenção do prêmio do seguro rural e da sanidade do pomar citrícola que se junta aos recentes anúncios de similar tratamento da sanidade avícola e vitivinícola. São mais que benefícios aos agropecuaristas por consistirem instrumentos estratégicos das políticas públicas de defesa sanitária. Também se destaca o pioneirismo na subvenção do prêmio do contrato de opção como um “seguro de preços” e as subvenções dos juros do financiamento de tratores e implementos agropecuários. Em suma, a garantia de recursos para o FEAP representa uma exigência da consistência de políticas públicas inclusivas para a agricultura, uma vez que prevalece a máxima de que não se executa políticas sociais a juros.

As alterações da legislação federal, associadas à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) em trâmite no Senado Federal, comprometem a

solidez do atual sistema de gestão de recursos hídricos e reduzem recursos do FEAP. A indefinição da alocação da participação do FEAP nas receitas advindas do petróleo também deve ser equacionada. No plano federal, a solução consiste em evitar que o Projeto de Lei n. 315/2009 prospere e, no caso estadual, para o petróleo, há que se edificar novo instrumento mais compatível com a realidade atual. Por certo, as receitas com a descoberta e exploração das jazidas paulistas tendem a crescer de forma vertiginosa, o que torna questionável alocar todo esse incremento de receitas apenas na agricultura. Mas de forma coerente também não faz sentido reduzir a garantia de aplicação de recursos num setor estratégico cuja continuidade se mostra essencial para a constituição de projetos estruturantes de longo prazo.

A discussão deveria caminhar para nova divisão das receitas incrementais. Caso o

governo do Estado de São Paulo resolva rediscutir as fontes de receita do FEAP, o caminho mais consistente e transparente para fazê-lo seria o de discutir uma proposta específica de alteração do artigo 2º da Lei n. 7.964 de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre as fontes de receita do fundo e enviá-lo à Assembleia Legislativa. Urge solução definitiva para as fontes de receitas do FEAP que supere a transitoriedade e a precariedade da mudança de destinação com base nas leis que tratam da peça orçamentária, as quais não representam o instrumento adequado para tal modificação. Há que ser preservada a capacidade operacional do único fundo público voltado para execução de políticas públicas para as regiões de agricultura deprimida e para segmentos sociais carentes da zona rural, como assentados e pequenos e médios agropecuaristas da assim chamada agricultura familiar.

## LITERATURA CITADA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica**. Brasília : ANEEL, 2005 33 p. (Cadernos Temáticos ANEEL, n. 2).

\_\_\_\_\_. **Compensação financeira**. Brasília: ANEEL, 2011. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 7.964, de 16 de julho de 1992. Dá nova denominação ao Fundo de Expansão Agropecuária, define seus objetivos, dispõe sobre a aplicação de seus recursos e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 17 jul. 1992. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/179847/lei-7964-92-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.788, de 27 de dezembro de 2007. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2008. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 28 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/157088/lei-12788-07-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.123, de 8 de julho de 2008. Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 09 jul. 2008a. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/135147/lei-13123-08-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.289, de 22 de dezembro de 2008. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2009. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 dez. 2008b. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91884/lei-13289-08-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.916, de 22 de dezembro de 2009. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2010. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/820809/lei-13916-09-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15 set. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 14.309, de 27 de dezembro de 2010. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 28 dez. 2010. Disponível em: <[http://diariooficial.impressaooficial.com.br/doflash/prototipo/2010/Dezembro/28/suplementos/pdf/pg\\_0001.pdf](http://diariooficial.impressaooficial.com.br/doflash/prototipo/2010/Dezembro/28/suplementos/pdf/pg_0001.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 14.489, de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 22 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028468/lei-14489-11-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 15

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA PAULISTA:  
consistência institucional derivada da garantia da alocação de recursos orçamentários**

**RESUMO:** O trabalho trata da discussão de como um fundo público como o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) representa um instrumento estratégico para a realização de políticas públicas voltadas para a assim chamada agricultura familiar. E argumenta que a garantia de alocação de recursos consiste num instrumento fundamental para a consistência na formulação e execução dessas políticas. Essa análise finaliza-se ao demonstrar a impropriedade da proposta de alteração da distribuição de recursos associada à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) em trâmite no Congresso Nacional. Ao reduzir a participação dos Estados em favor dos municípios, a proposta torna-se frágil, com tendência ao desmonte do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos nos modelos das bacias hidrográficas, fato que também atinge o FEAP. Trata também da necessidade de equacionamento da destinação ao FEAP, como receita vinculada, da parcela estadual dos repasses associados à exploração do petróleo.

**Palavras-chave:** políticas públicas, agricultura paulista, fundos públicos, receitas públicas.

**PUBLIC POLICIES FOR PAULISTA AGRICULTURE:  
institutional consistency arising out of allocation of budgetary resources**

**ABSTRACT:** This work discusses how public funds, such as the Fund Expansion for Paulista Agribusiness (FEAP), represent a strategic tool for carrying out public policies aimed at so-called family farms. It argues that ensuring resource allocation is a key tool for consistency in the formulation and implementation of these policies. This analysis concludes by demonstrating the inadequacy of the proposed change to the distribution of resources associated with the Financial Compensation for Use of Water Resources (CFURH) legislation now pending in Congress. By reducing the participation of states in favor of municipalities, the system will become fragile, threatening the Water Resources Management System in the watershed models, a fact that also affects FEAP. It also addresses the need to allocate to FEAP, as attached revenues, the state's share of transfers associated with oil exploration.

**Key-words:** public policy, Paulista agriculture, public funds, public revenue.

---

Recebido em 15/09/2011. Liberado para publicação em 20/12/2011.

# COMERCIALIZAÇÃO E PERFIL DO CONSUMIDOR DA CARNE DE PEIXE NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO DE JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE)<sup>1</sup>

Jose Fernando Bibiano Melo<sup>2</sup>  
Andre Sampaio dos Santos<sup>3</sup>  
Alvoneide Assis Damasceno<sup>4</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A produção de carne de peixe no Brasil pela piscicultura vem se consolidando como atividade importante, tanto no aspecto socioeconômico como no ambiental, devido a vários fatores, tais como a disponibilidade de água, variadas espécies de peixes adaptadas a diferentes condições climáticas (tropical e semitemperada), espécies de couro, de escama e placas ósseas, espécies de diferentes hábitos alimentares, espécies de respiração aérea e/ou facultativa, espécies de águas paradas ou migradoras, espécies de água doce e salgada.

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2010), o Brasil possui grande potencial para aquicultura, pois detém 5,5 milhões de hectares de reservatórios, 12% de toda água doce disponível no planeta, clima extremamente favorável para o crescimento dos organismos cultivados e crescente demanda por pescado no mercado interno.

O surgimento da aquicultura trouxe um novo impulso à oferta mundial de pescado. Em 1998, a produção conjunta da pesca extrativa e da aquicultura atingiu 117,2 milhões de toneladas, incluindo peixes, crustáceos e moluscos, tendo a aquicultura contribuído com 30,9 milhões de toneladas, ou 26,3% do total (FAO, 2000). Isto significa que o cultivo começa a ter uma grande participação.

De acordo com a Food and Agriculture

Organization of the United Nations (FAO, 2004) a aquicultura mundial vem crescendo 11% ao ano a partir de 1984 e a produção mundial alcançada em 2001 foi de 48,4 milhões de toneladas. O Brasil, segundo a FAO (2003), foi responsável pela produção de 210.000 t em 2001, e em 1995, de acordo com Castagnolli (1996), a produção foi de 40.567 t. Este crescimento representou um aumento de dez vezes mais na produção neste período citado. Outras informações foram citadas por Rotta e Queiroz (2003), os quais relataram que a aquicultura teve rápida expansão no Brasil nos últimos anos, obtendo uma taxa de 15% ao ano. Em 2002 a produção foi em torno de 250.000 t. Ponce-Palafox et al. (2006) descreveram sobre uma visão da aquicultura no futuro, em 2025, e concluíram que o Brasil poderá ser a China do futuro em termos de produção aquícola. Estas estatísticas e relatos denotam que as condições de produção da carne de peixe, camarão e moluscos no Brasil são excepcionais, devido ao clima, água e biodiversidade de organismos aquáticos.

Segundo dados da FAO (2006), a contribuição da aquicultura para os estoques de suprimentos mundiais, representada pela somatória dos diversos organismos relacionados à prática, continua crescendo, saltando da significância de 3,9%, em 1970, para 32,4% em 2004, representando cerca de 1 milhão de toneladas e 59,4 milhões de toneladas, respectivamente. Em termos comparativos, o setor vem apresentando taxa de crescimento de 8,8% ao ano há várias décadas, comparado com a pesca, 1,2%, e com a criação pecuária, 2,8% (FAO, 2008).

Dados mais recentes da FAO (2009) confirmam que a produção de pescado tem se globalizado, pois cerca de 37% de toda a produção pesqueira (53 milhões de toneladas) se comercializa em nível internacional. Em 2008, as exportações globais de pescados geraram receitas de US\$102.000 milhões.

É neste contexto que o Brasil se insere

<sup>1</sup>Pesquisa financiada pelo CNPq, processo n. 560429/2008-8. Registrado no CCTC, IE-66/2011.

<sup>2</sup>Zootecnista, Doutor, Professor do Colegiado de Zootecnia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) (e-mail: melojfb@yahoo.com.br).

<sup>3</sup>Engenheiro Agrônomo, UNEB (e-mail: deosampaio@yahoo.com.br).

<sup>4</sup>Administradora de Empresas, FACAPE (e-mail: neidenfa@hotmail.com).

como grande fornecedor de pescado para o mundo. Com potencial hídrico e ambiental e com possibilidades de não cometer os mesmos erros que outros já cometeram, comprometendo o ambiente onde produziam seus pescados (SCORVO FILHO et al., 2010).

Em relação ao consumo da carne de peixe, entre 1984 e 1998 a aquicultura aumentou em quase 80% a sua participação no consumo *per capita* de pescado no mundo, saltando de 1,2 kg/hab./ano para 2,1 kg/hab./ano, com exceção apenas da China (FAO, 2000). Em países como o Japão, o consumo é de 72 kg/hab./ano, enquanto no Brasil, segundo o IBGE (2005), não chega a 4 kg/hab./ano e, segundo a FAO (2001), é de 5,47 kg/hab./ano, valores inferiores às médias sul-americanas (8,0 kg/hab./ano) e africanas (7,1 kg/hab./ano). Vale destacar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um consumo mínimo de 20 kg/hab./ano (FISHTEC, 2001).

De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 1995-1996 (IBGE, 2011), existem no Brasil diferentes níveis de consumo de pescado *per capita* (kg/hab./ano), em função da região, atingindo valores de 13,9 kg em Belém (PA) e apenas 1,074 kg em Goiânia (GO). A média brasileira em 2003/2004 estava em aproximadamente 6,5 kg/hab./ano, nível que pode ser considerado baixo, se comparado ao consumo de carne de suíno (10 kg), carne de frango (24 kg) e carne bovina (38 kg).

Entretanto, este consumo pode ser estimulado por meio de processamento e industrialização da carne de peixe e também com o *marketing*. A elaboração de produtos tais como o *fishburger*, almôndegas, apresetados, patê, filé *in natura*, marinados, defumados, pickles de peixe, além de outros, propiciam alternativas para o mercado consumidor.

A viabilidade da produção de carne de peixe pela piscicultura em região semiárida já é discutida. Este polo de aquicultura tem se estendido além do vale do São Francisco, ou seja, para outros polos tais como o do Parnaíba. Mesmo com a construção das barragens de Três Marias em Minas Gerais e da Barragem de Sobradinho na Bahia, as áreas de lagoas marginais, berçários e os reservatórios propriamente ditos estão aos poucos sendo ocupados na implantação de projetos.

Dados relatados pela CODEVASF (2006) na região de Petrolina (PE) e Juazeiro

(BA), com o uso de tecnologia de tanques-rede em 0,1% da área do Lago de Sobradinho na Bahia, indicam que a produção anual poderá atingir 630.000 t de peixes/ano, 9.000 t nos canais de irrigação em lotes do perímetro Nilo Coelho e Bebedouro. De acordo com Ebrahim e Castro (2004), já existem na região do baixo São Francisco, em Alagoas, mais de 1.000 ha de lâmina de água de viveiro e 2.000 tanques-rede, com produção de 6.000 t/ano.

Este trabalho foi realizado em 2006 e 2007 nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), com o intuito de descrever o perfil do consumidor da carne de peixe, bem como buscar informações referentes à disponibilidade de espécies de peixes nesta região, a origem ou procedência do peixe comercializado, a época de comercialização e estimar o consumo *per capita*. Visando atender ao objetivo do estudo, considerou-se importante o levantamento e análise das características que influenciam o comportamento do consumidor da carne de peixe, relacionando fatores que interferem no consumo.

## 2 - METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa, foram coletados dados em casas comerciais, mercados, feiras livres e peixarias nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Para identificar as espécies capturadas nesta região, foram realizadas entrevistas em três colônias de pescadores, sendo uma em Juazeiro e duas em Petrolina. Estas instituições estão cadastradas no MPA.

Para o estudo do perfil do consumidor, foram aplicados questionários em residências de bairros classificados de classe baixa, média e alta, com base na metodologia de Vilckas (2000). Este método consistiu em questionário com itens de identificação do sujeito entrevistado. As classes de renda foram baseadas na renda salarial da família conforme a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP): classe A (alta) - acima de R\$6.563,73; classe B (média) - entre R\$2.012,67 e R\$3.479,36; e classe C (baixa) - abaixo de R\$1.194,53. Para cada classe de bairro foram utilizados replicatas, isto é, duas de bairros de classe baixa, duas de classe média e duas de classe alta nas duas cidades estudadas. Em cada bairro foram entrevistadas 20 pessoas

(residências). Esse critério de classificação foi baseado em informações do Levantamento Socioeconômico (LSE) de 2005 do IBOPE (IBOPE, 2005). Foram entrevistados 104 pescadores das colônias de pescadores dos dois municípios. Na aplicação dos questionários, tomou-se o cuidado para que a amostra fosse representativa, abrangendo de forma aleatória.

### 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 - Diagnóstico da Comercialização de Carne de Peixe

A comercialização de carne de peixe nestas duas cidades representativas no semiárido demanda um abastecimento da carne de peixe. Por meio deste estudo foi possível avaliar e diagnosticar alguns aspectos da comercialização da carne de peixe, além de identificar fatores que estão relacionados ao consumo.

Pode-se considerar que existe grande variedade de espécies de peixes comercializadas nesta região do semiárido (Tabela 1). No entanto, algumas são mais ofertadas aos consumidores, destacando o curimatá, piau, surubim, piranha, dourado e outras.

Algumas destas espécies comercializadas são nativas da região do semiárido e já existem algumas técnicas de reprodução e alimentação que possibilitam o desenvolvimento da criação, sendo necessárias adequações em relação à taxa de estocagem, requerimento nutricional e estabelecimento destas espécies em sistemas de criação.

As espécies mais procuradas pelos consumidores (Tabela 2) são semelhantes às que são ofertadas, com exceção de algumas espécies de água salgada, que geralmente são comercializadas somente nos supermercados. Estas espécies de água salgada complementam a falta de espécies de água doce em alguns períodos do ano nesta região e também estão relacionadas ao fato de serem processadas, como é o caso da merluza, sendo apresentada na forma de filé.

As espécies de água salgada na cidade de Petrolina apresentam uma procura considerável, representando em média 11,11% do total, sendo geralmente comercializadas em supermercados, enquanto nas feiras livre elas não

são encontradas. Estas espécies de peixes de água salgada estão disponíveis e são oriundas de distribuidores de grandes centros dos municípios de Salvador (BA) e Recife (PE) ou pelas importações, conforme informado pelos supermercados.

Outro aspecto importante levantado nesta pesquisa é a procedência do peixe comercializado, sendo que o abastecimento de grande parte do pescado é de outros municípios e até mesmo de outro país (Remanso 32%, Casa Nova 29%, Sento Sé 17%, Pilão Arcado 13%, Xique-Xique 5%, Feira de Santana 1%, Curaçá 1% e da Argentina 2%). Das espécies de peixes ofertadas no mercado consumidor da região, o pescado é obtido do extrativismo. Em estudo de mercado da carne de peixe, realizado pela FISHTEC (2001), descreve-se que, em relação à procedência do pescado do município de Teresina (PI), este chegou a receber acima de 200 t de peixes da Argentina em 1999, além de outras regiões (Pará, Maranhão, Bahia, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Amazonas).

A captura de peixes comercializados pelas colônias de pescadores dos municípios estudados foi entre 2.095,38 kg e 8.381,54 kg de peixe/ano/pescador, sendo uma média de 5.238,46 kg de peixe/ano/pescador. A quantidade capturada não é suficiente para comercialização nesta região, pois a necessidade apontada pelos pescadores seria um incremento entre 6.000 kg e 20.000 kg de peixe/ano/pescador, sendo uma média geral de 10.923 kg de peixe/ano/pescador para atender os municípios. Estes dados refletem a necessidade de investimento na produção de peixes nesta região do semiárido, pois mesmo o extrativismo associado à entrada da carne de peixes de outras regiões não é suficiente para abastecer o mercado regional, nem mesmo com a concorrência da carne de peixes de água salgada.

Em estudo realizado por Martin e Martins (1999) na cadeia produtiva de pescado no reservatório de Itaipu, a captura era inferior a este trabalho, sendo em média entre 8 a 10 kg/dia/pescador pelas colônias de pescadores Foz do Iguaçu e Santa Helena.

Além do mercado desta região ser abastecido por outras cidades, existe uma sazonalidade na oferta e comercialização da carne de peixe nesta região (Figura 1). Devido à falta da carne de peixe nesta região, a qual poderia ser

TABELA 1 - Participação Relativa das Espécies de Peixe na Quantidade Total Comercializada nas Cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2006 e 2007

Nome comum e científico da espécie	Juazeiro (%)	Nome comum e científico da espécie	Petrolina (%)
Curimatá ( <i>Prochilodus scrofa</i> )	15,15	Piau ( <i>Leporinus elongatus</i> )	14,52
Piau ( <i>Leporinus elongatus</i> )	13,24	Surubim ( <i>Pseudoplatystoma sp</i> )	14,52
Surubim ( <i>Pseudoplatystoma sp</i> )	12,12	Dourado ( <i>Salminus maxillosus</i> )	12,90
Piranha ( <i>Serrasalmus sp</i> )	9,09	Curimatá ( <i>Prochilodus scrofa</i> )	9,68
Tambaqui ( <i>Colossoma macropomum</i> )	7,58	Pescada ( <i>Mycteroperca sp</i> ) <sup>1</sup>	9,68
Tucunaré ( <i>Cichla monoculus</i> )	6,06	Tambaqui ( <i>Colossoma macropomum</i> )	8,06
Dourado ( <i>Salminus maxillosus</i> )	6,06	Cari ( <i>Franciscodoras namoratus</i> )	4,84
Pacu ( <i>Piaractus mesopotamicus</i> )	4,55	Piranha ( <i>Serrasalmus sp</i> )	4,84
Cari ( <i>Franciscodoras namoratus</i> )	4,55	Tucunaré ( <i>Cichla monoculus</i> )	3,23
Merluza ( <i>Merluccius hubbsi</i> ) <sup>1</sup>	3,03	Merluza ( <i>Merluccius hubbsi</i> ) <sup>1</sup>	3,23
Outras <sup>2</sup>	18,04	Outras <sup>2</sup>	14,52
Total	100	Total	100

<sup>1</sup>Espécies de água salgada importadas esporadicamente de outros países.

<sup>2</sup>Espécies de comercialização ocasional que representaram menos de 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 2 - Espécies de Peixes Mais Procuradas Pelos Consumidores nas Cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2006 e 2007

Nome comum e científico da espécie	Juazeiro (%)	Nome comum e científico da espécie	Petrolina (%)
Curimatá ( <i>Prochilodus scrofa</i> )	43,75	Piau ( <i>Leporinus elongatus</i> )	38,89
Piau ( <i>Leporinus elongatus</i> )	25,00	Surubim ( <i>Pseudoplatystoma sp</i> )	22,22
Surubim ( <i>Pseudoplatystoma sp</i> )	12,25	Merluza ( <i>Merluccius hubbsi</i> ) <sup>1</sup>	11,11
Dourado ( <i>Salminus maxillosus</i> )	6,25	Cari ( <i>F. namoratus</i> )	11,11
Piranha ( <i>Serrasalmus sp</i> )	6,25	Vermelho ( <i>Cynoscion sp</i> ) <sup>1</sup>	5,56
Tambaqui ( <i>Colossoma macropomum</i> )	6,25	Corvina ( <i>Micropogonias furnieri</i> ) <sup>1</sup>	5,56
		Dourado ( <i>Salminus maxillosus</i> )	5,56
Total	100	Total	100

<sup>1</sup>Espécies de água salgada.

Fonte: Dados da pesquisa.

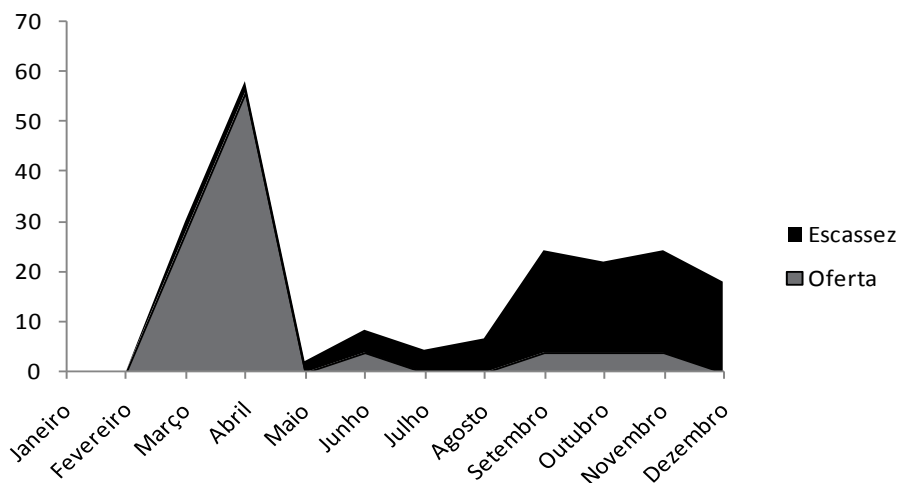


Figura 1 - Períodos de Maior Oferta e de Escassez de Pescado, Declarados em Relação ao Número de Entrevistados nas Cidades de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007.

Fonte: Dados da pesquisa.

suprida por meio da criação racional, a comercialização desta carne fica instável, havendo maior comercialização entre os meses de fevereiro a maio e a escassez entre os meses de setembro a dezembro.

O período de maior oferta, e consequentemente de comercialização da carne de peixe, corresponde ao período da pesca (extrativismo) nesta região, que ocorre em duas etapas, conforme declarada pelos pescadores, sendo a primeira entre fevereiro e abril e a segunda entre os meses de agosto e outubro. Nos meses de piracema a maior parte do peixe comercializado tem procedência de outras regiões.

### 3.2 - Perfil do Consumidor

Em relação ao perfil do consumidor das cidades de Juazeiro e Petrolina, alguns pontos importantes sobre o consumo da carne de peixe ofertada nos estabelecimentos comerciais podem ser destacados (Figura 2).

Estes dados são importantes para os investidores na cadeia produtiva de peixes, pois verificou-se que é necessário conhecer os fatores que podem estimular o consumo do pescado pelos consumidores, o qual determinará êxito na comercialização.

Questionados os consumidores sobre os fatores que levariam a aumentar o consumo da carne de peixe, a maioria dos entrevistados (51,25%) respondeu que o sabor é o mais importante. Em segundo lugar a questão da saúde, com 33,15%, a qual esta relacionada à qualidade nutricional da carne de peixe e, por último, o preço da carne, com 8,70%. O sabor da carne de peixe representa uma característica importante e que deveria ser explorada de forma comercial para aumentar o consumo.

Os entrevistados elegem a carne de peixe pelo aspecto da saúde. O fato da carne de peixe ser um alimento proteico de alto valor biológico para o consumo humano, comparada com outras carnes consumidas (bovina, suína, ovina, caprina, aves e outras), poderá ser mais explorado com intuito de estimular e aumentar o consumo. Para Silva e Fabrini Filho (1994), a percepção da qualidade da proteína animal está muitas vezes relacionada a fator como *marketing*, que reforça a saudabilidade da carne branca de alto

valor proteico, baixo nível de lipídeos, contendo ácidos graxos não saturados, em contraposição à carne vermelha, induzindo ao preconceito da dificuldade digestiva, maior percentual de triglicérides e gordura intramuscular.

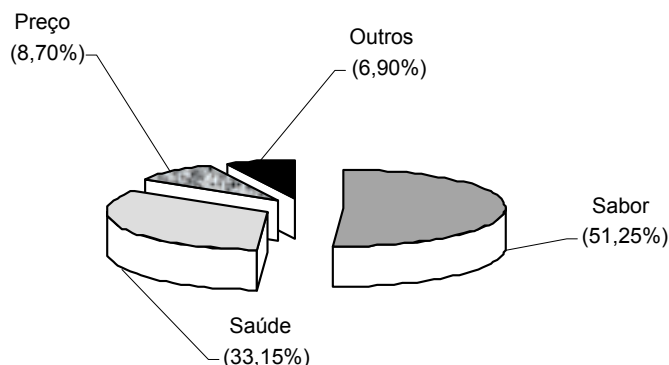
Já o fator preço denota nestes resultados como um baixo indicador para estimular o consumo, no entanto se faz necessário que o preço da carne de peixe *in natura* venha competir com o preço da carne de outros animais, tendo em vista que a maioria da comercialização é do peixe inteiro, o que reduz o rendimento e aproveitamento.

A produção de peixes nesta região deve estar atenta a este consumidor, considerando os aspectos sabor, valor nutricional da carne de peixe e preço como pontos-chave para o desenvolvimento da comercialização.

Em relação aos fatores que reduzem o consumo da carne de peixe, foram apontados pelos consumidores alguns aspectos importantes (Figura 3). A falta de processamento na carne de peixe é o principal aspecto que reduz o consumo. Este fato fornece indicações de que o mercado consumidor prefere um produto elaborado para facilitar a preparação e consumo do mesmo. Em estudo realizado por Gagleazzi et al. (2002), a reduzida frequência de escolha da carne de pescado pelo consumidor se deve principalmente a problemas sanitários e tecnológicos, sempre no sentido de não encontrar os produtos frescos ou com boa aparência, poucos produtos elaborados, e de difícil preparo.

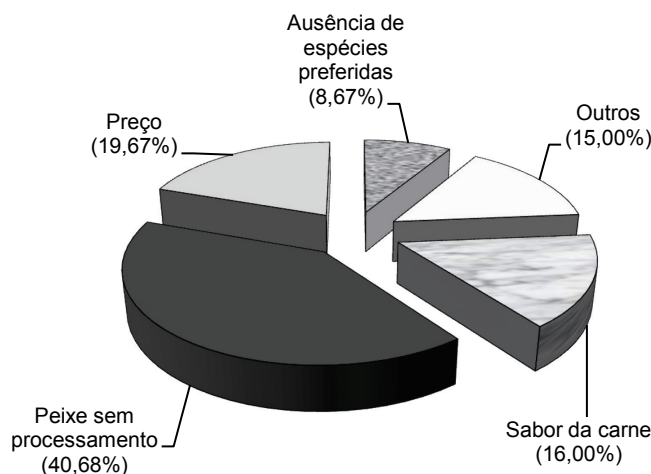
O processamento da carne de peixe no Brasil é muito reduzido quando comparado com o de outros animais, principalmente aves. E percebeu-se que há diminuição do consumo. De acordo com Ostrensky, Borghetti e Pedini (2000), o processamento fica limitado apenas às formas mais simples e menos elaboradas de transformação como evisceração, filetagem e/ou resfriamento, e/ou congelamento.

O preço representa o segundo fator que reduz o consumo, visto que ocorre ao longo do ano muita variação no preço em função do extrativismo, o qual é a principal fonte de abastecimento da carne de peixe na região. Em relação ao sabor, é provável que algumas espécies de peixes comercializadas na região apresentem propriedades organolépticas inapropriadas para o consumo em função da idade, teor de gordura



**Figura 2** - Fatores que Estimulam o Consumo da Carne de Peixe (em Percentagem) nas Cidades de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007.

Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 3** - Fatores que Reduzem o Consumo da Carne de Peixe (em Percentagem) nas Cidades de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007.

Fonte: Dados da pesquisa.

e conservação do pescado. A ausência de espécies no mercado também é responsável pela redução do consumo da carne de peixe, pois o consumidor tem suas preferências em relação às diferentes espécies existentes no mercado.

O sabor da carne do peixe, como se percebeu, pode estimular ou reduzir o consumo. Como foi apontado pelos consumidores (16,00%), a redução se deve muito à procedência do peixe obtido no mercado, visto que são peixes que recebem apenas alimentação natural sem o devido equilíbrio dos nutrientes em sua dieta. Também deve estar associado à falta de padronização, como a idade e época em que são coletados nos recursos hídricos naturais.

A produção de peixes ainda apresenta deficiências no que diz respeito à falta de padronização do produto para o consumo, pois pouco se avalia as características de sabor, presença ou não de espinhas, forma de preparo e valor nutricional. A apresentação do produto, a embalagem com especificação, propiciará melhor comercialização, além do *marketing* pouco explorado. De acordo com Souza (2002), a procura por um alimento de qualidade e de fácil preparo é uma das maiores estratégias de *marketing* exploradas por indústrias de alimentos. Desta forma, a carne de peixe terá de passar por estas fases da cadeia produtiva para que possa competir no mercado das carnes e estimular o consumo.

O preço médio da carne de peixe vendida em mercados e feiras variou entre R\$5,50 e R\$16,00 por quilograma. Esta variação depende da espécie de peixe e da época de comercialização. Neste trabalho, constatou-se que nos restaurantes estudados os preços dos pratos ofertados da carne de peixe são considerados altos pelos consumidores das classes média e baixa (Tabela 3).

Nestas duas classes sociais, estes valores podem reduzir o consumo da carne de peixe, pois é preciso considerar que estas duas classes são representativas em termos populacionais na região estudada. É preciso considerar que informações sobre a carne e seu preço têm importância relevante na percepção de qualidade e preferência (DRANSFIELD; ZAMORA; BAYLE, 1998).

Martin e Martins (1999) constataram algumas características de consumidores em duas cidades estudadas no Paraná: primeiro, há um percentual considerável de pessoas que consomem a carne de peixe; segundo, há as que consideram o peixe como a melhor carne para a saúde. No entanto, muitos desses consumidores, talvez por motivos culturais, não se habituaram ao consumo do peixe, muitas vezes prevalecendo ainda outros tipos de carne, principalmente a bovina, além disso, estes consumidores relataram que não consomem mais a carne de peixe pelo seu elevado preço.

Os dados apresentados pelos autores acima são fatos semelhantes aos que ocorreram neste trabalho. O consumo nesta região do semi-árido é alto; no entanto, a competição por outras carnes em função do preço pode ser causa de redução no consumo da carne de peixe.

Outro aspecto levantado neste estudo dos consumidores foi a apresentação do peixe e de seus produtos (filé) nos diferentes seguimentos de comercialização (restaurantes, mercados e feiras). Constatou-se que nos restaurantes a apresentação do produto gerou uma satisfação ótima e boa pelo consumidor com mais de 84%, fato que se deve ao produto já elaborado ou mesmo que quando inteiro é exposto de forma preparada para o consumo (Figura 4). A classificação do grau de satisfação nestes estabelecimentos estudados foi de ótimo, bom e satisfatório, não havendo nenhum grau denominado de ruim ou péssimo.

A satisfação da apresentação da carne

de peixe nos mercados foi vista em mais de 55% dos consumidores, determinada como boa e ótima. No entanto, mais de 43% dos consumidores disseram que a apresentação é ruim ou péssima. Nas feiras, verificou-se que mais de 75% dos consumidores relataram que o grau de satisfação é ruim e péssimo, restando aproximadamente 25% como bom e satisfatório.

Este perfil sobre a satisfação denota que é preciso melhorar a apresentação da carne de peixe e seus produtos, principalmente nos mercados e feiras da região.

O consumo de carne nesta região do semiárido representa o somatório de 77,76% das carnes bovina, de frango, caprina e ovina (Figura 5). O consumo de carne de peixe apresentado foi de 12,29%. Pode-se considerar que, em relação ao consumo de outras carnes citadas anteriormente, não é baixo. A região apresenta uma diversificação no consumo de carne. Embora o consumo da carne de peixe ocupe a quinta posição no *ranking*, este fato leva a se diagnosticar que é necessário trabalhar os fatores que reduzem o consumo para aumentar o mesmo.

O consumo *per capita* de carne de peixe avaliado neste estudo apresentou variação entre classes sociais estudadas. A classe baixa consome em média 1,88 kg/hab./ano, classe média 2,05 kg/hab./ano e classe alta 2,50 kg/hab./ano. O consumo *per capita* comparado a outras regiões do Brasil pode ser considerado baixo. No entanto, é necessário considerar que este consumo pode estar relacionado aos fatores que reduzem o consumo da carne, a disponibilidade de peixe no mercado, pois nesta região a comercialização ainda está se estruturando, devido à inexistência de estudos de mercado que apontem o perfil do consumidor e suas necessidades em relação ao consumo de carnes.

De acordo com Bayley e Petre Junior (1989), o consumo *per capita* permite estimar com maior precisão a quantidade de pescador/pescador/dia na pesca de subsistência, multiplicando este valor pelo número de habitantes para, desta forma, obter o número total de pescadores para poder realizar extrapolações. Cerdeira, Ruffino e Issac (1997) relataram em um estudo nas comunidades ribeirinhas de Lago Grande do Monte Alegre, no Estado do Pará, que o consumo da carne de peixes ocorre em 296 dias do ano ao longo de 365 dias, chegando a

TABELA 3 - Preços Médios de Pratos de Carne de Peixe nos Restaurantes das Cidades de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007

Nome comum e científico da espécie	Preço médio do prato (R\$)
Salmão ( <i>Salmo salar</i> )	52,50
Surubim ( <i>Pseudoplatystoma sp</i> )	25,95
Tilápia ( <i>Oreochromis sp</i> )	25,50
Bacalhau ( <i>Gadus macrocephalus</i> )	25,45
Cari ( <i>Franciscodoras namoratus</i> )	21,11
Merluza ( <i>Merluccius hubbsi</i> )	20,17
Dourado ( <i>Salimurus sp</i> )	24,93
Rosado (espécie não identificada)	17,95
Mapará ( <i>Hypophthalmus marginatus</i> )	17,40
Piranha ( <i>Serrasalmus sp</i> )	18,00
Tambaqui ( <i>Colossoma macropomum</i> )	20,40

Fonte: Dados da pesquisa.

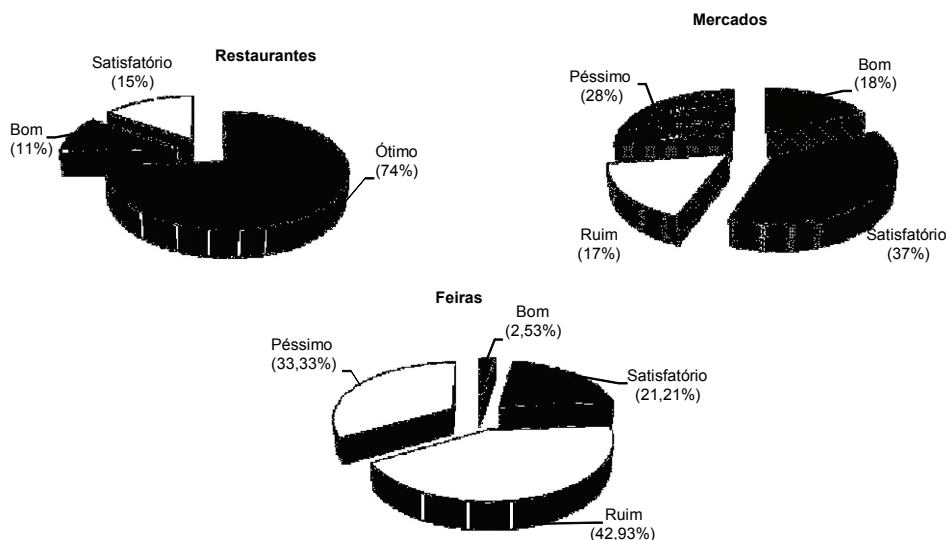


Figura 4 - Satisfação do Consumidor em Relação à Higiene nos Locais de Venda do Pescado nos Restaurantes, Mercados e Feiras (em Percentagem) de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007.

Fonte: Dados da pesquisa.

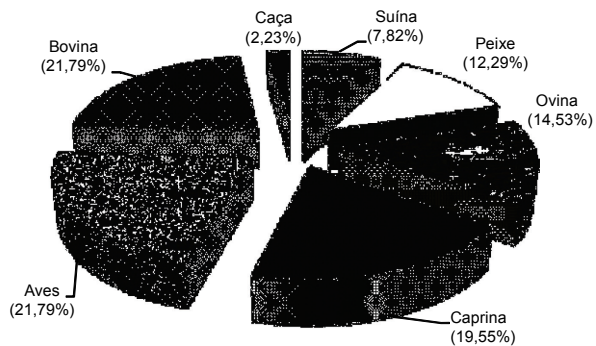


Figura 5 - Carnes Consumidas (em Percentagem) nas Cidades de Juazeiro e Petrolina, 2006 e 2007.

Fonte: Dados da pesquisa.

135kg/hab./ano. É preciso considerar que este consumo é muito superior ao deste estudo, pois há dependência muito grande do consumo da carne de peixe nesta localidade, e também considerar que o consumo nesta região do semiárido é muito baixo em relação às demais regiões do Brasil.

Em 2003, o consumo médio *per capita* na África foi de 8,2 kg/hab./ano, na China 25,8 kg/hab./ano, na Oceania 23,5 kg/hab./ano, América de Norte 23,8 kg/hab./ano e Europa 19,9 kg/hab./ano e na América do Sul 8,7 kg/hab./ano (FAO, 2006). De acordo com Borges (1998), o consumo *per capita* de peixe no Distrito Federal é de 12,8 kg/hab./ano. Este índice é até alto para o padrão nacional, porém, está longe de atender às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que sugere um consumo mínimo de peixes de 20 kg/hab./ano (BELCHIOR, 2003).

A sazonalidade de obtenção de peixes em Juazeiro e Petrolina, aliada a competições com outras carnes, à falta de processamento e preço podem ser os fatores responsáveis pelo baixo consumo *per capita* da carne de peixe.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que a comercialização da carne de peixe como atividade da produção animal receba múltiplos olhares pelas políticas públi-

cas no semiárido nordestino, pois esta região apresenta disponibilidade de recursos hídricos, que possibilitarão o desenvolvimento desta atividade de comercialização e produção de pescado. O clima é um forte aliado que permite acelerar os ciclos de produção. A biodiversidade de espécies de peixes nativas para a comercialização é vasta e atende não somente a região, mas outros mercados.

O consumidor da carne de peixe desta região, de acordo com os dados levantados neste estudo, aponta demandas em relação à ausência de espécies de peixes para seu consumo, bem como melhorias na apresentação da carne.

Deve-se adequar os fatores que reduzem o consumo da carne pelo preço, apresentação da carne e processamento para estimular o consumo.

O consumo *per capita* da carne de peixe ainda é baixo, pois além de competir com outras carnes, é necessário trabalhar os fatores que reduzem o consumo.

São necessárias tecnologias de processamento da carne de peixe para estimular o seu consumo com qualidade e regularidade no mercado para atender as exigências do consumidor.

Embora o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura esteja ainda incipiente nesta região do semiárido, os dados apontam boas perspectivas de mercado e comercialização da carne de peixe.

#### LITERATURA CITADA

BAYLEY, P. B.; PETRERE JUNIOR, M. Amazon Fisheries: assessment methods current status, and management options. In: DODGE, D. P. (ed.). **Proceedings of the International Large River Symposium**. Ottawa: Canadian Special Publication of Fisheries and Aquatic Sciences, 1989, v. 106, p. 385-398.

BELCHIOR, F. Cardume pode estender atendimento a todo o Brasil. **Instituto de Pesca**, Santos, jun. 2003. Seção Notícias. Disponível em: <[http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id\\_not=44](http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=44)>. Acesso em: 30 dez. 2008.

BORGES, A. M. A piscicultura no Distrito Federal: evolução e perspectivas. **Revista Conjuntura Rural do Distrito Federal**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 2-3, 1998.

CASTAGNOLLI, N. Editor. **Aquicultura para o ano de 2000**. Brasília: CNPq. 1996. 95p.

CERDEIRA, R. G. P.; RUFFINO, M. L.; ISSAC, V. J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre, PA-Brasil. **Acta Amazonica**. Manaus, v. 27, n. 3, p. 213-228, 1997.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF. Codevasf se arma para a revolução azul. **Revista CODEVASF**. Brasília, v. 1, n.1, p. 35-39, 2006.

DRANSFIELD, E.; ZAMORA F.; BAYLE, M. C. Consumer selection of steaks as influenced by information and price index. **Food Quality and Preference**. Amsterdam, Vol. 9, Issue 5, pp. 321-326, 1998.

EBRAHIM, R. A.; CASTRO, A. L. A piscicultura no Estado do Alagoas. In: REUNIÃO TÉCNICA DE PISCICULTURA: proposições de uma Política Nacional de Pesquisa em Aquicultura. Tocantins, 2004. **Ata...** Fundação Universidade do Tocantins. 2004. p. 13-14.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Fish and Fishery Products: apparent consumption**. Roma: FAO, 2000. 185p. (Circular).

\_\_\_\_\_. **Food balance sheet**. Rome: FAOSTAT Agriculture, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 24 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Review of the state of world aquaculture**. Rome: FAO, 2003. 95p. (Fisheries Circular n. 886).

\_\_\_\_\_. **Fisheries Statistics: fisheries global information system**. Rome: FAO, 2004. Disponível em: <<http://www.fao.org/figis/servlet/static?dom=root&xml=tseries/index.xml>>. Acesso em: 16 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **The state of world fisheries and aquaculture**. Rome: FAO, 2006. Disponível em: <<http://www.ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/a0699e/a0699e.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Fisheries and aquaculture department: statistics**. Rome: FAO, 2008.

\_\_\_\_\_. **The state of food and agriculture 2009**. Rome: FAO, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

FISHTEC CONSULTORES ASSOCIADOS. **Estudo para o diagnóstico do potencial piauiense para a implantação de empreendimentos integrados de aquicultura**. Brasília: FISHTEC, 2001. Disponível em: <<http://www.fishtec.com.br>>. Acesso em: 01 jun. 2004.

GAGLEAZZI, U. A. et al. Caracterização do consumo de carnes no Brasil. **Revista Nacional da Carne**, Chapecó, v. 310, p. 152-160, 2002.

IBOPE MÍDIA. **Metodologia de Levantamento Socioeconômico - LSE**. São Paulo: IBOPE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br>>. Acesso em: 21 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

MARTIN, R. V.; MARTINS, R. S. Levantamento da cadeia produtiva do pescado do reservatório de Itaipu. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n.13, p. 25-52, 1999.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. **Aquicultura no Brasil**. Brasília: MPA, 2010. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

OSTRENSKY, A.; BORGHETTI, J. R.; PEDINI, M. Situação atual da aquicultura brasileira e mundial. In: VALENTI, V. C. et al. **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília: CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 353-382.

PONCE-PALAFIX, J. T. et al. El desarrollo sostenible de la acuicultura en América Latina. **Revista Electrónica de Veterinaria**, Málaga, v. 7, n. 7, p. 1-16, 2006.

ROTTA, M. A.; QUEIROZ, J. F. **Boas práticas de manejo (BPMs) para a produção de peixes em tanques-redes**.

Corumbá: Embrapa, 2003. 27p. (Documentos EMBRAPA Pantanal).

SCORVO FILHO, J. D. et al. A tilapicultura e seus insumos, relações econômicas. **Revista Brasileira de Zootecnia**. Viçosa, v. 39, Supl. Especial, p. 112-118, 2010.

SILVA, L. F.; FABRINI FILHO, L. C. Complexo avícola e questões sobre hábito alimentar. **Revista Caderno de Debate**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 41-61, 1994.

SOUZA, L.V. Aquicultura. **Revista Panorama da Aquicultura**, Laranjeiras, v. 71, n. 1, p. 3-6, 2002.

VILCKAS, M. **Estudo sobre o perfil do consumidor de mel da região de Ribeirão Preto como subsídio para exploração da apicultura**. 2000. 105p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração de Empresas, Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.

### **COMERCIALIZAÇÃO E PERFIL DO CONSUMIDOR DA CARNE DE PEIXE NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO DE JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE)**

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é estudar o perfil do consumidor e a comercialização da carne de peixe nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Foram realizadas entrevistas por meio de questionários nos restaurantes, colônias de pescadores e em bairros de ambas as cidades. Verificou-se que muitas das espécies de peixes ofertadas nesta região são aceitas e demandadas pelos consumidores. Boa parte da carne de peixe comercializada nestes municípios é oriunda de outras cidades. Existe uma sazonalidade na oferta do pescado. Os dados deste trabalho denotam que o consumo da carne de peixe se dá pelas propriedades do sabor e de referência à saúde apontada pelos consumidores. Os principais fatores responsáveis pela redução no consumo do pescado foram a falta de processamento da carne e o preço. O consumo per capita nesta região é considerado baixo. Conclui-se que a oferta e o consumo da carne de peixe nesta região podem aumentar pela organização da cadeia produtiva e realização de mais estudos direcionados ao consumidor.

**Palavras-chave:** pescado, carne de peixe, mercado, comercialização, consumo.

### **STUDY OF THE FISH MARKETING AND CONSUMER PROFILES IN THE SEMI-ARID REGIONS OF JUAZEIRO, BAHIA STATE-BA, AND PETROLINA, PERNAMBUCO STATE-PE, BRAZIL, 2006-2007**

**ABSTRACT:** This paper analyzed fish consumers and marketing in the cities of Juazeiro-BA and Petrolina-PE, located in Brazil's semi-arid region. Interviews were conducted through questionnaires applied in restaurants, fishermen colonies and districts of both cities. Results show that many of the species of fish supplied in this region are accepted and required by consumers and that much of the fish marketed comes from other cities. Also, there is seasonality in fish supply. Consumers identified beneficial effects in fish consumption and attributed importance to the flavor of this meat. The main factors responsible for a reduction in fish consumption were the lack of processing and the price of the meat. Per capita consumption in this region is considered low. We concluded that the supply and consumption of fish in this region may increase by organizing its production chain and conducting further studies directed to the consumer.

**Key-words:** fish, fish meat, market, marketing, consumption.

Recebido em 06/09/2011. Liberado para publicação em 28/12/2011.

# **PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO AGRÍCOLA 2011/12, 2º LEVANTAMENTO, E LEVANTAMENTO FINAL, ANO AGRÍCOLA 2010/11, NOVEMBRO DE 2011<sup>1</sup>**

Denise Viani Caser<sup>2</sup>  
Ana Maria Montragio Pires de Camargo<sup>2</sup>  
Carlos Roberto Ferreira Bueno<sup>2</sup>  
Felipe Pires de Camargo<sup>2</sup>  
José Alberto Ângelo<sup>2</sup>  
Mário Pires de Almeida Olivette<sup>2</sup>  
Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco<sup>2</sup>

## **1 - INTRODUÇÃO**

As previsões de área e produção de culturas no Estado de São Paulo referentes à safra agrícola 2011/2012, e as últimas estimativas finais de 2010/11 foram obtidas em levantamento realizado entre os dias 1 e 23 de novembro de 2011, pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (Tabelas 1, 2, 4, 5, 7 e 9). Os dados foram obtidos pelo método subjetivo<sup>3</sup>, que consiste nas informações fornecidas pelos técnicos das Casas de Agricultura em cada um dos 645 municípios paulistas.

## **2 - SAFRA AGRÍCOLA 2011/12**

O acompanhamento inicial da safra paulista de grãos 2011/12 (algodão, amendoim e feijão das águas, arroz, milho e soja) indica decréscimo na área (1,4%) e menor volume na produção (1,0%) quando comparado com as estimativas de 2010/11. A área total de plantio da atual safra de grão está em 1,22 milhão de hectares, contra 1,23 milhão de hectares na

anterior.

Os números da intenção de plantio de algodão, obtidos no levantamento de campo em setembro de 2011, foram reavaliados na regional de Avaré. Por conta disto, a pretensão de plantio de algodão, no Estado de São Paulo, passou a ser de 17.149 hectares. No levantamento de novembro há confirmação desta área, apontando ligeiro decréscimo (0,5%) em relação ao ano agrícola anterior, e os primeiros resultados da produção indicam aumentos de produção (0,4%) e de produtividade agrícola (0,8%). A cultura do algodão tem concorrido, principalmente na região sudoeste do Estado, com feijão e soja, que têm apresentado melhores preços aos produtores.

Por conta de uma safra favorável em 2011, os produtores de amendoim da safra das águas plantaram 0,8% a mais de área. Entretanto, a chuva chegou um pouco tarde, já perto da colheita, e atrasou o desenvolvimento da planta, provocando uma produtividade agrícola 1,7% menor que a obtida na safra anterior e uma produção esperada menor em 0,9%.

Quanto à cultura do arroz, os resultados encontrados na intenção de plantio não foram confirmados no segundo levantamento para a safra 2011/12, apontando que poderá haver retração em relação à área plantada (27,6%), no volume a ser produzido (28,4%) e no rendimento agrícola (1,2%), em relação à safra passada.

Para a safra de feijão das águas, neste levantamento, são previstas reduções na área plantada de 5,3%, na produção de 15,0% e no

<sup>1</sup>Os autores agradecem os comentários dos colegas pesquisadores do IEA. Também agradecem aos técnicos das Casas de Agricultura o desempenho no levantamento. Registrado no CCTC, IE-05/2012.

<sup>2</sup>Pesquisadores Científicos do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Entende-se por método subjetivo a informação dada pelo técnico da Casa de Agricultura, em função de seu conhecimento regional e/ou da coleta do dado de forma declaratória, fornecida pelo responsável da unidade de produção.

rendimento de 10,3%, em consequência da concorrência com a cultura do milho, principalmente na regional de Itapeva.

Com a alta nos preços do milho, na safra 2010/11, a corrida por defensivos, fertilizantes e sementes para a safra de verão (incluindo área irrigada) foi antecipada pelos produtores, que estão mais capitalizados. Assim, há expectativas de crescimento de 1,7% na área plantada e de 0,2% na produção do cereal.

A expectativa de aumento de 2,9% na produtividade da soja safra de verão, incluindo área irrigada, não é suficiente para reverter a queda de 3,2% na área plantada, refletindo em possível menor produção (0,4%).

Para a safra paulista 2011/12, os primeiros resultados para a batata das águas indicam ganhos na área plantada (25,6%) e na produção (18,6%), o que não reflete a possível perda de 5,6% da produtividade agrícola, comparativamente a 2010/11.

As primeiras estimativas para a área de café no Estado indicam pequena expansão (0,6%) em relação ao final da safra agrícola anterior, com acréscimos na produção (25,0%) e na produtividade (24,2%). A previsão de 4,9 milhões de sacas de 60 kg, advinda do levantamento subjetivo<sup>4</sup>, está afinada com o resultado encontrado no levantamento por amostragem, fruto da parceria entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA)<sup>5</sup>.

Na bananicultura, são observados acréscimos na área nova e em produção (1,5%) e na produção (1,0%), apesar da expectativa de uma produtividade menor da área em produção (2,1%).

O terceiro levantamento das safras agrícolas do Estado de São Paulo, a ser efetuado em fevereiro de 2012, deverá trazer informações mais precisas sobre produções e produtividades para o ano agrícola 2011/12 e deverá refletir melhor os efeitos causados pelo retardamento das chuvas, associado às ondas de intenso frio, durante o período vegetativo das culturas e posterior maior volume de chuvas que vêm ocorrendo no Estado de São Paulo desde meados de dezembro de 2011.

Os resultados do 2º levantamento da safra agrícola 2011/12, disponibilizados por região

administrativa (RA), encontram-se na tabela 3.

### 3 - RESULTADOS FINAIS, SAFRA AGRÍCOLA 2010/11

Os índices agregados das estimativas finais da safra 2010/11, para o conjunto de culturas, mostram que a área total plantada apresenta aumento de 2,63%, mas há perda na produção de 1,12%, visto que a produtividade da terra decresce 3,58%, comparativamente à safra 2009/10.

Para as culturas anuais, observou-se pequeno acréscimo na área total cultivada (0,32%) e as condições climáticas adequadas refletiram em maior produtividade da terra (5,37%). Em consequência, o volume produzido foi 5,71% superior ao ano agrícola anterior. Quando se consideram os grãos, eles apresentam comportamento menos acentuado que as culturas anuais, observando-se aumentos de 0,47% para a área, 1,13% para a produtividade da terra e 1,60% para a produção. O índice de área total cultivada com as culturas perenes e semiperenes foi 3,22% maior que o da safra anterior, com quedas de 5,15% na produtividade da terra e de 2,12% na produção, relativamente à safra passada (Tabela 6).

O levantamento final para a cultura da mandioca para indústria apresentou aumento na área plantada (12,9%) e na produção (7,8%) relativamente à safra 2009/10, mesmo com o rendimento ligeiramente inferior de 1,2%. Em relação ao ano anterior, a quantidade produzida de mandioca para mesa registrou queda de 5,9%, apesar dos ganhos de 5,8% na produtividade da terra que não compensaram a perda de área (4,6%).

A estimativa final da safra de cana-de-açúcar indica que o volume produzido de 406,0 milhões de toneladas foi 5,6% inferior ao estimado em 2009/10, reflexo da diminuição em 8,0% da produtividade da terra (77 kg/ha), por conta das condições adversas do clima durante o período vegetativo da cultura, e também devido à escassez de investimentos no replantio dos canaviais que, por estarem envelhecendo, se tornam menos produtivos. Em consulta aos técnicos regionais da CATI, pode-se aferir que, do total do volume produzido, ao redor de 54,0% teve como destino a produção de álcool, 43,0% para açúcar e o restante foi para os alambiques, principalmen-

<sup>4</sup>Cf. nota 3.

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/rel-cafe-2012.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

te na regional de Guaratinguetá.

Para a cultura de tomate envarado, o levantamento final da safra 2010/11 apontou ganhos de produção e de produtividade (17,8% e 10,1%, respectivamente), em comparação à safra 2009/10, e a área plantada passou de 7,98 mil hectares para 8,53 mil hectares (aumento de 7,0%).

Na cultura do tomate rasteiro, os números finais registraram perdas, tanto na área como na produção, de 15,6% e de 3,6%, respectivamente, comparativamente à safra 2009/10, apesar da produtividade agrícola crescer 14,2%.

Os números ora disponibilizados para a cultura da laranja são provenientes da compatibilização de dois levantamentos, ambos realizados no campo em novembro de 2011. O levantamento feito pelo método subjetivo<sup>6</sup> foi balizado pelo resultado obtido pelo levantamento por amostragem, produto de parceria entre a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAA) - Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), pertencente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os resultados da estimativa final da safra agrícola 2010/11 (safra industrial 2011/12) para a cultura indicam que a área é 6,4% menor, comparativamente àquela de 2009/10 (safra

industrial 2010/11), totalizando 569,64 mil hectares plantados em todo o Estado, principalmente por conta de um maior adensamento e de erradicação dos pomares.

O volume de produção estimado, isto é, a estimativa do total de caixas produzidas, é de 384,87 milhões de caixas de 40,8 kg, com acréscimo de 19,5% em relação à obtida no ano agrícola anterior. Estima-se para a produção comercial 375,74 milhões de caixas de 40,8 kg de laranja, não considerando 9,13 milhões de caixas computadas como produção não comercial (não passam pelos meios de comercialização e não geram atividade econômica para o produtor), e as perdas relativas ao processo produtivo e à colheita, ocorridas na unidade de produção.

Para este ano safra, a produtividade atinge a marca de 29.881 kg por planta, ganhos de 26,2% comparativamente ao anterior, por conta das condições climáticas favoráveis a partir do segundo semestre de 2010, quando o longo período sem chuvas beneficiou as principais floradas da safra paulista e reduziu a ocorrência de doenças. As chuvas vieram no momento certo do desenvolvimento vegetativo da cultura e em quantidade adequada para propiciar o pagamento dos frutos.

Os resultados deste levantamento, disponibilizados por região administrativa (RA), encontram-se na tabela 8.

---

<sup>6</sup>Cf. nota 3.

TABELA 1 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011<sup>1</sup>

Produto	Área (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	Final 2010/11	2º 2011/12	Variação percentual	Final 2010/11	2º 2011/12	Variação percentual
Algodão	17,19	17,11	-0,5	53,36	53,55	0,4
Amendoim das águas	64,23	64,71	0,8	205,52	203,59	-0,9
Arroz <sup>2</sup>	21,42	15,51	-27,6	99,06	70,88	-28,4
Banana	60,36	61,27	1,5	1.225,06	1.237,29	1,0
Batata das águas	7,94	9,98	25,6	195,75	232,10	18,6
Café	222,91	224,27	0,6	235,08	293,91	25,0
Feijão das águas	71,82	68,01	-5,3	138,96	118,10	-15,0
Mamona	0,16	0,11	-30,3	0,28	0,19	-33,5
Milho <sup>2</sup>	541,13	550,23	1,7	3.281,04	3.287,69	0,2
Soja <sup>2</sup>	519,25	502,51	-3,2	1.518,24	1.511,88	-0,4
Uva para indústria	0,09	0,07	-21,8	1,33	1,27	-4,2
Uva para mesa	7,71	7,38	-4,3	164,36	195,85	19,2

Produto	Produtividade (kg/ha)		
	Final 2010/11	2º 2011/12	Variação percentual
Algodão	3.104	3.130	0,8
Amendoim das águas	3.200	3.146	-1,7
Arroz <sup>2</sup>	4.626	4.569	-1,2
Banana <sup>3</sup>	22.588	22.104	-2,1
Batata das águas	24.654	23.265	-5,6
Café <sup>3</sup>	1.136	1.410	24,2
Feijão das águas	1.935	1.736	-10,3
Mamona	1.750	1.719	-4,5
Milho <sup>2</sup>	6.063	5.975	-1,5
Soja <sup>2</sup>	2.924	3.009	2,9
Uva para indústria <sup>3</sup>	15.041	17.529	16,5
Uva para mesa <sup>3</sup>	21.785	27.080	24,3

<sup>1</sup>Este levantamento foi efetuado de 1 a 23 de novembro de 2011.

<sup>2</sup>Inclui cultura irrigada.

<sup>3</sup>Produtividade calculada a partir da área em produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011 (continua)

EDR	Algodão		Amendoim das águas	
	Área (ha)	Produção em caroço (arroba)	Área (ha)	Produção (sc. 25 kg)
Andradina	10	1.000	565	46.500
Araçatuba	-	-	2.888	331.160
Araraquara	-	-	1.250	133.750
Assis	20	2.500	7.639	982.060
Avaré	7.214	1.204.275	-	-
Barretos	-	-	4.892	489.320
Bauru	-	-	550	68.750
Botucatu	-	-	-	-
Bragança Paulista	-	-	-	-
Campinas	-	-	-	-
Catanduva	-	-	4.260	308.400
Dracena	450	60.500	2.640	268.050
Fernandópolis	285	29.800	-	-
Franca	-	-	370	42.720
General Salgado	-	-	290	37.870
Guaratinguetá	-	-	-	-
Itapetininga	1.100	302.500	-	-
Itapeva	4.250	1.355.000	55	1.200
Jaboticabal	-	-	9.930	1.585.000
Jales	65	9.750	5	300
Jaú	30	3.900	810	90.000
Limeira	495	51.500	-	-
Lins	-	-	2.913	385.355
Marília	30	3.000	5.860	943.730
Mogi das Cruzes	-	-	-	-
Mogi-Mirim	-	-	-	-
Orlândia	300	68.160	700	60.000
Ourinhos	80	26.400	-	-
Pindamonhangaba	-	-	-	-
Piracicaba	-	-	-	-
Presidente Prudente	862	133.500	7.871	783.900
Presidente Venceslau	835	135.870	400	40.750
Registro	-	-	-	-
Ribeirão Preto	-	-	3.000	320.000
São João da Boa Vista	-	-	-	-
São José do Rio Preto	-	-	1.075	117.115
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	-	-	-	-
Tupã	266	37.800	6.246	1.007.520
Votuporanga	780	138.600	500	100.000
<b>Estado</b>	<b>17.108</b>	<b>3.570.015</b>	<b>64.709</b>	<b>8.143.450</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011  
(continua)

EDR	Arroz de sequeiro e várzea <sup>1</sup>		Arroz irrigado	
	Área (ha)	Produção em casca (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção em casca (sc. 60 kg)
Andradina	10	250	-	-
Araçatuba	28	1.904	-	-
Araraquara	60	1.200	-	-
Assis	125	2.850	730	73.200
Avaré	1.000	22.900	-	-
Barretos	4	140	-	-
Bauru	-	-	-	-
Botucatu	137	5.030	25	2.500
Bragança Paulista	92	2.905	-	-
Campinas	3	75	-	-
Catanduva	270	9.800	100	4.000
Dracena	8	120	12	360
Fernandópolis	20	400	-	-
Franca	88	3.590	-	-
General Salgado	-	-	-	-
Guaratinguetá	2	23	5.174	513.800
Itapetininga	267	11.568	-	-
Itapeva	1.050	77.404	700	84.000
Jaboticabal	62	1.860	-	-
Jales	75	1.190	-	-
Jaú	85	2.420	40	2.800
Limeira	212	11.860	100	5.000
Lins	-	-	-	-
Marília	8	200	-	-
Mogi das Cruzes	-	-	-	-
Mogi-Mirim	402	16.200	-	-
Orlândia	1	70	-	-
Ourinhos	186	4.128	20	1.500
Pindamonhangaba	2	120	2.780	216.440
Piracicaba	65	2.100	-	-
Presidente Prudente	32	630	-	-
Presidente Venceslau	-	-	-	-
Registro	444	10.265	610	60.500
Ribeirão Preto	188	13.146	-	-
São João da Boa Vista	142	8.370	-	-
São José do Rio Preto	29	1.025	-	-
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	65	2.190	-	-
Tupã	60	1.300	-	-
Votuporanga	-	-	-	-
<b>Estado</b>	<b>5.222</b>	<b>217.233</b>	<b>10.291</b>	<b>964.100</b>

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011  
(continua)

EDR	Feijão das águas		Milho <sup>1</sup>		Milho irrigado	
	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)
Andradina	200	6.250	10.608	969.960	1.470	193.145
Araçatuba	-	-	10.457	869.946	30	2.850
Araraquara	90	4.100	10.135	782.300	-	-
Assis	395	7.900	15.430	1.512.100	20	2.600
Avaré	19.072	570.956	37.032	3.890.584	11.227	1.533.583
Barretos	10	250	6.803	570.195	5.289	723.352
Bauru	24	502	2.908	201.250	780	97.330
Botucatu	295	8.260	7.620	620.400	100	13.000
Bragança Paulista	526	13.984	14.040	1.222.200	-	-
Campinas	459	14.951	7.720	626.544	770	76.400
Catanduva	250	7.250	6.210	482.300	200	17.000
Dracena	210	4.050	3.425	248.250	8	670
Fernandópolis	-	-	5.501	415.810	270	33.250
Franca	103	2.555	10.950	1.190.250	240	40.800
General Salgado	30	550	6.560	632.748	380	46.740
Guaratinguetá	425	7.820	4.102	208.088	-	-
Itapetininga	7.324	252.995	43.990	4.371.300	1.600	230.000
Itapeva	28.890	804.150	74.515	8.379.450	12.000	2.102.500
Jaboticabal	-	-	7.230	673.125	-	-
Jales	27	650	4.310	318.300	270	30.900
Jaú	97	1.890	5.620	464.380	10	1.200
Limeira	229	5.975	22.361	1.980.495	354	52.692
Lins	17	345	10.281	934.650	-	-
Marília	424	6.692	7.377	560.295	-	-
Mogi das Cruzes	172	2.300	891	36.304	-	-
Mogi-Mirim	20	600	17.610	1.916.800	20	3.000
Orlândia	-	-	9.311	927.390	570	86.900
Ourinhos	3.370	107.500	22.522	2.244.514	1.800	247.000
Pindamonhangaba	860	19.201	4.153	303.609	-	-
Piracicaba	255	7.925	5.118	437.300	-	-
Presidente Prudente	802	10.240	9.568	539.510	780	59.440
Presidente Venceslau	400	12.000	5.480	325.450	-	-
Registro	239	2.978	695	13.585	-	-
Ribeirão Preto	63	1.430	3.981	330.720	45	5.500
São João da Boa Vista	692	22.010	39.472	4.051.786	7.030	1.167.400
São José do Rio Preto	85	3.305	18.398	1.725.866	56	6.075
São Paulo	7	130	118	4.125	-	-
Sorocaba	1.750	53.500	15.280	1.328.100	-	-
Tupã	200	3.100	3.601	227.138	-	-
Votuporanga	-	-	11.880	1.237.900	1.650	246.530
<b>Estado</b>	<b>68.012</b>	<b>1.968.294</b>	<b>503.263</b>	<b>47.775.016</b>	<b>46.969</b>	<b>7.019.857</b>

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011  
(continua)

EDR	Soja <sup>1</sup>		Soja irrigada	
	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)
Andradina	2.535	94.650	1.593	95.580
Araçatuba	17.164	924.094	-	-
Araraquara	3.200	160.000	-	-
Assis	129.420	6.359.800	-	-
Avaré	35.949	1.672.148	5.905	335.805
Barretos	37.520	1.652.172	893	37.771
Bauru	400	18.000	-	-
Botucatu	1.623	77.125	-	-
Bragança Paulista	-	-	-	-
Campinas	-	-	-	-
Catanduva	560	20.800	-	-
Dracena	-	-	-	-
Fernandópolis	2.220	121.400	36	2.880
Franca	6.323	271.540	-	-
General Salgado	3.795	164.270	-	-
Guaratinguetá	-	-	-	-
Itapetininga	7.011	345.720	-	-
Itapeva	79.380	4.491.000	6.000	397.900
Jaboticabal	3.990	188.900	-	-
Jales	300	10.500	-	-
Jaú	551	24.940	-	-
Limeira	3.505	132.300	-	-
Lins	68	2.720	-	-
Marília	841	33.240	-	-
Mogi das Cruzes	-	-	-	-
Mogi-Mirim	450	18.000	-	-
Orlândia	51.110	2.458.710	-	-
Ourinhos	39.342	2.065.782	100	5.800
Pindamonhangaba	200	8.000	60	3.000
Piracicaba	860	36.400	-	-
Presidente Prudente	37.450	1.915.300	-	-
Presidente Venceslau	3.492	172.020	-	-
Registro	-	-	-	-
Ribeirão Preto	5.750	301.550	-	-
São João da Boa Vista	3.220	154.900	100	6.000
São José do Rio Preto	2.603	103.691	130	5.800
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	760	31.200	100	5.000
Tupã	740	27.000	-	-
Votuporanga	4.880	223.700	385	20.850
<b>Estado</b>	<b>487.211</b>	<b>24.281.572</b>	<b>15.302</b>	<b>916.386</b>

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011 (conclusão)

EDR	Banana			Café		
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção beneficiada (sc. 60 kg)
Andradina	216	817	12.131	-	222	1.228
Araçatuba	255	959	15.154	64	2.054	34.888
Araraquara	10	37	537	147	2.400	41.949
Assis	65	1.378	17.189	135	1.137	16.508
Avaré	76	999	36.952	399	8.470	159.295
Barretos	43	57	1.046	12	464	3.681
Bauru	52	30	1.200	92	1.549	25.205
Botucatu	5	43	1.278	203	4.327	101.980
Bragança Paulista	18	188	3.472	338	10.574	274.596
Campinas	-	216	7.467	50	974	26.518
Catanduva	70	207	3.911	45	264	2.837
Dracena	8	204	4.191	75	4.830	62.869
Fernandópolis	935	2.080	19.050	50	322	3.430
Franca	28	125	1.071	3.822	51.199	1.330.134
General Salgado	194	437	4.320	1	225	3.198
Guaratinguetá	3	206	5.124	1	147	2.050
Itapetininga	6	211	4.781	1	43	1.175
Itapeva	73	245	7.405	2	61	430
Jaboticabal	25	104	3.093	7	243	5.650
Jales	1.560	3.203	37.275	83	439	4.421
Jaú	13	74	3.640	610	6.940	187.160
Limeira	10	186	6.421	45	1.438	40.531
Lins	27	141	3.073	627	2.409	43.301
Marília	3	9	51	4.666	24.921	601.518
Mogi das Cruzes	-	48	515	-	10	100
Mogi-Mirim	-	75	2.638	110	2.985	34.680
Orlândia	-	173	2.664	146	1.901	55.691
Ourinhos	19	205	4.445	1.383	17.891	437.355
Pindamonhangaba	524	3.567	58.617	1	86	1.648
Piracicaba	2	102	2.638	2	179	5.043
Presidente Prudente	5	171	3.554	99	921	16.272
Presidente Venceslau	13	20	288	25	104	1.955
Registro	820	33.404	867.682	2	3	75
Ribeirão Preto	2	56	1.198	90	5.184	138.714
São João da Boa Vista	40	184	5.180	2.210	43.276	1.112.433
São José do Rio Preto	36	177	2.437	47	1.677	23.581
São Paulo	-	4.688	67.024	-	10	147
Sorocaba	2	508	10.690	-	118	2.943
Tupã	8	38	745	277	7.698	83.034
Votuporanga	135	405	7.150	22	689	10.309
Estado	5.299	55.975	1.237.293	15.886	208.381	4.898.532

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas por Região Administrativa (RA), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011

(continua)

RA	Algodão		Amendoim das águas	
	Área (ha)	Produção em caroço (arroba)	Área (ha)	Produção (sc. 25 kg)
Araçatuba	10	1.000	3.643	401.030
Baixada Santista	-	-	-	-
Barretos	-	-	5.918	701.507
Bauru	30	3.900	4.263	544.105
Campinas	495	51.500	-	-
Central	-	-	5.550	721.250
Franca	300	68.460	1.000	96.000
Marília	50	5.500	20.905	3.178.110
Presidente Prudente	2.413	367.670	9.751	847.900
Registro	-	-	-	-
Ribeirão Preto	-	-	7.675	1.112.033
São José do Rio Preto	1.166	184.110	5.940	540.315
São José dos Campos	-	-	-	-
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	12.644	2.888.175	55	1.200
Estado	17.108	3.570.015	64.709	8.143.450

RA	Arroz de sequeiro e várzea <sup>1</sup>		Arroz irrigado	
	Área (ha)	Produção em casca (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção em casca (sc. 60 kg)
Araçatuba	38	2.154	-	-
Baixada Santista	-	-	-	-
Barretos	4	140	-	-
Bauru	75	2.120	40	2.800
Campinas	911	41.210	100	5.000
Central	62	1.260	-	-
Franca	79	2.910	-	-
Marília	329	6.978	730	73.200
Presidente Prudente	40	750	12	360
Registro	419	9.890	610	60.500
Ribeirão Preto	258	15.696	-	-
São José do Rio Preto	394	12.415	100	4.000
São José dos Campos	4	143	7.954	730.240
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	2.609	121.567	745	88.000
Estado	5.222	217.233	10.291	964.100

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas por Região Administrativa (RA), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011

(continua)

RA	Feijão das águas		Milho <sup>1</sup>		Milho irrigado	
	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)
Araçatuba	200	6.250	25.031	2.212.714	1.880	242.735
Baixada Santista	2	30	13	360	-	-
Barretos	-	-	6.987	586.670	5.289	723.352
Bauru	128	2.537	17.999	1.545.880	790	98.530
Campinas	2.026	60.020	104.901	10.063.525	8.174	1.299.492
Central	90	4.100	14.575	1.240.700	-	-
Franca	103	2.555	18.321	1.910.340	810	127.700
Marília	2.419	52.342	39.812	3.581.709	420	34.600
Presidente Prudente	1.412	26.290	18.901	1.137.948	788	60.110
Registro	219	2.628	484	10.415	-	-
Ribeirão Preto	73	1.680	8.527	736.270	45	5.500
São José do Rio Preto	392	11.755	48.893	4.440.116	2.446	333.755
São José dos Campos	1.285	27.021	8.255	511.697	-	-
São Paulo	182	2.450	1.007	40.239	-	-
Sorocaba	59.481	1.768.636	189.557	19.756.434	26.327	4.094.083
Estado	68.012	1.968.294	503.263	47.775.016	46.969	7.019.857

RA	Banana			Café		
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção beneficiada (sc. 60 kg)
Araçatuba	574	2.093	29.965	65	2.364	37.181
Baixada Santista	-	4.616	66.580	-	10	147
Barretos	43	58	1.076	12	473	4.187
Bauru	82	175	4.413	1.166	8.877	207.966
Campinas	80	990	30.680	2.915	61.119	1.540.801
Central	35	136	3.510	192	2.699	49.609
Franca	28	297	3.734	3.846	43.566	1.094.737
Marília	80	1.531	20.195	5.147	34.074	742.879
Presidente Prudente	26	395	8.033	296	9.638	116.382
Registro	820	33.304	865.182	2	3	75
Ribeirão Preto	2	60	1.289	174	14.653	427.286
São José do Rio Preto	2.827	6.191	71.463	247	3.527	46.712
São José dos Campos	527	3.773	63.740	2	233	3.698
São Paulo	-	120	959	-	10	100
Sorocaba	177	2.236	66.477	1.825	27.137	626.773
Estado	5.296	55.971	1.237.287	15.882	208.376	4.898.529

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas por Região Administrativa (RA), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011

(conclusão)

RA	Soja <sup>1</sup>		Soja irrigada	
	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)	Área (ha)	Produção (sc. 60 kg)
Araçatuba	22.994	1.161.514	1.593	95.580
Baixada Santista	-	-	-	-
Barretos	37.220	1.638.672	893	37.771
Bauru	1.019	45.660	-	-
Campinas	7.835	331.600	100	6.000
Central	3.540	172.900	-	-
Franca	56.783	2.697.850	-	-
Marília	167.603	8.326.322	-	-
Presidente Prudente	40.182	2.049.320	-	-
Registro	-	-	-	-
Ribeirão Preto	10.350	523.450	-	-
São José do Rio Preto	11.063	501.591	551	29.530
São José dos Campos	200	8.000	60	3.000
São Paulo	-	-	-	-
Sorocaba	128.423	6.824.693	12.605	744.505
Estado	487.211	24.281.572	15.302	916.386

<sup>1</sup>Não inclui cultura irrigada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, 2º Levantamento, Novembro de 2011

Produto	Pés novos	Pés em produção	Produção	Unidade de produção
Limão	1.331.515	8.000.885	22.587.380	cx. 40,8 kg
Mamão	148.805	543.923	1.153.931	cx. dupla 25 kg
Mamão Havaí	85.000	50.000	198.100	cx. 6 kg
Manga	333.276	2.393.364	9.916.966	cx. K 22 kg
Mexerica	37.524	397.040	1.009.960	cx. 40,8 kg
Murcote	63.232	1.614.168	3.952.873	cx. 40,8 kg
Poncã	119.063	2.626.537	6.762.204	cx. 40,8 kg
Tangerina	75.900	602.177	1.571.569	cx. 40,8 kg
Uva comum para mesa	438.560	21.446.466	17.667.756	cx. 6 kg
Uva fina para mesa	56.900	2.943.097	12.834.748	cx. 7 kg
Uva para indústria	6.000	362.913	1.272.282	kg
Produto	Área nova (hectare)	Área em produção (hectare)	Produção	Unidade de produção
Abacaxi	2.443	3.901	111.867	t
Produto	Área (hectare)	Produção	Unidade de produção	
Batata das águas	9.977	4.642.080	sc. 50 kg	
Mamona	108	3.714	sc. 50 kg	
Melancia	6.152	180.269	t	
Sorgo granífero das águas	3.501	121.260	sc. 60 kg	

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 5 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(continua)

Produto	Área (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	Final	Final	Variação percentual	Final	Final	Variação percentual
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
Algodão	9,28	17,19	85,2	24,81	53,36	115,0
Amendoim da seca	5,68	4,64	-18,2	11,82	9,49	-19,7
Amendoim das águas	54,41	64,23	18,0	174,43	205,52	17,8
Arroz <sup>1</sup>	21,68	21,42	-1,2	94,95	99,06	4,3
Banana <sup>2</sup>	59,25	60,36	1,9	1.178,55	1.225,06	3,9
Batata da seca	5,93	6,05	1,9	130,52	153,01	17,2
Batata das águas	9,79	7,94	-18,9	188,69	195,75	3,7
Batata de inverno	12,34	12,25	-0,7	383,86	316,52	-17,5
Café <sup>2</sup>	223,02	222,91	-0,1	296,00	235,08	-20,6
Cana para forragem	84,19	84,38	0,2	5.088,93	5.112,01	0,5
Cana para indústria <sup>2</sup>	5.711,62	5.841,58	2,3	429.937,45	406.002,17	-5,6
Cebola de bulbinho (soqueira)	1,26	0,94	-25,5	32,37	29,10	-10,1
Cebola de muda	4,00	3,87	-3,2	130,01	122,26	-6,0
Cebola em plantio direto	1,86	1,24	-33,2	87,93	57,00	-35,2
Feijão da seca	37,25	29,01	-22,1	59,95	52,90	-11,8
Feijão das águas	75,69	71,82	-5,1	135,73	138,96	2,4
Feijão de inverno <sup>1</sup>	31,26	30,75	-1,7	67,03	70,35	5,0
Laranja <sup>2</sup>	608,63	569,64	-6,4	13.144,59	15.702,69	19,5
Mamona	0,21	0,16	-22,7	0,28	0,28	0,9
Mandioca para indústria <sup>2</sup>	51,44	58,10	12,9	979,60	1.056,38	7,8
Mandioca para mesa <sup>2</sup>	14,22	13,57	-4,6	165,89	156,02	-5,9
Milho <sup>1</sup>	589,56	541,13	-8,2	3.362,25	3.281,04	-2,4
Milho safrinha	253,45	278,54	9,9	1.042,11	790,05	-24,2
Soja <sup>1</sup>	486,58	519,25	6,7	1.379,17	1.518,24	10,1
Soja safrinha	5,15	8,27	60,7	10,86	21,70	99,9
Tomate envarado	7,98	8,53	7,0	499,11	587,97	17,8
Tomate rasteiro	4,17	3,52	-15,6	286,84	276,55	-3,6
Trigo	53,45	53,37	-0,2	153,19	131,14	-14,4
Triticale	11,32	12,58	11,1	31,98	33,39	4,4
Uva para indústria <sup>2</sup>	0,10	0,09	-13,1	1,58	1,33	-15,7
Uva para mesa <sup>2</sup>	8,68	7,71	-11,2	189,54	164,36	-13,3

<sup>1</sup>Inclui cultura irrigada.<sup>2</sup>Rendimento calculado a partir da área a ser colhida.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 5 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(conclusão)

Produto	Rendimento (kg/ha)		Variação percentual
	Final 2009/10	Final 2010/11	
Algodão	2.674	3.104	16,1
Amendoim da seca	2.083	2.045	-1,8
Amendoim das águas	3.206	3.200	-0,2
Arroz <sup>1</sup>	4.380	4.626	5,6
Banana <sup>2</sup>	21.916	22.588	3,1
Batata da seca	22.000	25.305	15,0
Batata das águas	19.278	24.654	27,9
Batata de inverno	31.107	25.838	-16,9
Café <sup>2</sup>	1.415	1.136	-19,7
Cana para forragem	60.446	60.584	0,2
Cana para indústria <sup>2</sup>	83.723	77.050	-8,0
Cebola de bulbinho (soqueira)	25.734	31.047	20,6
Cebola de muda	32.490	31.574	-2,8
Cebola em plantio direto	47.206	45.854	-2,9
Feijão da seca	1.610	1.824	13,3
Feijão das águas	1.793	1.935	7,9
Feijão de inverno <sup>1</sup>	2.144	2.288	6,7
Laranja <sup>2</sup>	23.681	29.881	26,2
Mamona	1.340	1.750	30,6
Mandioca para indústria <sup>2</sup>	27.863	27.533	-1,2
Mandioca para mesa <sup>2</sup>	14.601	15.446	5,8
Milho <sup>1</sup>	5.703	6.063	6,3
Milho safrinha	4.112	2.836	-31,0
Soja <sup>1</sup>	2.834	2.924	3,2
Soja safrinha	2.111	2.625	24,4
Tomate envarado	62.579	68.898	10,1
Tomate rasteiro	68.734	78.499	14,2
Trigo	2.866	2.457	-14,3
Triticale	2.825	2.655	-6,0
Uva para indústria <sup>2</sup>	16.404	15.041	-8,3
Uva para mesa <sup>2</sup>	22.370	21.785	-2,6

<sup>1</sup>Inclui cultura irrigada.

<sup>2</sup>Rendimento calculado a partir da área a ser colhida.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 6 - Evolução da Agricultura no Ano Agrícola 2010/11, Relativamente a 2009/10, Estado de São Paulo

Culturas/produtos	Produção <sup>1</sup>	Área <sup>2</sup>	Produtividade da terra <sup>3</sup>
Anuais <sup>4</sup>	105,71	100,32	105,37
Grãos <sup>5</sup>	101,60	100,47	101,13
Perenes e semiperenes <sup>6</sup>	97,88	103,22	94,85
<b>Total</b>	<b>98,88</b>	<b>102,63</b>	<b>96,42</b>

<sup>1</sup>Índice Laspeyres; ano-base 2009/10 e base de ponderação 2009/10=100.

<sup>2</sup>Índice simples de área cultivada; 2009/10=100.

<sup>3</sup>Índice Laspeyres de produção/índice simples de área em produção.

<sup>4</sup>Abóbora; abobrinha; alface; algodão; amendoim das águas e da seca; arroz em casca; batata das águas, de inverno e da seca; batata-doce; beterraba; cebola de muda e de bulbinho (soqueira); cenoura; feijão das águas, de inverno e da seca; melancia; milho e safrinha; pimentão; repolho; soja e safrinha; sorgo granífero da seca e das águas; tomate envarado e rasteiro e trigo.

<sup>5</sup>Algodão; amendoim das águas e da seca; arroz em casca; feijão das águas, de inverno e da seca; milho e safrinha; soja e safrinha; sorgo granífero da seca e das águas e trigo.

<sup>6</sup>Abacate; abacaxi; banana; café; cana para indústria; caqui; figo para mesa; goiaba de mesa; goiaba para indústria; laranja; limão; mandioca; manga; maracujá; pêssigo para mesa; seringueira; tangerina e uva para mesa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(continua)

EDR	Cana para indústria			Cana para forragem	
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Andradina	16.324	242.428	20.842.554	2.520	164.775
Araçatuba	10.616	259.616	20.681.102	1.313	78.685
Araraquara	43.337	248.240	17.938.101	2.820	177.200
Assis	26.198	235.780	15.474.824	912	49.480
Avaré	4.275	68.174	4.497.022	1.942	114.467
Barretos	43.998	416.098	30.133.168	572	33.940
Bauru	9.053	110.374	8.181.288	1.937	139.395
Botucatu	11.510	79.957	5.950.328	3.850	205.300
Bragança Paulista	32	2.706	213.360	1.384	83.340
Campinas	1.000	23.615	2.106.253	543	30.095
Catanduva	40.013	223.935	18.519.480	1.860	111.000
Dracena	11.514	144.032	11.191.972	2.312	170.066
Fernandópolis	9.220	49.604	3.942.820	2.280	128.200
Franca	8.460	126.760	9.096.275	3.125	181.550
General Salgado	23.012	164.235	11.511.534	2.862	215.918
Guaratinguetá	4	145	10.150	2.610	168.360
Itapetininga	2.500	41.085	2.738.450	1.900	119.210
Itapeva	2.235	7.605	606.725	966	58.650
Jaboticabal	19.382	247.542	19.837.363	1.180	59.600
Jales	6.332	25.721	2.454.290	3.622	246.440
Jaú	16.020	262.523	21.476.033	5.750	342.000
Limeira	24.558	152.066	12.187.257	2.821	195.850
Lins	17.604	158.748	13.293.743	2.205	169.540
Marília	3.640	25.146	1.761.550	2.143	100.370
Mogi das Cruzes	-	90	1.800	269	9.960
Mogi-Mirim	5.780	48.036	3.734.555	2.145	113.450
Orlândia	55.200	376.032	29.074.276	752	55.320
Ourinhos	4.005	103.395	8.457.400	787	58.182
Pindamonhangaba	25	288	19.460	1.695	121.040
Piracicaba	26.680	179.972	13.865.764	822	53.950
Presidente Prudente	26.486	219.150	18.044.210	5.267	234.570
Presidente Venceslau	17.962	104.282	7.233.034	2.172	113.692
Registro	-	33	1.600	183	8.558
Ribeirão Preto	18.280	360.590	26.026.816	1.480	104.700
São João da Boa Vista	8.075	123.260	10.216.443	3.423	218.440
São José do Rio Preto	32.125	237.732	19.354.821	4.541	286.210
São Paulo	-	20	500	70	2.865
Sorocaba	144	28.172	2.006.200	2.178	110.560
Tupã	6.010	68.801	5.341.986	1.666	87.834
Votuporanga	20.616	103.372	7.977.663	3.501	189.250
<b>Estado</b>	<b>572.224</b>	<b>5.269.359</b>	<b>406.002.170</b>	<b>84.379</b>	<b>5.112.012</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(continua)

EDR	Mandioca para indústria			Mandioca para mesa		
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (cx. 25 kg)
Andradina	-	80	1.850	200	370	227.400
Araçatuba	25	30	722	65	70	46.500
Araraquara	4.100	348	9.330	-	54	25.800
Assis	7.100	12.820	357.550	40	173	104.580
Avaré	407	597	20.510	286	339	192.120
Barretos	-	15	340	104	121	66.870
Bauru	690	640	16.880	150	155	93.600
Botucatu	30	342	22.260	31	213	142.800
Bragança Paulista	-	5	250	34	72	52.280
Campinas	-	-	-	8	324	222.585
Catanduva	10	-	-	337	269	151.200
Dracena	29	486	17.100	12	45	47.600
Fernandópolis	5	12	360	11	100	56.000
Franca	-	-	-	70	134	109.700
General Salgado	-	30	900	12	27	22.152
Guaratinguetá	1	2	40	1	72	41.350
Itapetininga	-	-	-	25	233	180.672
Itapeva	4	6	90	32	115	84.160
Jaboticabal	10	45	1.285	243	687	403.900
Jales	6	3	45	102	166	103.900
Jaú	455	105	2.400	-	-	-
Limeira	217	597	14.565	85	108	78.800
Lins	-	-	-	79	140	92.323
Marília	1.434	2.116	50.370	109	190	88.040
Mogi das Cruzes	-	-	-	20	291	193.300
Mogi-Mirim	120	3.120	99.600	538	2.825	1.512.660
Orlândia	10	10	300	10	10	10.000
Ourinhos	1.740	7.390	177.850	126	112	112.000
Pindamonhangaba	52	35	950	40	280	196.410
Piracicaba	600	919	25.562	160	137	96.000
Presidente Prudente	680	3.092	77.150	68	171	141.400
Presidente Venceslau	1.523	1.277	27.968	72	441	321.400
Registro	83	363	8.049	150	203	118.250
Ribeirão Preto	-	-	-	17	110	66.200
São João da Boa Vista	88	524	20.775	28	150	106.000
São José do Rio Preto	15	35	950	147	217	131.565
São Paulo	-	20	300	-	184	142.160
Sorocaba	-	178	5.000	50	708	399.700
Tupã	298	3.126	95.080	5	71	52.120
Votuporanga	-	-	-	1	15	7.500
<b>Estado</b>	<b>19.731</b>	<b>38.367</b>	<b>1.056.381</b>	<b>3.466</b>	<b>10.101</b>	<b>6.240.997</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(continua)

EDR	Tomate envarado		Tomate rasteiro		Cebola de muda	
	Área (ha)	Produção (cx. 25 kg)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Andradina	8	6.400	131	11.140	95	1.900
Araçatuba	1	230	321	25.110	29	870
Araraquara	16	46.000	-	-	-	-
Assis	11	22.200	149	8.405	-	-
Avaré	23	28.760	8	120	-	-
Barretos	1	2.100	1.106	110.155	20	800
Bauru	12	53.165	1	10	-	-
Botucatu	40	96.000	-	-	1	14
Bragança Paulista	134	282.340	2	105	-	-
Campinas	612	1.219.400	-	-	-	-
Catanduva	-	-	360	28.750	-	-
Dracena	10	20.600	260	25.000	-	-
Fernandópolis	5	12.300	-	-	-	-
Franca	221	1.022.500	-	-	-	-
General Salgado	8	21.250	58	7.134	-	-
Guaratinguetá	30	56.800	-	-	4	56
Itapetininga	278	564.300	-	-	330	7.800
Itapeva	5.020	14.635.000	1	5	579	11.390
Jaboticabal	5	12.480	365	20.250	1.332	50.320
Jales	108	335.400	76	6.730	-	-
Jaú	2	3.000	-	-	-	-
Limeira	16	32.560	-	-	-	-
Lins	198	827.090	124	6.720	-	-
Marília	15	18.700	43	1.290	-	-
Mogi das Cruzes	108	219.500	-	-	-	-
Mogi-Mirim	518	1.287.500	-	-	-	-
Orlândia	1	2.800	-	-	-	-
Ourinhos	100	498.000	-	-	-	-
Pindamonhangaba	98	142.920	10	500	-	-
Piracicaba	32	69.460	-	-	-	-
Presidente Prudente	60	162.500	205	11.700	3	90
Presidente Venceslau	0,10	120	0,10	2	-	-
Registro	1	300	-	-	-	-
Ribeirão Preto	76	209.670	-	-	-	-
São João da Boa Vista	273	592.000	-	-	837	28.480
São José do Rio Preto	15	74.150	191	8.258	4	102
São Paulo	4	10.000	-	-	-	-
Sorocaba	445	841.250	18	1.040	639	20.433
Tupã	14	21.000	95	4.130	-	-
Votuporanga	18	69.250	-	-	-	-
<b>Estado</b>	<b>8.534</b>	<b>23.518.995</b>	<b>3.523</b>	<b>276.553</b>	<b>3.872</b>	<b>122.254</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

EDR	Laranja		
	Pés novos	Pés em produção	Produção (cx. 40,8 kg)
Andradina	80.005	186.945	660.638
Araraquara	1.120.601	19.475.329	31.460.078
Assis	218.135	104.824	229.783
Avaré	650.115	11.852.361	26.624.624
Barretos	2.621.633	25.144.472	41.535.547
Bauru	1.068.611	10.393.973	22.534.166
Botucatu	1.870.084	7.916.816	15.402.346
Bragança Paulista	30.337	763.729	1.208.908
Campinas	-	122.241	344.768
Catanduva	544.672	5.797.692	10.939.612
Dracena	432	2.010	7.998
Fernandópolis	321.310	3.310.485	7.534.630
Franca	646.956	2.566.068	6.106.151
General Salgado	901.458	1.485.275	3.624.200
Guaratinguetá	200	10.382	20.714
Itapetininga	1.471.277	6.918.290	16.878.564
Itapeva	331.105	2.143.140	4.482.837
Jaboticabal	1.135.897	16.465.842	28.586.673
Jales	872.872	3.813.320	10.750.119
Jaú	1.028.127	7.979.252	16.117.130
Limeira	539.352	16.481.512	25.573.101
Lins	1.174.140	7.286.329	15.687.954
Marília	224.220	1.082.975	1.498.278
Mogi das Cruzes	-	4.623	11.697
Mogi-Mirim	1.179.125	13.973.880	26.900.165
Orlândia	-	389.038	89.974
Ourinhos	1.400.234	4.642.750	7.726.262
Pindamonhangaba	2.195	59.154	127.636
Piracicaba	469.855	1.855.278	3.006.324
Presidente Prudente	1.197	11.357	27.542
Registro	-	628	1.225
Ribeirão Preto	56.861	2.279.454	3.775.366
São João da Boa Vista	1.095.721	15.533.257	31.390.015
São José do Rio Preto	1.049.630	8.453.391	14.703.588
São Paulo	-	14.070	31.991
Sorocaba	4.256	1.107.689	3.077.554
Tupã	266	6.171	13.971
Votuporanga	236.239	2.734.897	6.177.782
<b>Estado</b>	<b>22.347.121</b>	<b>202.368.901</b>	<b>384.869.908</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 8 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas por Região Administrativa (RA), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(continua)

RA	Cana para indústria			Cana para forragem	
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Araçatuba	34.832	590.509	47.147.808	5.668	383.943
Baixada Santista	-	20	500	51	2.390
Barretos	42.803	396.078	28.813.348	722	45.740
Bauru	40.611	495.514	40.017.079	5.687	400.685
Campinas	64.455	546.257	43.768.617	15.143	938.175
Central	66.359	413.442	30.824.364	4.295	256.200
Franca	62.460	485.192	36.973.751	3.377	207.870
Marília	38.386	418.580	29.852.944	4.184	228.882
Presidente Prudente	56.985	476.361	37.137.832	10.791	561.662
Registro	-	29	1.440	168	7.958
Ribeirão Preto	17.035	480.550	35.494.536	1.535	102.500
São José do Rio Preto	123.426	716.134	58.136.456	16.831	1.036.535
São José dos Campos	29	433	29.610	4.305	289.400
São Paulo	-	90	1.800	288	10.435
Sorocaba	24.844	250.172	17.802.085	11.336	639.637
Estado	572.224	5.269.359	406.002.170	84.379	5.112.012

RA	Mandioca para indústria			Mandioca para mesa		
	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Área nova (ha)	Área em produção (ha)	Produção (cx. 25 kg)
Araçatuba	25	110	2.572	277	462	290.652
Baixada Santista	-	20	300	-	153	123.560
Barretos	-	11	268	111	245	138.470
Bauru	890	640	16.880	229	288	180.323
Campinas	1.280	5.270	163.152	853	3.616	2.068.325
Central	4.100	383	10.490	143	497	311.100
Franca	10	10	300	80	143	119.380
Marília	10.582	25.202	675.250	280	559	365.340
Presidente Prudente	2.202	4.885	122.818	152	651	507.400
Registro	83	363	8.049	150	182	110.090
Ribeirão Preto	10	14	197	110	231	113.520
São José do Rio Preto	36	80	2.255	598	772	455.565
São José dos Campos	53	37	990	41	352	237.760
São Paulo	-	-	-	20	325	214.300
Sorocaba	461	1.343	52.860	424	1.626	1.005.212
Estado	19.731	38.367	1.056.381	3.466	10.101	6.240.997

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 8 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas por Região Administrativa (RA), Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Levantamento Final, Novembro de 2011

(conclusão)

RA	Tomate envarado		Tomate rasteiro		Cebola de muda	
	Área (ha)	Produção (cx. 25 kg)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Araçatuba	10	9.280	510	43.384	124	2.770
Baixada Santista	-	-	-	-	-	-
Barretos	1	2.100	1.106	110.155	280	9.000
Bauru	212	883.255	125	6.730	-	-
Campinas	1.576	3.468.260	2	105	837	28.480
Central	21	58.480	235	11.750	112	4.320
Franca	32	55.300	-	-	-	-
Marília	137	543.900	272	13.375	-	-
Presidente Prudente	70	183.220	480	37.152	3	90
Registro	-	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	266	1.179.670	130	8.500	960	37.800
São José do Rio Preto	153	509.700	627	43.738	4	102
São José dos Campos	128	199.720	10	500	4	56
São Paulo	113	229.800	-	-	-	-
Sorocaba	5.817	16.196.310	27	1.165	1.549	39.637
Estado	8.534	23.518.995	3.523	276.553	3.872	122.254

RA	Laranja		
	Pés novos	Pés em produção	Produção (cx. 40,8 kg)
Araçatuba	948.703	1.259.958	3.337.714
Baixada Santista	-	3.015	3.999
Barretos	2.649.232	25.586.181	42.453.079
Bauru	2.270.684	20.477.490	44.592.865
Campinas	4.314.585	53.288.847	97.709.800
Central	2.205.290	36.194.136	60.264.088
Franca	544.539	1.551.435	2.705.512
Marília	1.842.855	6.403.153	9.832.687
Presidente Prudente	1.629	14.774	38.539
Registro	-	628	1.225
Ribeirão Preto	182.887	2.988.452	6.131.110
São José do Rio Preto	3.057.483	24.522.045	51.052.854
São José dos Campos	2.394	69.536	148.350
São Paulo	-	15.678	39.688
Sorocaba	4.326.838	29.993.573	66.558.398
Estado	22.347.121	202.368.901	384.869.908

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 9 - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2011/12, Levantamento Final, Novembro de 2011

Produto	Área (hectare)	Produção	Unidade de produção
Alho	23	186	t
Cebola em plantio direto	1.243	56.996	t
Fumo em corda	235	9.261	arroba
Morango	325	2.604.050	cx.4kg

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Recebido em 17/01/2012. Liberado para publicação em 30/01/2012.

# INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

v. 41, n. 11, dezembro 2011

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

## Corpo Técnico em Exercício

**Diretor Técnico de Departamento:** Valquíria da Silva

**1º Diretor substituto:** Sérgio Alves Torquato

**2º Diretor substituto:** Denise Viani Caser

**Assistência Técnica:** Marli Dias Mascarenhas Oliveira, Andréa Leda Ramos de Oliveira, Elizabeth Alves e Nogueira, Paulo José Coelho, Ana Maria Pereira Amaral

### Núcleo de Informática para os Agronegócios

**Diretor:** Rosimeire Palomeque Gomes

**Diretor substituto:** Rodrigo Novaes dos Santos

### Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Estudos Econômicos dos Agronegócios

**Diretor:** Sérgio Alves Torquato

**1º Diretor substituto:** Terezinha Joyce Fernandes Franca

**2º Diretor substituto:** Marli Dias Mascarenhas Oliveira

Adriana Renata Verdi, Alfredo Tsunehiro, Ana Paula Porfírio da Silva, Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, Celso Luis Rodrigues Vegro, Geni Satiko Sato, Ikuyo Kiyuna, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Roberto da Silva, Katia Nachluk, Lenise Mondini<sup>1</sup>, Malimira Norico Otani, Maria Célia Martins de Souza, Marie Anne Najm Chalita, Marina Brasil Rocha, Marisa Zeferino Barbosa, Maximiliano Miura, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Priscilla Rocha Silva Fagundes, Regina Helena Varella Petti, Rejane Cecília Ramos, Renata Martins, Roberto de Assumpção, Rosana de Oliveira Pithan e Silva, Samira Aoun, Sebastião Nogueira Junior, Silene Maria de Freitas, Sônia Santana Martins, Soraia de Fátima Ramos, Waldemar Pires de Camargo Filho, Yara Maria Chagas de Carvalho

### Unidade Laboratorial de Referência de Análise Econômica

**Diretor:** Terezinha Joyce Fernandes Franca

**Diretor substituto:** Rejane Cecília Ramos

### Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações Estatísticas dos Agronegócios

**Diretor:** Denise Viani Caser

**1º Diretor substituto:** José Alberto Ângelo

Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Anelise Veiga, Benedito Barbosa de Freitas, Carlos Eduardo Fredo, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Celma da Silva Lago Baptistella, Danton Leonel de Camargo Bini, Eder Pinatti, Eduardo Pires Castanho Filho, Felipe Pires de Camargo, Francisco Alberto Pino, Marcos Alberto Penna Trindade, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Lourdes Barros Camargo, Mario Antonio Margarido, Mário Pires de Almeida Olivette, Rosa Maria Mariano<sup>1</sup>, Vagner Azarias Martins, Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco

### Unidade Laboratorial de Referência de Estatística

**Diretor:** Vagner Azarias Martins

**Diretor substituto:** Luís Henrique Perez

---

<sup>1</sup>Técnicos de outras Instituições prestando serviços no IEA.

**Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento****Diretor:** Rachel Mendes de Campos**1º Diretor substituto:** Maria Áurea Cassiano Turri**2º Diretor substituto:** Regina Junko Yoshii**Núcleo de Informação e Documentação****Diretor:** Marlene Aparecida de Castro Oliveira**Núcleo de Comunicação Institucional****Diretor:** Adriana Aparecida Canevarolo do Rosario**Núcleo de Editoração Técnico-Científica****Diretor:** Maria Áurea Cassiano Turri

André Kazuo Yamagami

**Núcleo de Qualificação de Recursos Humanos****Diretor substituto:** Deborah Silva de Oliveira Alencar**Núcleo de Negócios Tecnológicos****Diretor:** Avani Cristina de Oliveira**Centro de Administração da Pesquisa e Desenvolvimento****Diretor:** Tânia Regina de Oliveira Melendes da Silva**1º Diretor substituto:** Aline Alves de Souza Lima**2º Diretor substituto:** Santina Aparecida de Toledo**Técnicos em outras Instituições**

Carlos Nabil Ghobril, José Roberto Vicente, José Sidnei Gonçalves, José Venâncio de Resende, Nelson Pedro Staudt, Sueli Alves Moreira Souza

**Técnicos realizando curso de Pós-Graduação**

Raquel Castellucci Caruso Sachs

# **INFORMAÇÕES ECONÔMICAS**

**REVISORES**  
**Volume 41, n. 1-12, 2011**

Abel Ciro M. Igreja, Alfredo Tsunechiro, Ana Maria Pereira Amaral,  
Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Andréa Leda Ramos de Oliveira,  
Celma da Silva Lago Baptistella, Celso Luis Rodrigues Vegro,  
Denise Viani Caser, Denyse Chabaribery, Eder Pinatti, Eduardo Pires Castanho Filho,  
Erly Cardoso Teixeira, Geni Satiko Sato, João Paulo Feijão Teixeira,  
José Roberto da Silva, José Sidnei Gonçalves, Lenise Mondini,  
Lúcio Fagundes, Luís Henrique Perez, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho,  
Maria Carlota Meloni Vicente, Maria Sylvia M. Saes, Marina Brasil Rocha,  
Mario Antonio Margarido, Mário Pires de Almeida Olivette,  
Marisa Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas Oliveira,  
Nelson Pedro Staudt, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Priscilla Rocha Silva Fagundes,  
Raquel Nakazato, Rejane Cecília Ramos, Renata Martins,  
Roberto de Assumpção, Sebastião Nogueira Junior, Sérgio Alves Torquato,  
Sônia Santana Martins, Terezinha Joyce Fernandes Franca,  
Vagner Azarias Martins, Valéria Comitre, Valquíria da Silva,  
Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco



## NOTA AOS COLABORADORES DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

### 1 - Natureza das colaborações

A revista Informações Econômicas, de periodicidade mensal, editada pelo Instituto de Economia Agrícola, destina-se à publicação de artigos inéditos, análises e informações estatísticas efetuados na Instituição. Aceita colaborações externas de artigos abordando temas no campo geral da Economia Agrícola.

### 2 - Normas para apresentação de artigos

- a) Os originais de artigos não devem exceder 25 laudas, incluindo notas de rodapé, figuras, tabelas, anexos e referências bibliográficas. As colaborações devem ser digitadas no processador de texto Word for Windows, versão 6.0 ou superior, com espaço 2, em papel A4, com margens direita, esquerda, superior e inferior de 3 cm, páginas numeradas e fonte Times New Roman 12. As figuras devem ser enviadas no software Excel em preto e branco. Artigos que excedam o número estabelecido de páginas serão analisados pelos Editores, e somente seguirão a tramitação normal se a contribuição se enquadrar aos propósitos da revista.
- b) Para garantir a isenção no exame das contribuições, os originais não devem conter dados sobre os autores. Em arquivo separado incluir título completo do trabalho (em nota de rodapé, informações sobre a origem ou versão anterior do trabalho, ou quaisquer outros esclarecimentos que os autores julgarem pertinentes), nomes completos dos autores, formação e título acadêmico mais alto, filiação institucional e endereços residencial e profissional completos para correspondência, telefone, fax e e-mail.
- c) Na organização dos artigos, além do argumento central, que ocupa o núcleo do trabalho, devem constar os seguintes itens: (i) Título completo; (ii) Resumo e Abstract (não ultrapassando 100 palavras); (iii) de três a cinco palavras-chave (key-words); (iv) Literatura Citada e, sempre que possível, (v) Introdução e (vi) Considerações Finais ou Conclusões.
- d) O resumo deve ser informativo, expondo finalidades, resultados e conclusões do trabalho.
- e) As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.
- f) As notas de rodapé devem ser preferencialmente de natureza explicativa, que tenham considerações não incluídas no texto, para não interromper a sequência lógica do argumento.

### 3 - Apreciação de artigos e publicação

- a) O envio das colaborações deve ser feito por meio eletrônico. Os autores podem acessar o endereço [http://www.iea.sp.gov.br/out/publicar/enviar\\_ie.php](http://www.iea.sp.gov.br/out/publicar/enviar_ie.php), preencher o formulário on-line disponível na página e anexar os seguintes arquivos:
  - a. Título do trabalho e resumo em Word, com identificação dos autores;
  - b. Trabalho na íntegra em Word, sem identificação dos autores; e
  - c. Tabelas, gráficos e figuras em Excel, se houver.
- b) Só serão submetidas aos pareceristas as contribuições que se enquadrem na política editorial da revista Informações Econômicas, e que atendam aos requisitos acima.
- c) Os originais recebidos serão apreciados por pareceristas no sistema double blind review, em que é preservado o anonimato dos autores e pareceristas durante todo o processo de avaliação.
- d) Os autores dos trabalhos selecionados para publicação receberão as provas para correção.
- e) Os autores dos trabalhos publicados receberão gratuitamente um exemplar do número da revista Informações Econômicas que contenha seu trabalho.
- f) As opiniões e ideias contidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores, e não expressam necessariamente o ponto de vista dos editores ou do IEA.

#### Instituto de Economia Agrícola

Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento A/C Editor Responsável

Av. Miguel Stéfano, 3900 - 04301-903 - São Paulo, SP

Telefone: (11) 5067-0574 ou 5067-0573 - Fax: (11) 5073-4062

Site: <http://www.iea.sp.gov.br>

## PREÇO DAS PUBLICAÇÕES DO IEA

Publicação	Brasil	Exterior	Assinatura	Assinatura
	(R\$ por exemplar)	(US\$ por exemplar)	Brasil (R\$)	Exterior (US\$)
Revista de Economia Agrícola (semestral)	20,00	20,00	36,00	36,00
Informações Econômicas (mensal)	20,00	20,00	200,00	200,00

### ASSINATURA E/OU AQUISIÇÃO AVULSA<sup>1</sup>

Revista de Economia Agrícola (ano: \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_)

Informações Econômicas (ano: \_\_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_)

Informações Econômicas (assinatura anual)

### FICHA DE CADASTRAMENTO

Nome \_\_\_\_\_

CNPJ ou CPF \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Empresa \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

Cx. Postal n. \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Fax: ( ) \_\_\_\_\_

e-mail \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

<sup>1</sup>A aquisição das publicações poderá ser feita mediante:

- Depósito efetuado no Banco do Brasil S/A - Banco 001, Agência 1897-X, c/c 139.550-5, nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA. Enviar através de fax o comprovante de depósito e a ficha acima devidamente preenchida.

- Envio de cheque nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA, juntamente com a ficha acima devidamente preenchida.

**Instituto de Economia Agrícola - Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento**

**Caixa Postal 68.029 - Cep 04047-970 - São Paulo - SP**

CNPJ 46.384.400/0033-26 - Inscrição Estadual - Isento - Telefone: (11) 5067-0526

Fax: (11) 5073-4062 - Site: <http://www.iea.sp.gov.br> - e-mail: [cct@iea.sp.gov.br](mailto:cct@iea.sp.gov.br)